

MICHELE APARECIDA HOBAL

**PAISAGENS “CONTESTADAS”: O TURISMO COMO ELEMENTO
TRANSFORMADOR DO ESPAÇO REGIONAL –
O CASO DE CALMON, SC/ BRASIL.**

CURITIBA
2009

MICHELE APARECIDA HOBAL

**PAISAGENS “CONTESTADAS”: O TURISMO COMO ELEMENTO
TRANSFORMADOR DO ESPAÇO REGIONAL –
O CASO DE CALMON, SC/ BRASIL.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Geografia,
Setor de Ciências da Terra da Universidade
Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Wolf Dietrich Sahr

CURITIBA
2009

**MEC-UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS DA TERRA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
– MESTRADO E DOUTORADO**



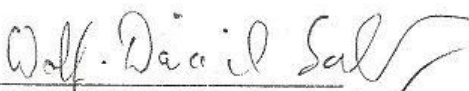
PARECER


Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Geografia reuniram-se para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado, apresentada pela candidata **MICHELE APARECIDA HOBAL**, intitulada: **"PAISAGENS CONTESTADAS: O TURISMO COMO ELEMENTO TRANSFORMADOR DO ESPAÇO REGIONAL – O CASO DE CALMON, SC/BRASIL"**, para obtenção do grau de Mestre em Geografia, do Setor de Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná Área de Concentração Espaço, Sociedade e Ambiente, Linha de Pesquisa Território, Cultura e Representação.

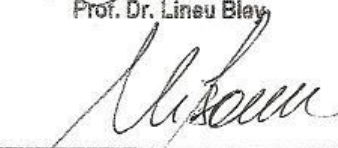
Após haver analisado o referido trabalho e argüido o candidato, são de parecer pela **APROVAÇÃO** da Dissertação com menção **DISTINÇÃO**.

Curitiba, 30 de março de 2009.

Nome e assinatura da Banca Examinadora:


Prof. Dr. Wolf Dietrich Sahr (Orientador)


Prof. Dr. Lineu Blay


Prof. Dr. Nilson César Fraga

Aos que acreditam que o Turismo é mais que imagem, é,
antes, um trabalho de pesquisa e entendimento social
que não precisa ser excludente.

Agradeço:

Professor **Wolf Dietrich Sahr**, *Woody*, cuja orientação deste trabalho expandiu-se também para a vida pessoal, mostrando que o conhecimento se constrói também nas dificuldades, e que enfrentando os traumas, conseguimos superá-los.

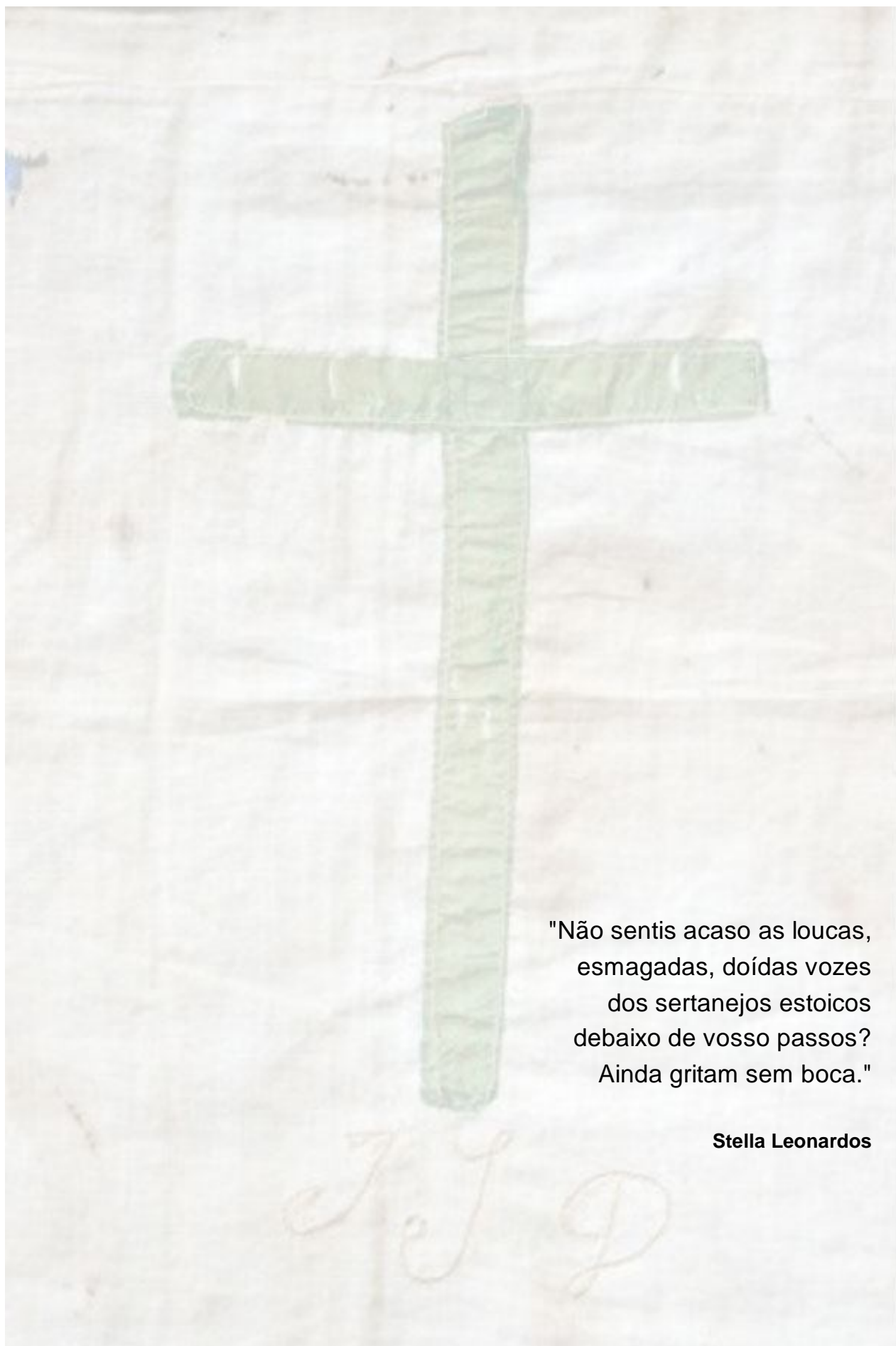
Professor **Nilson Cesar Fraga**, mestre, exemplo, amigo. Quando tudo parecia fora de lugar, quando a emoção estava acima da razão, por meio da sua, atenção, cuidado, amizade, e um pouco de sarcasmo, os horizontes se abriam e tudo parecia possível.

Minha Família, a mais engraçada, atrapalhada, família busca pé que é meu porto seguro. Tios, primos, afilhados, que de uma forma ou de outra, me motivaram. Á tia Nádia por me ensinar a ler, á tia Paula por me incentivar a estudar e conseqüentemente me fazer optar pela vida acadêmica. Aos meus avós (*in memoriam* de João Hobal), que me deram os valores nos quais me baseio para as minhas escolhas. E principalmente á Eçavete, minha mamãe, que é também meu pai, minha amiga, minha inspiração, que dedica muito mais que carinho e atenção, mas confiança no meu sucesso.

Amigos Contribuintes: Yandra e Bob, pela amizade, apoio e risadas intermináveis;
Marcus Matozo, pela amizade, apoio incondicional, por acreditar em mim e não me deixar dormir nas aulas;
Os “incontestáveis” - pelas discussões, pelo aprender com leveza e alegria, pela viagem inspiradora, livros e outros materiais;
Alessandra Souza, José Aquino, Marcelo Bordin, Bruno Meirinho, por ter surgido na minha vida durante o mestrado, pelas críticas, favores, amizade e sorrisos;
Luiz Carlos Zem, pela dedicação aos alunos, apoio e amizade;
Janaina Zito Losada, pelo exemplo, amizade, discussões e livros emprestados;
Amigos forrozeiros, pelos momentos que me fizeram esquecer o mundo real, e me permitiram o “parar de pensar” e somente viver;
Amigos enghaw, ao lado ou distantes fisicamente, pelo carinho, amizade e companheirismo.

UFPR e o **CAPES** pelo comprometimento com o conhecimento científico, e apoio aos pesquisadores na viabilização dos trabalhos.

Calmonenses, que me acolheram durante a pesquisa de campo, e me proporcionaram as respostas para as questões científicas.



"Não sentis acaso as loucas,
esmagadas, doídas vozes
dos sertanejos estoicos
debaixo de vosso passos?
Ainda gritam sem boca."

Stella Leonardos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 O IMAGINÁRIO TURÍSTICO NO CONTEXTO BRASILEIRO: UMA PRODUÇÃO DE PAISAGENS, IMAGENS E SIGNIFICADOS.....	14
1.1. A TRAJETÓRIA SOCIAL DO TURISMO NO BRASIL.....	14
1.2. A PAISAGEM COMO CONCEITO GEOGRÁFICO E COMO ELEMENTO TURÍSTICO.....	20
1.3 A IMAGEM TURÍSTICA E SOCIAL.....	25
1.4 DIFERENCIAÇÃO SOCIAL DA IMAGEM PELA MEMÓRIA.....	30
1.5 OS SIGNIFICADOS DA PAISAGEM TURÍSTICA	32
2. O CONTEXTO GEOGRÁFICO DE SANTA CATARINA	39
2.1 POVOAMENTO E DIFERENCIAÇÃO ÉTNICA.....	40
2.2. A SITUAÇÃO ECONÔMICA DE SANTA CATARINA	42
2.3. O TURISMO EM SANTA CATARINA.....	44
2.4. O MUNICÍPIO DE CALMON DIANTE DO CENÁRIO TURÍSTICO DE SANTA CATARINA.....	49
3. A GUERRA DE CONTESTADO, A NARRATIVA DISPUTADA E UMA DISPUTA DE NARRATIVAS NA REGIÃO DE CALMON.....	51
4. O MUNICÍPIO DE CALMON: DAS CINZAS AO DESENVOLVIMENTO SÓCIOECONÔMICO.	61
5 A IMAGEM TURÍSTICA EM E DE CALMON.....	68
5.1. ELEMENTOS PARA UMA IMAGEM TURÍSTICA EM CALMON	73
5.1.1 CENTRO DE MEMÓRIAS JOÃO GOULART - A ESTAÇÃO FERROVIÁRIA.....	74
5.1.2 PRÉDIOS DA SERRARIA LUMBER	76
5.1.3 CENTRO DE MÚLTIPLO USO GOV. LEONEL DE MOURA BRIZOLA	78
5.1.4 – ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE CALMON	80

5.1.5. A PREFEITURA.....	81
5.2 OS ATORES DA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM TURÍSTICA	83
5.2.1. A POPULAÇÃO LOCAL E AS IMAGENS DA SUA HISTÓRIA	84
5.2.2. Os POLÍTICOS.....	86
5.2.3 A IGREJA	86
5.2.4. O GRUPO RESGATE.....	87
5.2.5. O CENÁRIO DOS ATORES	91
6. CONCLUSÃO: A IMAGEM TURÍSTICA DE UMA GUERRA DIANTE DO “SILÊNCIO” DOS DERROTADOS.....	92
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	96

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1: FLUXOGRAMA - IMAGEM TURÍSTICA	28
FIGURA 02: FLUXOGRAMA - PAISAGEM MARCA / PAISAGEM MATRIZ	37
FIGURA 03: QUADRO - ROTEIROS TURÍSTICOS DE SANTA CATARINA	44
FIGURA 04 – MAPA DA REPRESENTAÇÃO DA ÁREA CONTESTADA POR PARANÁ E SANTA CATARINA.....	52
FIGURA 05 – REPRESENTAÇÃO DA DIVISÃO DAS TERRAS CONTESTADAS PELOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA	58
FIGURA 06 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CALMON/SC	61
FOTO 01 - A ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE CALMON, EM 1910.....	63
FOTO 02: SC-302 ANTES DE SER PAVIMENTADA.....	65
FOTO 03: SC-302 PAVIMENTADA	65
FOTO 04: A CHEGADA DO ASFALTO EM CALMON/SC	66
FOTO 05: ESTAÇÃO FERROVIÁRIA EM CALMON, 2003. AO FUNDO LUGAR ONDE FICAVAM AS INSTALAÇÕES DA LUMBER.....	74
FOTO 06 – ESTAÇÃO FERROVIÁRIA RESTAURADA.....	75
FOTO 07: TRABALHO DE ARTESÃO LOCAL EXPOSTO NA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA - RETRATO DO MONGE JOÃO MARIA	75
FOTO 08 – NO PRIMEIRO PLANO, ANTIGO MAQUINÁRIO DA LUMBER ABANDONADO. NO SEGUNDO, A ESTAÇÃO FERROVIÁRIA NO CENTRO DA CIDADE.....	77
FOTO 09 – SÍTIO ARQUEOLÓGICO ONDE SE ENCONTRAM OS RESQUÍCIOS DA CIA. LUMBER E DAS BATALHAS DA GUERRA DO CONTESTADO, SOB O CAMPO DE FUTEBOL E O CONJUNTO HABITACIONAL.....	78
FOTO 10: CENTRO DE MÚLTIPLO USO GOV. LEONEL DE MOURA BRIZOLA .	79
FOTO 11: BONECO DO MONGE JOÃO MARIA CONFECCIONADO PELA ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE CALMON	81
FOTO 12: SEDE ANTIGA DA PREFEITURA DE CALMON.....	81
FOTO 13: NOVA SEDE DA PREFEITURA DE CALMON	82

FOTO 14: IDEALIZADORES DO GRUPO RESGATE	88
FOTO 15: PARTE DOS OBJETOS ENCONTRADOS PELO GRUPO ESGATE EM CALMON.....	89
FOTO 16: O JORNAL RESGATE E PARTE DA MUNIÇÃO ENCONTRADA PELO GRUPO	90

INTRODUÇÃO

O turismo moderno surgiu após a Revolução Industrial, principalmente na Europa, como uma nova forma de vivência. No século XVIII, o novo regime de trabalho, com um trabalho livre e negociado no mercado, revelou que a principal força produtiva deste, ficou nas mãos da burguesia e das indústrias, enquanto o regime de reprodução da força de trabalho permaneceu na responsabilidade do próprio trabalhador. Assim, a organização do lazer e do descanso representou para o empresariado apenas uma preocupação para os fins da recomposição da força produtiva. Contudo, a mesma preocupação mostrou-se fundamentalmente vivencial e até identitária para os trabalhadores, porque nele constituiu-se um espaço de liberdade e criação de plena vida. Nesta situação, estabeleceu-se o lazer como uma “fuga do cotidiano”, da organização do trabalho, por meio da invenção, criação ou modificação de formas culturais, de novas experiências para os moldes do descanso.

No início desta evolução, o lazer era apenas um privilégio da classe burguesa, antes ainda da nobreza, principalmente durante o século XVIII e XIX. Mas as grandes lutas e greves dos trabalhadores (inclusive as revoluções do século XIX e XX) mudaram, até os anos 1910-1920, profundamente esta situação. Neste momento, estabeleceu-se um regime de lazer referido a população trabalhadora, que se tornou preocupação do estado para recompor o capital industrial, como mostra as iniciativas dos regimes comunistas e fascistas.

Depois da segunda Guerra Mundial, entretanto, com o fim do fascismo e a reorganização do mundo capitalista ocidental, desenvolveu-se a partir da década de 1960, uma nova forma de lazer, o turismo de massa. Neste turismo, a reprodução da força de trabalho, ela mesma, torna-se uma mercadoria, um objeto de produção e comercialização, principalmente em algumas regiões da Europa e dos Estados Unidos. Agora são gerados impactos profundos em áreas de destinos turísticos concentrados, “lugares” causados pelo elevado fluxo de turistas. Trata-se de um turismo de “paisagens produtivas”, no qual as paisagens tornam-se um produto. Nesse período, configuram-se basicamente os lugares de sol e praias no turismo balneário (ANDRADE 2004, p. 63).

Como lugares de paisagens produtivas (como produto de massa), estes apresentam geralmente cenários de diversão, mas sem grande profundidade significativa, ou seja, como poderia ser no caso de uma paisagem “filosófica”.

Para Rodrigues (2001, p.17):

No turismo massivo os clientes parecem não se preocupar com a essência – bastam-lhes as aparências. Apesar de buscarem o desconhecido, o inusitado, a aventura, são fundamentais os elementos: segurança e conforto, além do status que a viagem empresta ao indivíduo.

Muitas vezes o turismo praticado no âmbito mercadológico refere-se a paisagens relativamente homogêneas, que reúnem o mar (ou pelo menos a água e os rios) e as praias, complexos de hospedagem na proximidade, e instalações turísticas como “promenades”, parques, jardins e cassinos, para o divertimento. Para tanto, o planejamento envolvido dedica-se apenas ao uso consciente dos recursos ambientais, mas de forma relativamente monótona.

Entretanto, desde o início da atividade turística já existia outra corrente de lazer, esta com sua raiz burguesa: o turismo cultural (ANDRADE 2004, 55-56, URRY 2001, 20-21). Este ramo iniciou-se no século XVIII, primeiro com viagens dos burgueses europeus para a Itália, a Grécia e o Egito, onde procuraram ruínas e culturas antigas para encontrar as raízes civilizatórias das suas supostas culturas. Este turismo, na época ainda não era comercializado, mas identitário. Já no século XIX, o foco também era os grandes centros culturais como as metrópoles (Paris, Nova Iorque, Londres, Chicago), onde museus, teatros, exposições mundiais, e parques, entre outros, representaram os maiores atrativos turísticos, agora já em fase de comercialização.

Um terceiro pólo de interesse no turismo cultural envolvia ainda, a partir do final do século XIX, o turismo natural em paisagens pouco tocadas pela civilização. Como exemplo, as montanhas alpinas (veja os Alpes, as Montanhas Rochosas e os Andes), ou também os grandes Parques Nacionais fundados nesta época (como o *Yellowstone National Park*). Este turismo praticou-se, até a segunda guerra mundial, basicamente entre a classe alta e média.

Ambas as formas de turismo, o turismo de massa como o turismo cultural e natural, tinham pouco efeito no Brasil apesar de alguns exemplos isolados, como Petrópolis. Entretanto, grandes modificações aparecem no país durante os anos 1990, quando surgem políticas públicas voltadas à atividade, com uma maior

preocupação com o equilíbrio econômico, ambiental e sócio-cultural na sociedade e dentro do turismo.

Estas políticas tendem casar o turismo cultural e qualitativo com o turismo de massa e de diversão. Desta maneira, buscam-se estudos turísticos, como por exemplo, os previstos no Programa de Municipalização do Turismo no Brasil (PNMT de 1994), que valorizam determinadas localidades tanto no seu valor sócio-cultural como no seu valor de entretenimento. Surge assim, um “turismo consciente”, uma vez que não é mais encarado como um passatempo, mas sim uma atividade exigente, completa e delicada. Com isso, é necessária uma preocupação e investigação no valor da paisagem como elemento, matriz e cenário da atividade turística.

Desta forma, o turismo de massa clássico passa a ser substituído por um turismo menos impactante, uma vez que cada região define em que tipo de turismo suas potencialidades enquadram-se. A partir de tais concepções, a atividade turística casa os interesses da própria região com os interesses de turistas que buscam lazer e cultura (exótica) nela. Isto é importante tanto para a recuperação da consciência histórica e identitária da população local, como para a conservação do ambiente em termos naturais e culturais para as próximas gerações. A recuperação histórica identitária da população local, acrescida das imagens da paisagem local, são elementos fundamentais nesta escolha. A presente pesquisa dedica-se exatamente a compreensão destes processos.

O interesse pela área de pesquisa iniciou-se pela descoberta da história da região do Contestado em Santa Catarina (Brasil), e principalmente pela área do município de Calmon, com sua geografia. Essa descoberta deve-se a participação no projeto de iniciação científica no Núcleo de Pesquisa de Turismo de Guerra, do Centro Universitário Curitiba, durante a graduação. Idealizado pelo Prof. Dr. Nilson Cesar Fraga, este núcleo propunha uma nova possibilidade turística no Sul do Brasil, o “Turismo de Guerra”. (FRAGA, 2002).

A Guerra do Contestado ocorreu entre os atuais limites dos Estados do Paraná e Santa Catarina entre os anos de 1912 a 1916, mas até recentemente não fazia parte do imaginário oficial desta região, embora sempre fosse lembrado pela população local. Com isso, o “Turismo de Guerra” nesta região objetiva fazer com que o visitante esteja em contato com lugares que viveram estes conflitos, e que

hoje preservam fragmentos desses episódios como forma de manter viva parte de sua história, e ainda trazendo a possibilidade de incrementar a economia da região abordada. (FRAGA, 2002, p. 43 - 76).

Durante o período em que estive envolvida com o projeto, 2003 a 2007, foram feitas numerosas viagens pelo Roteiro Turístico de Guerra, proposto pelo Núcleo de Pesquisa na região da Guerra do Contestado. Foram intrigantes as transformações ocorridas na paisagem do município de Calmon durante esta época: recuperou-se um patrimônio cultural esquecido. Mas dessa forma surgiu a pergunta: o que estaria por trás dessa mudança?

A presente dissertação analisa esta região de Santa Catarina e suas paisagens (urbanas, rurais e naturais), como cenários do Contestado. Neste palco desenrolou-se um dos mais profundos conflitos brasileiros do século XX: o embate entre um Brasil tradicional do mundo caboclo e um Brasil modernizador. Foram envolvidos na época dos acontecimentos do Contestado, como atores, o então governo republicano, algumas companhias capitalistas internacionais e as elites políticas, grupos de fazendeiros (coronéis) e uma grande gama de grupos locais, principalmente de caboclos e colonos. Até hoje, a região enfrenta fortes problemas no seu desenvolvimento (IDH 0,7 – CNM, 2008), devido a esta estrutura social fragmentada. Entretanto, a possibilidade de um turismo consciente, poderia transformar esta situação social num potencial, quando consegue recuperar o seu valor histórico para todo o Brasil.

Dentro dessa perspectiva, sugere-se aqui uma análise do potencial territorial, social e cultural do município de Calmon a partir de projetos turísticos relacionados à Guerra do Contestado. Para estes fins, procura-se compreender a dialética do potencial paisagístico que se desenvolve em meio à interface entre a população local e os turistas, com o fim de propor, por meio desta compreensão, algumas estratégias viáveis para o planejamento turístico. Isto inclui não apenas a direta visão entre morador e turista, mas também as interferências feitas pelas mídias, por escolas, governos até cientistas.

1 O IMAGINÁRIO TURÍSTICO NO CONTEXTO BRASILEIRO: UMA PRODUÇÃO DE PAISAGENS, IMAGENS E SIGNIFICADOS.

No Brasil, o turismo é uma atividade relativamente nova. Diante de uma história social diferente da européia e norte-americana, nacionalmente contextualizou-se o turismo numa forma peculiar, apesar de algumas semelhanças superficiais. Portanto, na seqüência, expõem-se breves relatos do turismo brasileiro e sua contextualização social.

1.1. A TRAJETÓRIA SOCIAL DO TURISMO NO BRASIL.

O turismo brasileiro iniciou-se nos primados do século XIX, quando a corte portuguesa transferiu-se para o Brasil. Com isso, houve grande desenvolvimento urbano, notadamente no Rio de Janeiro, onde a cidade cresceu com uma demanda forte por hospedagem em função da visita de diplomatas e de comerciantes, iniciando assim a hotelaria brasileira. Nesse período desenvolvia-se também Petrópolis, na Serra dos Órgãos da então Província do Rio de Janeiro, como a primeira estância climática brasileira, local escolhido pela realeza para fugir do calor do Rio de Janeiro (IGNARRA, 1999).

Em meados do século XIX, fortaleceu-se no país o turismo de elite, sob influência cultural européia, a qual buscava cada vez mais na natureza a recuperação da sua saúde. Tinha no banho de mar o seu foco principal como um tratamento para a saúde, sendo o importante o sal da água, e não o sol. Principalmente no Rio de Janeiro, as condições de higiene precárias justificavam este tipo de tratamento para uma elite exageradamente sensível (REJOWSKI 2002). Neste contexto, as águas termais foram outra forma de tratamento. Acreditava-se na cura de doenças de pele, reumatismo e problemas digestivos, provocando a procura e descoberta de fontes de águas minerais naturais. Assim, criou-se a primeira estância hidromineral do país, em 1845, quando na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, SC, o complexo denominado Caldas da Imperatriz foi inaugurado (FRAGA, 2003, p. 87). Configurou-se, desta maneira, o turismo de saúde como um

primeiro segmento turístico desenvolvido no país, principalmente para a nobreza e burguesia de então.

Paralelamente ao turismo de saúde, desenvolveu-se, com as viagens de pesquisadores e políticos no século XIX, um turismo cultural. Assim, a famosa “missão francesa” chegou ao Brasil no ano 1816, durante o governo de D. João VI, com a missão de fundar a Academia de Belas Artes, onde os alunos poderiam aprender a pintura, escultura, enfim, o belo. (HISTÓRIA DA ARTE, 2009). Em seguida vieram outros viajantes, como Spix, Martiu e St. Hilaire, entre outros. Este tipo de viagem fez parte de um projeto de “descobertas científicas, botânicas, zoológicas, mineralógicas e etnográficas” para uma elite ainda alienada do ambiente natural, social e cultural no país. (SPIX & MARTIU, 1938). D Pedro II, depois de 1840, também fez uma política de descobertas, com viagens para o exterior e pelo país.

Mais tarde, no século XX, o turismo popularizou-se também entre a classe média que usou basicamente os novos meios de transporte, agora mais acessíveis, como trens, navios e até aviões. Esta evolução inicia-se timidamente depois da I Guerra Mundial e acelera-se a partir dos anos 1950. Paralelamente, o setor de lazer ganha força para as classes populares, com o surgimento de um turismo balneário nas grandes praias do país, principalmente a partir dos anos 1930 (Rio de Janeiro, Guarujá, Rio Grande do Sul, Praias de Santa Catarina, Recife e Fortaleza, etc.). Dessa forma, a paisagem litorânea torna-se sinônimo do turismo no ambiente brasileiro.

Embora a viagem de recreação nunca tivesse sido importante para a massa dos trabalhadores (geralmente trata-se de um turismo de lazer de curta duração e de curta distância), este cenário muda completamente devido a maior acessibilidade da população aos meios de transporte. Desta forma, o turismo de praia, com seus imaginários do modelo fordista do turismo de massa, tornou-se um elemento do cotidiano comum de grande número de pessoas e este turismo confunde-se, na época contemporânea brasileira, de certa forma com o lazer. O aumento da carga horária na qual o ser humano está envolvido com transporte, trabalho e outras atribuições da vida moderna tornam insuficiente o tempo e o espaço para um cotidiano humanizado. Utilizando o cenário litorâneo para estes fins devido sua

extensão e proximidade, o lazer torna-se uma atividade turística comum, ainda fortalecida pela urbanização ao longo do enorme litoral brasileiro.

Atualmente, entretanto, observa-se também uma transição do domínio absoluto do turismo e lazer de massa de tipo balneário para outras formas de turismo, tanto na escala mundial como no Brasil. Isto coincide com as tentativas de reverter os danos ambientais, os quais são causados pela super-utilização dos recursos ambientais dos balneários no litoral, aos quais se acrescentam ainda outros usos estressantes nestas regiões (transporte marítimo, habitações, poluição por esgoto). Induz-se, então, o chamado “turismo consciente”. Este turismo inclui, agora, elementos voltados à simplicidade da vida cotidiana do campo e aos seus elementos culturais. Neste contexto, experimentar novas realidades sociais atrai parcelas da população urbana, principalmente com certo grau de educação.

Ao contrário de muitos outros países, a introdução do turismo organizado (com viagens e pernoites) deve-se, de forma coerente, no Brasil não tanto a iniciativa comercial, contudo, à iniciativa do Estado, e o Estado começa ordenar o seu território social através do turismo. Dessa forma, apenas quando o Governo Federal, em 1968, criou os primeiros instrumentos de regulamentação da atividade turística com o estabelecimento do CNTUR (Conselho Nacional de Turismo) dando continuidade a mesma política, em 1971, com o FUNGETUR (Fundo Geral de Turismo) e a EMBRATUR (hoje Instituto Brasileiro de Turismo, antiga Empresa Brasileira de Turismo), podemos falar de um setor coerente (IGNARRA, 1999 p. 21). Essas políticas foram avançando até a criação do Ministério do Turismo em 2002.

Mesmo com estes instrumentos já estabelecidos desde os anos 1970, uma política pública do turismo surgiu somente na década de 90. Em 1994, foi implantado o PNMT (Plano Nacional para a Municipalização do Turismo) na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Este plano baseou-se na constatação de que, apesar de numerosos municípios brasileiros apresentarem um potencial turístico, somente alguns foram divulgados e comercializados. Como a comercialização não acontecia de forma impactante, seria necessário envolver os moradores no processo de inserção dos seus municípios no mercado turístico. A proposta do PNMT era envolver as comunidades locais com a realização de oficinas para a construção do conhecimento, que revelassem as realidades individuais de cada município, avaliando principalmente os recursos naturais e o patrimônio

cultural. Para fins destas oficinas, foram formados agentes multiplicadores capacitados para discutir e desenvolver o potencial turístico de cada região (PNMT, 2002).

Os objetivos do PNMT trouxeram ainda outros resultados. A atividade turística necessita de uma preservação do patrimônio ambiental, histórico e cultural. Pelo fato de a população estar, pelo menos precariamente, envolvida no planejamento e na gestão das decisões sobre seus próprios recursos, desenvolveu-se uma maior conscientização sobre a própria história, cultura e até condição social, tornando a efetivação das oficinas também um ato educativo e consciencioso. Promoveu-se dessa forma a sensibilização dos moradores, e fortaleceu-se até hoje a identidade em muitas comunidades envolvidas no projeto. Como instrumento descentralizador das decisões turísticas criou-se neste processo os Conselhos Municipais de Turismo e os Fundos Municipais de Turismo que reúnem o poder público, a iniciativa privada e a sociedade organizada a discutir os rumos do turismo no seu respectivo município. (PNMT, 2002).

Em consequência desta nova forma de se pensar o Turismo, foi estabelecido, em 2002 no governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, o Ministério do Turismo (MinTUR) pelo desmembramento do Ministério de Esportes e Turismo. Este Ministério desenvolve diretrizes, planos e programas específicos para fomentar o turismo no país. Procura-se agora elevar o Brasil a uma posição de maior destaque no cenário turístico mundial, já que atualmente ocupa posição intermediária mesmo com sua diversidade natural e cultural. Neste momento, o PNMT foi substituído pelo PNRT (Plano Nacional de Regionalização do Turismo), em 2003, dando continuidade ao processo de descentralização do PNMT, mas buscando uma integração regional maior. Além dos conselhos municipais, incentivam-se agora associações em consórcios para formar Roteiros Integrados ofertando um conjunto de produtos turísticos. Ao mesmo tempo, o Ministério do Turismo junto a Embratur, o órgão responsável pela execução dos projetos do MinTUR, instala o PNT (Plano Nacional de Turismo) visando a promoção de produtos e serviços turísticos do Brasil para o mercado internacional. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008).

Essas políticas públicas mais recentes representam um grande avanço para o Brasil em termos de desenvolvimento do turismo visando o mercado internacional, porém, as políticas locais tendem as ser esquecidas. Assim, o atual governo

privilegia o componente econômico do turismo, negligenciando os aspectos sócio-culturais da atividade turística.

Mostra-se neste pequeno relato da evolução turística no Brasil, uma focalização na dupla face do turismo, vendo este tanto como atividade econômica como atividade sócio-cultural. Por isso, quando um grande número de municípios investe em empreendimentos turísticos, eles desenvolvem também cenários sociais que afetam tanto a compreensão social da população residente como a da população de turistas. Neste contexto, os veículos de comunicação são os recursos básicos, além dos próprios atrativos turísticos, ambos muito influenciados pelos próprios governos. Por isso, alguns autores apontam a criação do turismo como uma transformação da cultura local (YAZIGI 2001; SAVOLDI 2001; GRÜNEWALD 2001 e BANDUCCI/BARRETO 2001), quando este se beneficia de invenções de tradições.

Alguns autores percebem este conflito-ajuste entre diferentes visões de vivência como um “impacto social” (ROSS 2001, p. 135). Observa-se que, neste processo, os mediadores da esfera pública representam um papel crucial, sejam os governos municipais ou ainda os governos estadual e federal. São eles que influenciam, dessa forma, na formação das “tradições” e “culturas”.

Diante desta constatação devemos mencionar as consequências sociais desta intervenção do Estado. Quando as pessoas fogem do seu cotidiano, elas buscam o “diferente” e querem experimentar “novas” experiências e vivências, porque o direito a férias longas inclui o direito à viagem que, torna-se uma reivindicação sociopolítica. Desse modo, as férias se localizam longe do universo do cotidiano do turista, sendo o suprimento de uma carência humana que sempre busca o encontro com a alteridade, o diferente.

Neste “diferente” negam-se para os turistas os problemas, distribuem-se novas energias, embeleza-se a vida e encontra-se a felicidade (Krippendorf, 2001 p. 38). A partir da necessidade do novo, do diferencial, a paisagem turística torna-se uma vantagem no mercado turístico. Entretanto, existe uma competição entre as localidades tradicionais: as praias, onde o “novo” é apenas o “diferente”, e as localidades onde o “novo” é “verdadeiramente novo” no sentido que amplia o horizonte do saber.

Nesta competição ganha vantagem o turismo cultural quando a procura por sol e praia (o turismo tradicional) é desgastada pela massificação, ou seja, pelo desgaste da infra-estrutura, pela criminalidade e pelo estresse que a vivência no litoral cria. Somente neste momento, o desenvolvimento turístico com bases culturais pode ser visto como um atrativo no sentido turístico.

Portanto, o que aumenta a vantagem do turismo cultural é eventualmente uma mudança no processo mental e educativo da população, que pode incentivar a busca para o desconhecido. Apenas quando esta condição mental está desenvolvida, a riqueza da diversidade de atrativos culturais – música, comida, dança, artesanato – faz sentido. Por isso, as atuações do governo brasileiro nem sempre trazem os resultados esperados, principalmente quando elas não atendem a suposta diferenciação subjetiva de vivência através de novas experiências, mas são aliados à construção de um Brasil alienador e nacionalizador (no sentido de uma nação homogênea) que abstrai das experiências locais.

Com a globalização, contudo, a rapidez da comunicação e da informação gerou outra mudança no tempo e espaço, pelo encurtamento de distâncias, que revela com mais nitidez as grandes diferenciações culturais no mundo. Mediante essa transformação, o turismo assume também o papel de difundir uma consciência global no sentido de uma consciência da pluralidade. Como afirma Dias (2003 p. 14), “diferentes povos, através da atividade turística, passam a compreender o lugar que ocupam no mundo e a ligação que possuem uns com os outros”, mostrando a alteridade num diálogo entre diferentes povos, grupos sociais e, até entre turista e morador.

Neste momento, dentre os numerosos segmentos da atividade turística, o turismo cultural tem como motivação central a busca do conhecimento, a satisfação da curiosidade em relação aos diferentes patrimônios humanos. Todos estes patrimônios são criados por pessoas a partir de seus valores próprios, como cultura, tradição e história. Criam-se estes famosos “diferenciais” na busca das identidades, tanto na diversidade cultural como no processo social, e ainda na representação de estilos de vida (AZEVEDO, 1999).

A partir deste momento, o turismo cultural é verdadeiramente um veículo educativo, como afirma Azevedo (1999, p. 10):

(...) pela riqueza de variantes, pelos desdobramentos que pode estimular, pelos efeitos possíveis na construção da cidadania, pela valorização da alteridade, isto é, a compreensão da existência de outros patrimônios e ações culturais que, assim como os nossos, merecem respeito.

Conseqüentemente, Azevedo (1999) defende o turismo cultural como um processo pedagógico pela aprendizagem de novas vivências e pelo intercâmbio de experiências. Sendo confrontado com o mercado turístico, as comunidades locais podem perceber o valor de seu próprio patrimônio, preservando a memória, gerando auto-estima e valor, o que torna este encontro cultural uma processo de auto-conscientização dos dois lados.

Entretanto, os conhecimentos trocados entre turista e morador são de caráter imaginário, se não eles não seriam comunicáveis. Portanto, antes de sua viagem, o turista fica na expectativa e curiosidade do que o espera, e a partir da vivência desta nova realidade cultural, repassada pelos conhecimentos e experiências da população local, o turista viaja no tempo imaginando o passado para tentar compreender o presente e as relações resultantes do processo histórico-cultural que ambienta este cenário. (SAHR & SAHR, 2001).

Com base neste turismo cultural do imaginário enquanto veículo educativo optou-se pela pesquisa das transformações da paisagem (como imaginário realizado) no município de Calmon, Santa Catarina, um imaginário que está plenamente envolvido na memória identitária da Guerra do Contestado.

1.2. A PAISAGEM COMO CONCEITO GEOGRÁFICO E COMO ELEMENTO TURÍSTICO

A pesquisa de uma paisagem turística na sua dupla face, entre a visão dos turistas e a vivência dos moradores, necessita de uma abordagem que capte primeiro a produção e interpretação da paisagem, não apenas como produto, mas nas suas tensões sociais. Para tanto, propõe-se uma breve discussão sobre a concepção geográfica da paisagem, uma abordagem que, a meu ver, poderia dar conta desta interpretação comunicativa.

Durante sua evolução, a geografia discutiu muito o conceito de “paisagem” e até considerou-se, no auge da sua época clássica no final do século XIX até os anos 1930, como ciência especializada na paisagem (LENCIONE, 1999 e LEITE,

1994). Porém, foram basicamente idéias como a “paisagem natural” e a “paisagem cultural” que obtiveram grande êxito durante a fase positivista da geografia, como mostra um dos artigos clássicos sobre a temática: “A morfologia da paisagem” do norte-americano de descendência alemã, Carl Sauer (2004, orig. 1925). Sauer foi um dos mais importantes difusores do estudo da paisagem porque levou em consideração a ação da cultura sob a paisagem natural que, na sua perspectiva, resulta numa paisagem cultural (HOLZER 1999, p. 149).

Para Sauer (2004, p. 29), “a geografia baseia-se, na realidade, na união dos elementos físicos e culturais da paisagem”, e assim, os homens são apenas agentes modificadores da paisagem natural, expressando seu lugar na natureza, ou seja, deixando sua marca pelas tradições, vivências e valores. Resumindo essa maneira de estudar a paisagem, Sauer (2004, p. 68) define:

Nós nos preocupamos com a importância do sítio em relação ao homem e também com a transformação desse sítio. Ao mesmo tempo, lidamos com a inter-relação do grupo, ou culturas, e sítio, como expressos nas várias paisagens no mundo.

A compreensão da paisagem sendo resultado tanto da ação natural como da ação humana confunde, certa maneira, a cultura com os seus artefatos (CLAVAL, 1999, p. 24a). Por isso, a Geografia Cultural clássica enfrentou depois desta fase de debate certo esgotamento. A postura absolutamente positivista não permitia uma reflexão nítida sobre o caráter significativo e ainda menos social da cultura, pois não levava em consideração as representações, opiniões e crenças dos indivíduos e das sociedades.

Este olhar voltado apenas aos aspectos materiais fornecia apoio às duras críticas à Geografia Cultural tradicional que surgiram durante a década dos anos 1980, quando autores como James Duncan criticaram o “supra-orgânico” que definia uma compreensão da cultura fora dos indivíduos (DUNCAN, 2003, p. 63). Portanto estes autores pediram que se reconhecessem também as formas de pensamento como expressões sociais e individuais, e se investigassem também as relações humanas imateriais com a paisagem. Nesta perspectiva, a Geografia Cultural apresentou-se num contexto pós-positivista, com a consciência de que a cultura reflete e condiciona a diversidade da organização espacial e sua dinâmica (CORRÊA, 1999, p. 51).

Com o ressurgimento da Geografia Cultural nos moldes interpretativos,

várias influências transparecem de forma marcante. De um lado, observa-se uma inclinação ao materialismo histórico e dialético que vê na cultura uma dupla função: o reflexo social expresso na paisagem, e a função condicionadora do ambiente paisagístico para a sociedade. De outro, a vertente que indica uma dominância de abordagens hermenêuticas que se renovaram com a incorporação de abordagens filosóficas sobre os significados e as compreensões humanas como, por exemplo, na Geografia humanista (HOLZER, 1999). Esta valoriza a experiência, a intersubjetividade, os sentimentos e a intuição.

Desta maneira, ambas as relações sociais e subjetivas (como as relações de trabalho, de sociabilidade e de poder) como as relações de significados, expressas nas diferentes formas semióticas e comunicativas, produzem uma paisagem por meio da reprodução de imaginários. Assim, a Nova Geografia Cultural assume um foco não-material, sempre apontando modos de diferenciação do espaço.

Conforme Corrêa (1999, p. 52), a paisagem não se constitui pela simples justaposição de traços independentes, mas por sistemas de relações mais ou menos coerentes que nem sempre são assimilados igualmente por todos os membros da sociedade, contudo, são percebidos de forma individual a partir de cada mundo vivido.

Esta visão interpretativa sobre a paisagem permite incluir novas temáticas (CLAVAL, 1999 e McDOWELL, 1996): surgem segundo Corrêa, neste contexto, abordagens que interpretam a paisagem como “marca” e “matriz” (BERQUE, 1984 e 1990), como paisagens “dominantes”, “residuais” e “excluídas” (COSGROVE, 1984 e 1989), como lugares erigido em um lugar-conceito (RELPH, 1976); como “lugar” e o “não-lugar” (TUAN, 1974 e 1977) e como “espaço vivido” (FRÉMONT, 1976). Juntam-se a estas versões interpretativas ainda, pesquisas sobre temáticas da religião, da percepção ambiental, da identidade espacial e da interpretação de formas artísticas (literatura, música, pintura e cinema).

Entretanto, a divergência entre uma visão mais fenomenológica (sínica) e uma visão mais crítica (social) permaneceu, e apenas poucos autores conseguiram posicionar a paisagem no meio deste debate. Todavia, o artigo paradigmático ‘Novos Rumos da Geografia Cultural’ (1987), de autoria de Denis Cosgrove e Peter Jackson, conseguiu conciliar estas posições e, assim, os autores apontam

(COSGROVE & JACKSON, 2000, p. 15 – 32):

- O contexto teórico de cada posicionamento da paisagem efetiva-se no seu aspecto temporal, tanto no presente como no passado, com seus aspectos sociais e culturais, diferenciado por relações entre as áreas rurais e urbanas;
- O entendimento da contingência da paisagem torna-se uma condição fundamental para sua inteligibilidade, sendo a cultura dessa forma, expressão das relações sociais;
- A compreensão da experiência como expressão de ideologias permite avaliar paisagens dominantes e, em contraste, formas de resistência, as quais se realizam materialmente na paisagem.

Dentro desta abordagem semiótica-crítica, o “significado” torna-se o elemento mais importante da geografia cultural. Está embutido em contextos políticos e questões sociais que permeiam a paisagem e sugerem uma exploração científica pelos geógrafos culturais.

Cosgrove (2004, p. 97) defende, neste sentido, que “nossa geografia deixa escapar muito do significado contido na paisagem humana, tendendo a reduzi-la a uma impressão impessoal de forças demográficas e econômicas”. A partir dessa visão, a paisagem ultrapassa as meras relações objetivas, tanto na sua estrutura espacial, na sua concepção ambiental e na interpretação da intervenção do homem sobre a mesma.

A paisagem está intimamente ligada a uma nova maneira de ver o mundo como uma criação racionalmente ordenada, designada e harmoniosa, cuja estrutura e mecanismo são acessíveis à mente humana, assim como ao olho, e agem como guias para os seres humanos em suas ações de alterar e aperfeiçoar o meio ambiente. (COSGROVE, 2004, p. 99).

A partir desta interpretação, também a paisagem turística ultrapassa a concepção de um mero “produto turístico” como objeto de pesquisa. Como vemos muitas vezes apontada na bibliografia dos turismólogos como (BENI, 1998, BOULLÓN, 2002), porém outros autores do turismo como (YAZIGI, 2001 ou MENEZES, 2002), já apontam o viés social-cultural. Para esses autores, produzem-se na paisagem as relações sociais entre moradores e turistas, pois ambos se apropriam do seu espaço, entretanto em formas culturalmente diferenciadas, como defende Moesch (2000, p. 47). Altera-se portanto, tanto a paisagem física como as relações sociais dos moradores da área que passam a gravitar em torno da

indústria e prestação de serviços do turismo.

Dessa forma, o conceito de paisagem turística deveria ser utilizado tanto para questões analíticas como para o desenvolvimento sustentável do turismo, pois a idéia gira em torno da compreensão das interações e relações sociais no espaço turístico material. Para Yázigi (2001, p. 34), “ao se pensar na estrutura da personalidade do lugar, a paisagem assume especial destaque, pois é precisamente dela que nos chega muito da percepção”. Aponta, com razão, que um elemento fundamental desta diferenciação social é a percepção. Esta se apresenta de maneira diferente para cada expectador, confirmando o que Lowenthal já apontou nos anos 1960 (1982, p. 125):

As avaliações são afetadas profundamente pela sociedade e pela cultura. Cada sistema social organiza o mundo de acordo com a sua estrutura e exigências particulares; cada cultura filtra a percepção do meio ambiente em harmonia com seu estilo e técnicas particulares.

Desse modo, a paisagem, seja ela natural, cultural ou construída, não é apenas matéria-prima para o turismo, uma vez que os participantes do mesmo – turistas, moradores, empreendedores - estabelecem relações com esta paisagem, e a codificam por meio de perspectivas com base em valores sociais, econômicos, afetivos e até mesmo simbólicos. Como afirma Xavier (2007, p. 37), “Para o turismo, a paisagem deve ser interpretada. Interpretar a paisagem significa agregar valores ao que é percebido”.

Entretanto, a pergunta que fica é: quem interpreta a paisagem e como se faz esta interpretação? Neste momento, a paisagem e, seu uso pelo turismo, revelam uma diferença fundamental de interpretação, opondo os processos identitários dos seus moradores, que vêem na paisagem uma matriz, enquanto os turistas-viajantes vêem nela apenas uma expressão “exótica” (quer dizer fora das vivências cotidianas deles). Nesse sentido, as relações dos moradores são de aprofundamento na paisagem, enquanto as dos viajantes são horizontais e de divertimento, definidas pela visão e não pela construção.

Menezes (2002, p. 41) alerta que estabelece-se, assim, um jogo de poder que impera nessa relação de perspectivas, onde os interesses de vivência se sobrepõem aos interesses de lazer, gerando ambigüidades entre a identidade característica da população local, esta aprofundada por relações de produção e alienação, e pela identidade apresentada, que é formada basicamente por imagens.

1.3 A IMAGEM TURÍSTICA E SOCIAL

A interligação das relações sociais na paisagem baseia-se em diferentes processos de identificação da imagem. A palavra “identificação” assume, neste caso, duas conotações: de um lado representa a identificação de uma pessoa que interpreta a imagem, se auto-identificando por meio dela, mas de outro lado representa a capacidade da própria imagem em mostrar-se de forma nítida e clara. Neste sentido, Kevin Lynch aponta no seu livro “A imagem da cidade”, com razão, que cada imagem se compõe de três componentes: a identidade, a estrutura e o significado: “uma imagem variável requer, primeiro, a identificação de um objeto, o que implica sua diferenciação de outras coisas (...) enquanto entidade separável” (1997, p. 9). Desta maneira, a imagem posiciona-se entre as estruturas reais e formais (neste caso, da paisagem) e de outro lado as interpretações desta imagem por pessoas - interpretações essas que podem variar, como mostram as já apontadas divergências entre turistas e moradores.

A formação da imagem depende, assim, tanto das necessidades de orientação e identificação da população local, como das intenções do mercado turístico em alcançar um máximo de pessoas por meio de uma determinada imagem atraente. Geralmente, esta paisagem se propaga indiretamente por postais, folderes e fotos, desta forma a comercialização pode causar um efeito de deformação na “imagem” identitária, conforme a conveniência e as necessidades dos propagadores que a reduzem em meros símbolos vazios de percepção, consciência ou sensações.

Percebe-se que em ambos os casos, tanto no morador como no turista, a paisagem interpreta-se como um meio de informações. Nela, a relação homem-natureza que transformou a paisagem ao longo do tempo mediante as adaptações que o homem fez para satisfazer às suas necessidades, se representa e revela. A paisagem está, desta maneira, permeada por histórias e experiências do cotidiano que cada grupo encontra nela de forma específica. Encontram-se, dessa forma, as conquistas, mas também os sonhos. As reconstruções históricas do passado da paisagem fazem parte destes processos. Portanto, de um lado as imagens se enraízam a elementos que lembram as conquistas e fracassos reais da transformação da paisagem, mas de outro interpretam também uma história

sonhada conforme as experiências ou (não) experiências de pessoas de fora e de dentro.

A partir destas reflexões mostra-se que, a paisagem define-se sempre embutida em motivações e leituras subjetivas de grupos e indivíduos que a interpretam conforme a legibilidade da sua iconografia (COSGROVE & JACKSON 2000, p. 22).

Para os moradores, esta textualidade é relacionada às relações de poder as quais são submetidos e que delimitam o seu pensável, memorizável e dizível, conforme Duncan (2004, p. 117).

Para o turista essa subjetividade se concretiza diferentemente. No turismo, a motivação principal é, no entender de Krippendorf, “o repouso em um universo sentido como a contrapartida do cotidiano” (2001, p. 45). Dentro desta perspectiva, o mais significativo para o turista é a possibilidade de estudar lugares e compreendê-los, tendo a percepção do diferente, daquilo que não lhe é próprio. Sendo assim, a descoberta da história dos outros se torna um ato turístico, um ato de diversão, no qual a paisagem é analisada.

Grande maioria de autores pesquisa a imagem turística apenas do lado do turista, como (ROSS, 2001 e CASTRO, 2002), e são poucos autores como (KRIPPENDORF, 2001 e ARAÚJO, 2001 ou SAHR E SAHR, 2001) que apontam, entretanto, as divergências entre a visão do morador e a do turista.

As diferentes expectativas entre turistas e moradores são esclarecidas por Krippendorf (2001, p.147). Este autor representa os interesses turísticos em três níveis:

- No primeiro nível estão os moradores locais, que pretendem a conservação da sua herança cultural e do meio em que vivem buscando melhorar sua posição econômica e social por meio do turismo. Neste mesmo nível estão os turistas que viajam em busca de novas experiências, e com mais conhecimentos querem ampliar os seus horizontes.
- No segundo nível estão os empreendedores turísticos (hotéis, restaurantes, comércio, serviços, governo, etc.) que visam o lucro, lucro este que geralmente não fica na região, a não ser o lucro dos

que fazem o intermédio entre a oferta e a procura, como é o caso dos profissionais de serviços relacionados ao lazer.

- No terceiro nível, englobam-se os turistas ocasionais.

Krippendorf (2001, p.148) enfatiza a antiga discussão que o turismo provoca a conciliação entre todos os níveis de interesse. Para o autor, o primeiro nível é determinante e a base para o sucesso do desenvolvimento turístico de uma região. “Nesse primeiro nível, é preciso tentar conciliar as necessidades da população local e dos turistas e conceber o desenvolvimento de tal forma que as realizações sejam lucrativas para ambos”.

Infelizmente, na realidade o primeiro nível é pouco lembrado, e o objetivo principal do planejamento para um turismo sustentável refere-se basicamente ao segundo. Isso acarreta uma inversão de prioridades e consequentemente insatisfação dos moradores locais que em muitos casos vêem o meio ambiente em que vivem sendo consumido de forma desequilibrada, gerando apenas prejuízos econômicos, sociais e culturais.

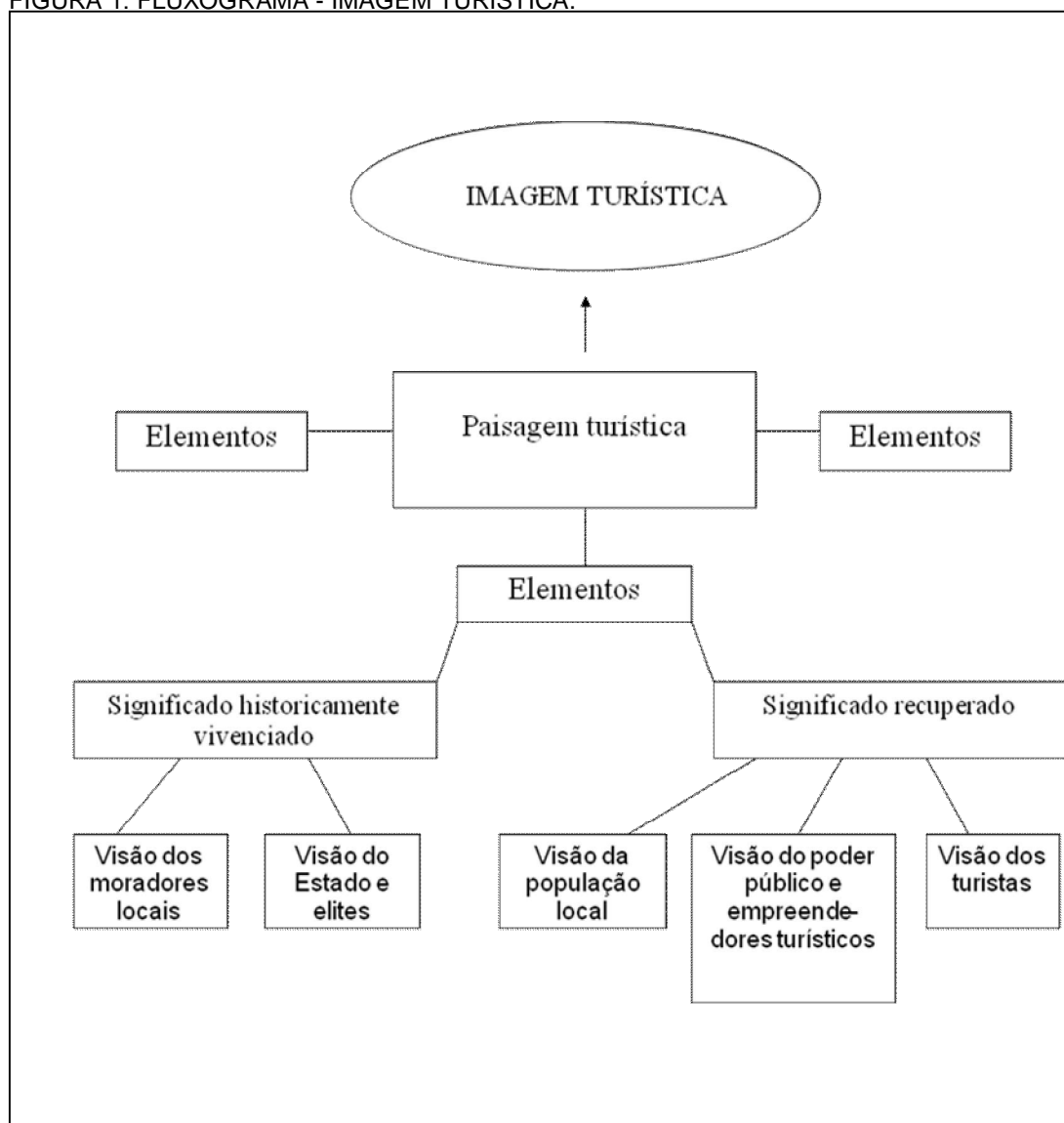
Na seqüência, apresenta-se uma figura que define graficamente a dupla situação da imagem turística a partir do conceito paisagem, e os diferentes grupos envolvidos na construção de uma paisagem turística. (FIGURA 1).

O fluxograma mostra que a imagem turística se forma primeiro pela paisagem como uma forma e estrutura que é construída a partir da junção de diferentes elementos - culturais, naturais, sociais, etc. – e que por sua vez detém significados. Esses significados podem ser historicamente vivenciados e/ou recuperados e serão definidos no próximo sub-capítulo.

Neste momento, menciona-se apenas o significado histórico que representa as visões do estado/elite e da população, formando muitas vezes uma relação conflituosa. Atualmente, observa-se uma redefinição desta imagem conflituosa por meio de uma sociedade democrática, a construção de um “significado recuperado” que mostra também a visão dos turistas frente à população local, igualmente conflituosa. Deste modo, a paisagem turística é um “lugar”¹ posicionando-se como uma localidade percorrida por diferentes interpretações e usos.

¹O espaço é tido como algo vazio de significado, sem importância para nós, já o lugar é visto com algum sentido, de reconhecido valor, como afirma (TUAN, 1983, p. 151), “o espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado”.

FIGURA 1: FLUXOGRAMA - IMAGEM TURÍSTICA.



FONTE: MICHELE HOBAL, 2008.

Dentro dessa perspectiva, o turismo pode contribuir para a sustentabilidade, conscientização e educação, mas também pode aumentar os conflitos que reajustem o imaginário às diferentes interpretações envolvidas. Afinal, como afirmam Sahr & Sahr (2001), apenas o potencial turístico e sua infra-estrutura turística – hospedagem, transporte, etc. – não são suficientes para atrair o turista. É necessário ainda criar uma imagem clara, com símbolos atrativos (comida, música, costumes – que constituem a história e cultura) que sejam compreendidos pelos turistas, porém que não sejam vistos pela população local como uma deformação de sua identidade.

Conseqüentemente, a autenticidade do produto turístico recebe um duplo sentido, e graças a ela a paisagem pode tornar-se sustentável. Como vemos em Lynch (1997, p. 12):

Na maior parte das vezes, a nossa percepção da cidade e/ou paisagem² não é íntegra, mas sim bastante parcial, fragmentária, envolvida noutras referências. Quase todos os sentidos estão envolvidos e a imagem é o composto resultante de todos eles.

A partir da elucidação colocada anteriormente, reencontramos elementos da epistemologia da Geografia Cultural. Tratando-se de uma paisagem que é um fenómeno social e cultural, a paisagem turística responde à necessidade das pessoas de vivenciar uma não-alienação e uma auto-afirmação, produzindo um imaginário real da sua vida social. Estes imaginários se diferenciam pelas experiências de cada um. A imagem representa desta maneira, um conjunto de relações simbólicas que as pessoas, tanto os turistas como os moradores, mantém com esse “lugar” (TUAN, 1980). Por meio destas relações se dá um significado não só a paisagem concreta, mas também ao mundo em geral, e este permite ao ser humano realizar-se na sua existência.

A imaginação não pertence apenas aos sentidos, que nos alinham à natureza, nem só ao intelecto que nos separa dela. O trabalho da imaginação não é totalmente reprodutivo (isto é, determinado pelos dados sensoriais extraídos do mundo exterior do qual ela depende), tampouco puramente produtivo (isto é, uma negação das imagens produzidas neste mundo). A imaginação ao contrário, desempenha um papel simbólico, capturando dados sensoriais sem reproduzi-los como imagens miméticas e “metamorfosando-os” através de sua capacidade metafórica de gerar novos significados (COSGROVE, 2000, p. 36).

Para Sahr & Sahr (2001, p. 400):

Esta imagem reconstruída, é claro, não necessariamente coincide com a realidade da época. Mas ela é construída como uma auto-imagem identitária, uma âncora da vida social, que passa pelos estereótipos comuns da história popular.

Diante deste cenário, Sahr & Sahr (2001) destacam quatro elementos necessários a uma imagem turística (p. 402):

1. A imagem tem que ser clara e facilmente percebida no cenário turístico, até ser chamativo.
2. A imagem precisa de certo nível de profundidade, detalhamento e diversidade estrutural.
3. A imagem necessita de uma integração do contexto vivido dos moradores.

4. A imagem tem que destacar-se pela unicidade, evocando uma narrativa excitante e exótica.

Com estas características é possível formar uma imagem igual a uma palavra concreta, e certa dentro de uma conversa, que pode entrar nos processos comunicativos tanto da diversão e erudição do turista como da identificação e luta social do morador.

1.4 DIFERENCIAÇÃO SOCIAL DA IMAGEM PELA MEMÓRIA

Uma imagem clara sempre está embutida num contexto social. Deste modo ela fornece matéria prima para as memórias coletivas de diferentes grupos. Conforme seu lugar na sociedade, cada indivíduo mobiliza a imagem e a adéqua para sua própria memória, revivendo seu suposto passado (LYNCH, 1997, p. 14).

Na época moderna, a perda da memória individual ou coletiva pode acarretar problemas de identidade, porque nela a identidade torna-se um recurso de poder. Quem detém este poder, pode manipular a memória coletiva pelo distanciamento, silêncio ou presença através de imagens. Essa perspectiva revela os diferentes tipos de memória, como são definidos por Le Goff (2000, p. 11):

- A memória específica é individual é embutida na vivência de uma determinada pessoa;
- A memória étnica é coletiva e assume um papel social aglutinador para o grupo, e excludente para pessoas fora do grupo social;
- A memória artificial é criada através de fantasias e desejos.

Dentro dessa concepção, a imagem turística de um lugar onde se reúnem estes diferentes tipos da memória não é homogênea. A idéia inicial é a criação de uma imagem artificial, para satisfazer os desejos dos turistas. Entretanto, desta forma faz-se também apelo para as memórias coletivas dos mesmos, que relacionam a paisagem turística com as suas próprias paisagens. Para isto, eles requerem certo grau de autenticidade também da paisagem de destino. Esta autenticidade não é necessariamente apresentada na invenção do relato turístico,

² Complemento do autor.

mas permeia o relato através das memórias coletivas da população local (mesmo quando estas são parcialmente sufocadas por questões da rede do poder local).

Nesse contexto, a paisagem torna-se lugar de valores e tradições diferenciadoras, portanto representa o jogo de interesses que está por trás da paisagem artificial, que ao mesmo tempo é coletiva. Desta maneira, a formação da imagem turística e/ou social não foge de processos de diferenciação social.

A memória coletiva é um dos elementos mais importantes das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, por sobreviver e por progredir. (LE GOFF, 2000, p. 57).

Conseqüentemente, “a evolução da memória depende da evolução social e está intimamente ligada ao desenvolvimento urbano” (LE GOFF, 2000, p. 11). Não há como entender a imagem de um lugar sem passar pela memória da sua população.

Dentro deste confronto de memórias coletivas, entre dominantes e dominados, estabelece-se ainda a memória artificial do turismo, criando uma diferenciação entre ser (histórico-social) e aparência de diversão. Neste momento, surgem as memórias individuais que levam a posturas sociais diferentes. Deste modo, afinidades ou preconceitos são gerados pelas relações sociais entre turistas e a população local. No caso de Calmon, a imagem da Guerra do Contestado se torna positiva ou negativa dependendo destas memórias individuais de cada grupo, e também pelas imagens preconcebidas dos viajantes.

O longo silêncio sobre a Guerra do Contestado e a contestação, na época, do valor social da população “fanática”, são sinais destas visões diferenciadoras de um sobre o outro. Os grupos hegemônicos determinam a visão “certa” como a visão das elites tradicionais e dos migrantes-colonos recém-chegados, já que ambos se baseiam no discurso civilizatório que determina a “primitividade” da população cabocla na região. Já estes caboclos são condenados ao silêncio, mas permanecem na sua materialidade, porque a visão dominante contesta seus valores tradicionais, porém não consegue extinguir os vestígios precários da sua vivência.

Nessa concepção estes elementos periféricos tornam-se internamente exóticos, enquanto são excluídos da sociedade hegemônica. Como o turismo cultural necessita do exotismo, muitas vezes as culturas excluídas tornam-se alvo da atividade turística. Isto se observa desde comunidades pesqueiras até grupos de

agricultura montanhosa (antigamente precária), como os exemplos da Suíça, da Áustria, da Floresta Negra, os viticultores da França e da Itália, ou os grupos indígenas em todas as Américas desde o Canadá até a terra do Fogo.

Do mesmo modo, quando o Brasil se democratiza nos anos 1980, estes relatos de uma memória coletiva oprimida, até então bastante silenciada e de fora da memória coletiva oficial, tornam-se interessantes e exóticos dentro do seu próprio lugar. Neste momento aparecem e até se buscam as histórias esquecidas dos antepassados com seus ícones de luta e resistência cultural.

Esta dialética da exclusão-inclusão da imagem turística torna-se problemática quando os descendentes, num estágio ainda pouco democratizado, querem manter o seu poder e ao mesmo tempo querem explorar a imagem exótica desta exclusão. Por isso, eles vêem, por exemplo, o caso do Contestado, neste relato, como uma imagem turística negativa, mas não podem mais evitar que o silêncio (conquistado pela opressão da população) torne-se falante. Desse modo, a própria memória das elites sofre alterações, como – entende-se – também a memória da população oprimida que começa a responder ao desafio do exotismo.

Por isso, o seu silêncio até agora não se reduz simplesmente à ausência de palavras, mas é um silêncio falante, onde eles, com suas significações secretas, marcam um lugar. No silêncio deles, o sentido pode ser sempre outro, ele é fundante como um significado contínuo (ORLANDI, 2007, p. 61 – 92). Atrás deste silêncio fala a dor, a resistência e a opressão, e todos agora ganham forma e podem reaparecer na paisagem social, quando inicia-se um diálogo entre turistas e população local.

1. 5 OS SIGNIFICADOS DA PAISAGEM TURÍSTICA

Nesta função social a imagem turística torna-se necessária para desconstruir os significados da paisagem, porque assim revelam-se também as redes de relações sociais contidas nela. Geralmente, a paisagem se apresenta de quatro maneiras, como segue, (ROSENDAHL & CORRÊA, 2004, p. 8).

- O seu quadro dito “natural” é um conjunto de elementos pré-existent das ações humanas, mas pode ser modificado por elas;

- O quadro “humano” representa a situação material atual, que é fruto de intervenções humanas;
- Estas ações humanas transformaram, ao longo do tempo, tanto o quadro natural como humano, e assim estão embutidas na dimensão “histórica”. A paisagem histórica ganha sua espacialidade na junção da seqüência de diferentes espaços diacrônicos;
- Ainda, e esta é a quarta dimensão, a paisagem é carregada de crenças e valores, tradições, culturas, histórias, mitos e significados que a tornam “simbólica”, não apenas de um único sistema de linguagem, mas de muitos.

Dentro dessa concepção torna-se claro o emaranhado de relações que está por trás da paisagem exposta e, a partir disso, Cosgrove afirma que a paisagem remete a significados embutidos de culturas e valores e, portanto, a leitura da paisagem necessita a consideração dos diversos significados que a compõem (2004, p. 92-122). Para entender estes diversos significados contidos é necessário certo conhecimento das linguagens utilizadas que ficam além da própria visão da imagem.

James Duncan, em seu texto “A Paisagem como sistema de criação de signos” (2004), afirma que a descrição da paisagem fica restrita aos limites da linguagem e, portanto, seria necessário ir além do simples observável. Porém, é necessário “completá-la com muito do que é invisível”, quer dizer ler os textos e subtextos dela, pois seus significados mudam com o tempo e com a perspectiva de cada intérprete. Para tanto, Duncan (2004, p. 101) sugere uma compreensão da “cultura como sistema de criação de signos através do qual (...) uma ordem social é transmitida, reproduzida, experimentada e explorada”. Sendo assim, a paisagem, como outras formas de organização social, representa um texto multilíngüe apto para muitas leituras.

Na tentativa de desvendar os mistérios que se esconde por trás da paisagem, Duncan apresenta o significado como o resultado de um processo social que ele chama de “significação” a qual adquire caráter sistêmico (p. 108). Para entender a significação da paisagem, Duncan indica três linhas a seguir.

- A primeira linha recomenda um exame dos relatos das pessoas locais, descobrindo a leitura, a interpretação, e a importância que as mesmas

atribuem à paisagem (p. 106). Estas interpretações são re-interpretadas pelo examinador, sendo necessário levar em conta a concepção contextual do mesmo (p. 107). Surge neste contexto o problema da hermenêutica, a qual reconhece as referências históricas, culturais e intelectuais que se apresentam ao examinador.

- A segunda linha diz respeito aos relatos não-locais, procurando comparar o discurso dos que estão inseridos na cultura local (*insider*) e os que vêm de fora (*outsider*) (p. 108-9). A justaposição destas leituras ajuda a perceber as ideologias dominantes e como elas se transmitem pela paisagem.
- A terceira linha é a leitura do próprio pesquisador como outsider, que proporciona uma visão da relação entre os diferentes elementos num sistema cultural, focando na maneira como a paisagem reproduz os códigos de significação presentes (p. 109).

A maneira como a significação ocorre leva à “retórica da paisagem” (p. 110), ou seja, às questões sobre os processos pelos quais a paisagem é lida como um texto na sociedade. Duncan apresenta, neste momento, diferentes maneiras de expressões, as quais ele chama de “tropos”.

- O primeiro tropo é a “alegoria” (p. 112), onde a paisagem não é vista no seu uso cotidiano, mas como representação da ordem superior, ou seja, na sua forma divina e ou moral (Duncan refere-se neste caso à cidade Kandy de Sri Lanka, mas esta afirmação também aplica à cidade moderna, quando se trata da idéia do espaço público).
- O segundo tropo é a “sinédoque”, o emprego de uma parte pelo todo, ou do todo por uma parte, ou seja, trata-se de representações desiguais (como, por exemplo, um moinho conota a cultura holandesa, ou a estação ferroviária de Calmon leva a memória da Guerra do Contestado). Entre estes sinédoques encontra-se a metonímia, a instalação de um ícone que representa um todo num contexto em que o objeto está inserido (p. 115).
- Finalmente, o último tropo é o da estrutura de uma narrativa, onde repetições são estrategicamente projetadas.

Como a paisagem (seja ela urbana ou rural) é apta a muitas leituras precisa-se estudar a questão da sua textualidade e intertextualidade, quer dizer em que forma se lê este texto. Nas sociedades tradicionais, a autoridade da interpretação e leitura de um texto geralmente fica com aqueles que controlam os textos sagrados, e/ou possuem a memória oficial. O controle da memória e dos seus textos implica na manutenção ou invenção de tradições, fazendo destes instrumentos um fator importante nos propósitos sociais, religiosos e políticos da sociedade em geral. Quem controla o texto, forma as mentes da população inserida nele.

Entretanto, como estes textos da paisagem são versões oficiais, também podem existir versões de resistência, interpretações diferentes de alteridade. Por exemplo, enquanto um segmento de determinada população pode elogiar uma linha de trem como benéfica para a região, porque a conecta com outras localidades, uma outra leitura pode apontar a mesma linha como um elemento que corta áreas antigamente contíguas destruindo os contextos tradicionais, desviando a atenção para fora. Neste caso, dois textos da mesma paisagem se sobrepõem numa intertextualidade, que se baseia em diferentes práticas sociais. Por isso, para Duncan (2004, p. 122), a compreensão de uma paisagem geralmente fundamenta-se no debate sobre seu uso, e não simplesmente na sua construção. Deste modo, a paisagem é um sistema cultural onde processos de significação e de retórica agem e interagem com a realidade vivida. Estes processos até frequentemente desempenham um papel significativo no processo político.

Essa concepção também é defendida por Augustin Berque. A paisagem para Berque (2004, p. 84) “é a expressão da relação homem – natureza”. Berque afirma que o homem transforma, produz e reproduz a paisagem mediante uma razão ou lógica, e essa lógica é o objeto que procuramos entender para explicar a paisagem e como ela se apresenta no presente. A dicotomia entre presente e passado é vista, por Berque, como paisagem marca e paisagem matriz. A paisagem marca representa os significados embutidos na paisagem ao longo do tempo, e a reprodução desses significados, enquanto que a paisagem matriz representa a vivência do homem com a natureza, é a que determina a reprodução (FIGURA 02).

No caso do turista, a paisagem revela-se como um lugar com uma leitura desconecta da sua vivência e também como um plano de marcas de histórias de fora. Esta alteridade representa o elo atrativo entre o estranho e seu próprio mundo.

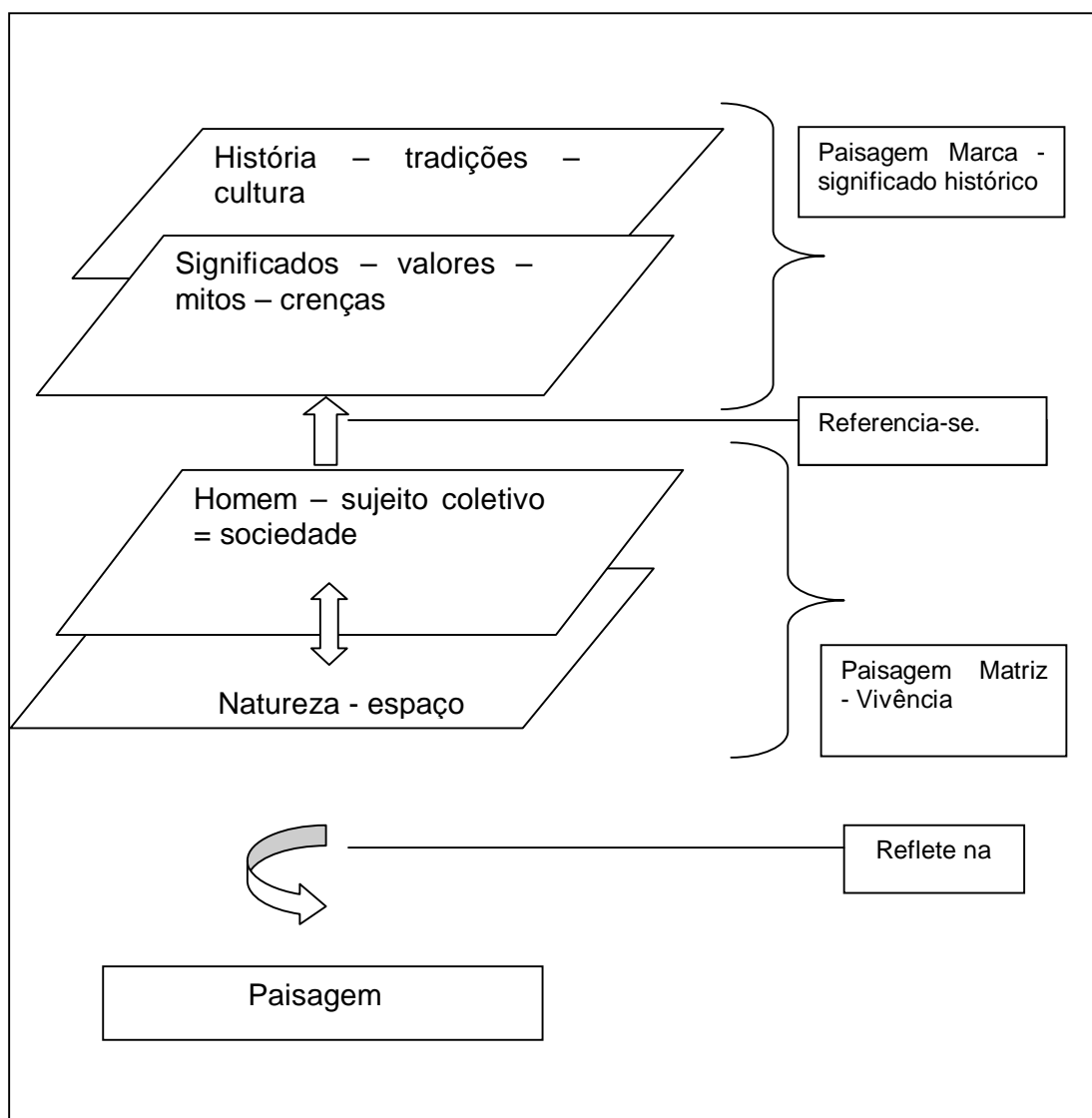
Essa delicada relação entre a motivação do turista e a realidade vivida da população local é de fundamental importância quando é construída a paisagem material como uma paisagem turística, com significados superficiais.

Por isso, como os turistas geralmente vêm de fora e ainda de diferentes regiões de origem, eles interpretam a paisagem a partir destes significados de fora, que não fazem parte necessariamente da matriz da região, mas reproduzem apenas os próprios imaginários turísticos. Contudo, a interpretação das marcas é diferente das da matriz vivida. Conseqüentemente, quando as empresas turísticas querem satisfazer estes imaginários, elas começam a influenciar no âmbito político da região turística, re-interpretações que podem distorcer os imaginários da população local. Desta maneira, até os elementos materiais podem sofrer alterações induzindo valores estranhos, originados da história dos turistas e não da história construtiva, original da paisagem em questão. Neste caso, a paisagem não conserva a identidade da população local, mas destrói as âncoras locais nela, criando uma ruptura.

Uma questão dentro da problemática da ruptura no turismo é, além da ruptura espacial entre paisagem-matriz e paisagem marca, a compreensão do aspecto temporal. Geralmente a experiência humana não conhece pontos de tempo, mas está embutida numa evolução fluida – por isso a idéia de uma História é relativamente recente, como afirma Cosgrove (2000, p. 44).

Frente ao exposto, observa-se que a questão do passado e do futuro toma evidência sempre pela imaginação. No passado, a paisagem marca quase sempre é um produto ideológico, onde se fixam tradições, mitos e símbolos apontando para um futuro. Baseando-se nesta compreensão linear do tempo, completamente ocidental, os grupos culturais tradicionais geralmente são vistos, devido a outra temporalidade, com um imaginário social que memoriza ideologicamente os elementos sagrados e da natureza, e por isso, são principalmente estes grupos que se tornam objeto-produto da paisagem turística.

FIGURA 02: FLUXOGRAMA - PAISAGEM MARCA / PAISAGEM MATRIZ



FONTE: MCHELE HOBAL, 2008.

Deste modo, a recreação dos turistas também significa a entrada numa outra temporalidade e sociabilidade, causando, mais uma vez a necessária ruptura com a paisagem do cotidiano.

Entretanto, exatamente nesta concepção do exótico encontra-se também um processo de auto-afirmação da população local; esta precisa da mesma ruptura para refletir sua vivência principalmente circular e inconsciente frente da História hegemônica. Mesmo se os autóctones reproduzirem seu imaginário com símbolos das suas lutas e com artefatos dos seus processos de produção, em forma de monumentos, eles ganham auto-reflexão e autoconfiança por meio do

distanciamento. Sendo assim, existe um interesse comum entre turista e morador que deve ser melhor articulado. Apesar de ambos disporem de ambientes e grupos sociais diferentes, a paisagem torna-se seu objeto comum de comunicação. Aparece aqui vagamente uma possível função de uma paisagem turística sustentável. E é sob essa perspectiva que a paisagem da cidade de Calmon foi analisada.

2. O CONTEXTO GEOGRÁFICO DE SANTA CATARINA

Quando pretende-se analisar o potencial turístico e paisagístico do município de Calmon, bem como sua formação sócio-espacial, torna-se necessário ter uma visão de como este espaço paisagístico contextualiza-se no conjunto do Estado de Santa Catarina. Desta forma é possível avaliar a situação competitiva desta região com outras regiões do Estado. Neste contexto, também é importante ressaltar a política pública de turismo, e as capacidades técnicas e de conhecimento dos atores turísticos, como os empresários e os órgãos políticos neste Estado.

O Estado de Santa Catarina pertence à região Sul do Brasil, está entre os Estados de Rio Grande do Sul e do Paraná, tem uma área de 95,4 mil km², divididos em 293 municípios, fazendo fronteira ainda com a Argentina na região Oeste. O clima é mesotérmico, com chuvas distribuídas durante todo o ano e variações de temperatura média anual entre 18°C e 22°C; (verão entre 19°C e 25°C e inverno 7°C e 16°C). As pluviosidades, na média 1.154mm, variam de 2.373mm em Xanxerê, no oeste catarinense e 1.219mm em Araranguá, no litoral (SDT, 1997).

Para Peluso Jr. (1991, p. 72), Santa Catarina é caracterizada pela oposição entre duas regiões fisiográficas, o Litoral e o Planalto, sendo estes divididos pela Serra Geral. Esta divisão assemelha-se ao Norte do Rio Grande do Sul e ao Paraná. A divisão entre Litoral e Planalto fica mais clara quando olhada sob a ótica da colonização deste espaço, originalmente indígena, que resulta na estrutura do Estado como um todo, com reflexos até os dias atuais.

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o Estado de Santa Catarina apresenta hoje uma população residente de 5.866.252 habitantes (IBGE, 2008), correspondendo a 3,1% da população brasileira, e é composto por diversas etnias: indígenas, afro-descendentes, luso-brasileiros, açorianos, alemães, italianos, austríacos, eslavos, japoneses, entre outros povos. Como a população é de múltiplas origens, e conseqüentemente numerosos costumes, resulta num Estado rico em diversidade econômica e cultural.

2.1 POVOAMENTO E DIFERENCIAÇÃO ÉTNICA

Do momento da colonização portuguesa até o século XVII, a região era habitada pelos indígenas Tupi-Guarani (Carijó), cujos remanescentes localizam-se ainda hoje no litoral, enquanto os grupos Jê (Xokleng e Kaingang) ficam no planalto e nas encostas do mesmo. Entre esses dois grupos havia diferenças culturais profundas. Enquanto os Carijó do litoral eram sedentários e praticavam a agricultura e a pesca, os Kaingang, do planalto, viviam habituados à economia do pinhão, agricultura rudimentar e caça, eram ainda seminômades (SANTOS, 1998, p. 15 – 27).

Esta configuração pré-cabraliana foi modificada pela expansão da ocupação portuguesa (e espanhola) que tiveram o litoral de Santa Catarina como ponto de apoio para atingir, principalmente, a região do Rio do Prata. Desde as primeiras viagens os navegadores reconheceram a importância dos portos de São Francisco, Ilha de Santa Catarina e Laguna, como ponto de apoio. Logo esses portos tornaram-se de grande importância para os navegadores que dirigiam-se ao Rio do Prata. (SANTOS, 1998, p. 39 – 43).

Em meados de 1673, iniciou-se a povoação de Nossa Senhora do Desterro, hoje Florianópolis. (SANTOS, 1998, p. 39 – 43), paralelamente, a fundação da vila de Santo Antônio dos Anjos de Laguna acontecia em virtude da necessidade de apoio à Colônia do Sacramento (no Rio Grande sul e Uruguai), estabelecendo uma ligação entre a costa e as estâncias do interior, por volta de 1684. (GOVERNO DE SANTA CATARINA, 2008).

Em meados do século XVIII bandeiras paulistas entraram pelo sertão do Planalto procurando uma ligação entre os campos de Rio Grande do Sul (Viamão) e o centro comercial pecuário de Sorocaba (São Paulo). Deste modo, estabeleceram-se na região dos campos os chamados "pousos", (como Lages, Curitibanos e outros), que com o tempo transformaram-se em povoações (LAGO, 1968, p. 84). As regiões de povoamento de então se interligavam pelos caminhos que saíam dos vales inseridos na Serra em direção oriental. Como por exemplo, em 1775, o bandeirante paulista Francisco Dias Velho fixou-se na ilha de Santa Catarina. Dias edificou a capela Nossa Senhora do Desterro (provavelmente onde hoje está

situada a Praça XV de Novembro), orientou a cultura de mandioca e de cana-de-açúcar, dedicando-se ainda à criação de gado e à mineração.

Na mesma época, em meados do século XVIII, Portugal promoveu a emigração de muita mão-de-obra do arquipélago dos Açores e da Ilha da Madeira para a região litorânea, como afirma Santos (1998, p. 55). Os açorianos foram localizados preferencialmente na Ilha de Santa Catarina e difundiram-se pela região, devido aos seus costumes como a pesca e tecelagem. Inicia-se assim, o primeiro processo de colonização por ocupação, em detrimento ao de exploração que ocorria no resto da Colônia.

A fase seguinte de povoamento iniciou-se, a partir de 1829, com a colonização organizada de migrantes europeus, principalmente alemães e italianos, que se instalaram nas regiões dos Vales e Serra Acima e nas florestas do Meio Oeste Catarinense. Para estes fins, o governo, agora Imperial, concedia concessões de terras para que os migrantes colonizassem a região, porém, muitas terras foram disputadas ainda com a população indígena (SANTOS, 1998, p. 77 - 82).

Neste processo, em 2 de setembro de 1850 foi fundada pelo Dr. Hermann Otto Blumenau a povoação que viria a ser a atual cidade de Blumenau. Em 1849, a Sociedade Colonizadora de Hamburgo adquiriu 8 léguas quadradas de terra, com o apoio da Princesa Dona Francisca, irmã do Imperador Pedro II, e o príncipe de Joinville, cujo núcleo deu origem à cidade de Joinville (fundada em 1851), que em 1870 já apresentava mais de 6.000 migrantes fixados (HERING, 1987). Outros fluxos migratórios vieram a partir de 1870, destacando-se, italianos e austríacos, que com sua tenacidade muito contribuíram para o desenvolvimento de Santa Catarina.

Deste modo, no final do Império a parte oriental do Estado estava quase completamente ocupada por diferentes grupos culturais, formando um conjunto de interações. No complexo litorâneo, uma região de colonos europeus, no Planalto, campos com muitos fazendeiros e os caboclos na faixa oriental das Matas com Araucária.

No Oeste, entretanto, a consolidação iniciou-se apenas após o fim da questão dos Campos de Palmas. Até então, esta região passou a ser explorada

principalmente por argentinos tendo a extração de madeira e de erva-mate ao longo do Rio Paraná como sua base (ROSSETTO, 1998, p.11).

O Centro do Estado, como uma grande parte do Oeste do planalto meridional em outros estados, teve sua ocupação marcada pelos caboclos. Estes, depois dos índios, foram os primeiros a penetrar as matas com uma agricultura de subsistência, geralmente isolados dos esquemas coloniais oficiais. Os mesmos acabaram sendo expulsos mais tarde pelas companhias colonizadoras, bem como os fazendeiros e coronéis, para que os migrantes pudessem se fixar, resultado da ânsia de desenvolvimento desenfreado imposto pelos governos da época. Como afirma Rossetto (1998, p.75):

O estudo da evolução demográfica do Oeste Catarinense permite deduzir que, na medida em que o caboclo formava suas comunidades, as empresas colonizadoras encontravam o caminho aberto para penetrar na região e vender as terras já desbravadas.

Desta forma, existia além da ocupação do litoral, com seu centro administrativo completamente integrado ao esquema político dominante, o planalto norte, marcado pelo latifúndio e poder político regional. Enquanto a ocupação oficial do oeste do Estado só ocorreu oficialmente após a Guerra do Contestado (1912-1916), por companhias européias, tendo menções de colonização por exploração e não ocupação como ocorreu no litoral. Portanto, não existia um “vazio demográfico” como afirma Lago (2000, p. 363) “a formação de colônias em “espaços vazios” entre o Litoral e o Planalto cresceu a partir de meados do século XIX”.

Mostra-se neste relato, que a formação social dos caboclos, de certa forma, estava entre várias formações sócio-econômicas poderosas. Logo compreende-se que, no desenvolvimento desenfreado da ocupação deste espaço, a violência e o drama trágico tornaram-se elementos básicos desta paisagem econômica e social.

2.2. A SITUAÇÃO ECONÔMICA DE SANTA CATARINA

Durante muito tempo o Estado de Santa Catarina tinha sua economia pautada na estrutura primária, entre eles os setores das atividades produtivas da agricultura, pecuária, indústria extrativa animal e a atividade extrativa vegetal. O

comércio de gado, de madeira e da erva mate eram as principais fontes de produção nas áreas rurais do Planalto, principalmente gerenciados por fazendeiros, a partir do século XX também por companhias agrárias. Neste ambiente, os núcleos de Blumenau e Joinville representavam ilhas de industrialização, principalmente com indústrias de tecidos e de metalúrgica. (LAGO, 1968).

Apesar de a história do Planalto envolver a expansão de fazendas no Meio Oeste Catarinense a partir do século XVIII, hoje predomina a pequena propriedade familiar rural forjando um modelo próprio e *sui generis* de exploração sócio-econômica de seu território. Como a ocupação do território foi ocorrendo de forma descentralizada, ela está, até certo ponto, bem distribuída. Por isso, os indicadores sociais do estado relacionados à renda, saúde, educação e mortalidade infantil, entre outros, mesmo estando longe do ideal, situam-se entre os melhores do país, em 2000 o IDH do Estado foi de 0,906 (PNUD, 2009).

Em conformidade com Goularti Filho (2002, p. 365), mesmo com apenas 1,13 % do território nacional, o PIB catarinense ocupa a sétima posição do país, proporcionalmente, Santa Catarina é mais industrializada do que o Brasil.

Uma notável característica do modelo catarinense de desenvolvimento é a pulverizada distribuição espacial de seus habitantes e de suas indústrias. Esta fragmentação criou regiões com grande autonomia. A diversidade das atividades fabris, a distribuição das atividades produtivas por todo o território e o elemento humano qualificado confere ao Estado um equilibrado modelo econômico, garantindo-lhe a uma excelente posição no valor de transformação industrial e nas exportações (HERING, 1987). Esta diversidade está diretamente relacionada com a forma de ocupação do Estado.

Como resultado desse modelo de desenvolvimento diversificado, diferentemente do resto do país, Santa Catarina teve um *boom* na economia nos anos 80. No Oeste houve a expansão dos frigoríficos, no Planalto Norte e Alto Vale do rio do Peixe o Pínus e reflorestamento, produção de papel e celulose, madeiras em geral e no Vale do Itajaí grupos ligados ao setor têxtil e ainda o crescimento do turismo. (GOULARTI FILHO, 2002, p. 365). Dessa forma, a economia catarinense é relativamente diversificada, sendo baseada parcialmente na grande agricultura, na pequena agricultura, no agro-business, na indústria e, mais recentemente, no turismo.

2.3. O TURISMO EM SANTA CATARINA

Devido a um mosaico sócio-cultural e étnico em Santa Catarina e da diversidade de suas paisagens, existe um grande potencial turístico no Estado. Diante deste cenário, o Governo representado pela SANTUR, órgão oficial de turismo do Estado, propôs uma regionalização turística desenvolvendo dez roteiros turísticos para englobar essa diversidade (GUIA SANTA CATARINA, 2009). São eles:

FIGURA 03: QUADRO - ROTEIROS TURÍSTICOS DE SANTA CATARINA

ROTEIRO	DESCRIPTIVO	PRINCIPAIS MUNICÍPIOS
<u>Caminho dos Príncipes</u>	Região colonizada principalmente por alemães, mas também por italianos, poloneses, franceses, suíços e noruegueses. O Caminho dos Príncipes conserva em sua arquitetura e hospitalidade os traços trazidos pelos imigrantes europeus. Diversidade ecológica, natureza rica e conservada, pólos industriais, ferrovia, tudo isso se encontra no Caminho dos Príncipes.	Joinville, Jaraguá do Sul, Rio Negrinho, São Bento do Sul e Canoinhas.
<u>Vale Europeu</u>	O Vale Europeu é cortado pelo Rio Itajaí e foi colonizado principalmente por imigrantes alemães e italianos. Traços da cultura germânica são marcas registradas de cidades como Blumenau, Pomerode e Brusque, com festas típicas como a Oktoberfest, em Blumenau, e a Fenarrecó, em Brusque. A cultura italiana tem seu primeiro núcleo de colonização na região e está presente em municípios como Nova Trento, São João Batista e Rodeio. Há ainda o turismo de compras, o religioso, e o ecoturismo.	Blumenau, Pomerode, Brusque, Nova Trento, Indaial e Rio do Sul.
<u>Litoral Norte</u>	As praias são o maior atrativo desta região do Estado. São Francisco do Sul é a cidade mais famosa e pólo econômico do Litoral Norte. É uma ilha que fica localizada na Baía da Babitonga, que, abriga outras 20 ilhas, aproximadamente. A Baía da Babitonga é uma grande enseada abrigada, o que permite navegação o ano inteiro e atrai pescadores de todas as regiões. Os maiores pontos turísticos de São Francisco do Sul são o Museu Nacional do Mar, o casario histórico, o Forte Marechal Luz e o Porto de São Francisco do Sul. Em	São Francisco do Sul, Itapoá, Penha, Piçarras e Barra Velha.

	<p>Penha fica o Beto Carrero World, quinto maior parque temático do mundo. A cultura açoriana está presente na culinária, à base de frutos do mar, nos costumes e nas embarcações, construídas artesanalmente.</p>	
<p><u>Rota do Sol</u></p>	<p>Devido às atrações, desde praias a parques temáticos e outras opções de lazer, o turismo é uma das principais atividades da região da Rota do Sol. Balneário Camboriú recebe na temporada mais de meio milhão de turistas, muitos deles estrangeiros. Há todo tipo de opções na cidade: ecoturismo, turismo de compras, praias tranquilas, praias badaladas e muito agito noturno. Também em Balneário Camboriú fica a Praia do Pinho, primeira praia oficial de nudismo do Brasil. Itajaí, cidade portuária e centro econômico da região, mantém preservados traços históricos da colonização portuguesa. As praias mais famosas de Itajaí são a dos Amores, de Cabeçudas e Brava. Na vizinha Navegantes fica o aeroporto internacional que atende toda a região Norte do Estado.</p>	<p>Balneário Camboriú, Itajaí e Navegantes.</p>
<p><u>Costa Esmeralda</u></p>	<p>Este pequeno trecho do litoral é mais um pedacinho de paraíso em Santa Catarina. O tom verde do mar dá nome a esta região que tem mais de 30 belas praias de águas transparentes e ótimas para prática de mergulho. Por estar localizada próximo à Reserva Biológica Marinha do Arvoredo, a Costa Esmeralda é muito procurada por mergulhadores de todo o Brasil. A cultura açoriana está presente nos vilarejos de pescadores, na culinária baseada em frutos do mar, nos costumes e no folclore.</p>	<p>Itapema, Porto Belo e Bombinhas.</p>
<p><u>Ilha de Santa Catarina</u></p>	<p>Florianópolis é conhecida como a Ilha da Magia. Suas belezas naturais atraem milhares de turistas dos mais diversos lugares todos os anos. É uma cidade de contrastes. Pequenos centros urbanos e completa infra-estrutura dividem espaço com as vilas de pescadores e outros povoados do interior da Ilha. A cultura açoriana marca a cidade. A Ilha de Santa Catarina oferece atrativos para todos os gostos: praias, lagoas doces e salgadas, ilhas, trilhas, ecoturismo, eco esporte, passeios de escuna e muito mais. Na região da Grande Florianópolis, nos municípios vizinhos de São José, Biguaçu, Palhoça e Santo Amaro da Imperatriz os atrativos também são grandes. Em Santo Amaro</p>	<p>Florianópolis, Palhoça, São José, Santo Amaro da Imperatriz e Governador Celso Ramos.</p>

	da Imperatriz as Caldas de Imperatriz, os rios para a prática de rafting e os morros para praticar vôo livre fazem da natureza o principal atrativo. Em Governador Celso Ramos fica algumas das mais tradicionais vilas de pescadores, como Ganchos, região em que a cultura açoriana é fortemente preservada. Palhoça tem algumas das mais belas praias do litoral sul, como a Guarda do Embaú, Praia da Pinheira, Praia do Sonho e Enseada do Brito.	
<u>Litoral Sul</u>	O Litoral Sul também abriga belíssimas praias e possui grande valor histórico. Laguna é a maior das cidades e foi lá que passou o Tratado de Tordesilhas, traço imaginário que dividiu o Novo Mundo entre Portugal e Espanha no século XV. Laguna é também a terra da heroína Anita Garibaldi. Mais de 600 construções já foram tombadas pelo patrimônio histórico. Muito famoso é o carnaval de Laguna, que atrai turistas de todas as partes em busca de diversão e alegria durante o verão. Outros pontos muito visitados em laguna são o Farol de Santa Marta e a Lagoa Imaruí. Garopaba e Imbituba, outras duas cidades de colonização açoriana, guardam em seus recantos locais com belíssimos visuais e praias selvagens, que deslumbram aqueles que os conhecem. Por manter preservadas as belezas naturais, o Litoral Sul é ótimo para o ecoturismo nas matas, trilhas ecológicas e cachoeiras. Campeonatos de surf são disputados com frequência nas praias do Litoral Sul, que costuma receber surfistas vindos inclusive de outros países. As praias mais famosas de Garopaba são: Praia da Ferrugem, Siriú, Garopaba, Ibiraquera, Silveira, Barra, Ouvidor e Vermelha. Em imbituba a mais famosa é a Praia do Rosa.	Laguna, Garopaba e Imbituba.
<u>Caminhos do Sul</u>	A região sul do Estado recebeu a maior corrente migratória italiana do Estado. O principal município é Criciúma, por seu desenvolvimento industrial e econômico. Capital brasileira do carvão e dos revestimentos cerâmicos detém uma das maiores reservas minerais do país e é o maior produtor brasileiro e a segunda maior região produtora do mundo de pisos e azulejos. Tubarão também é uma das mais desenvolvidas cidades da região, sua economia está ligada ao comércio, agricultura, pecuária e indústria cerâmica. Dois dos	Criciúma, Tubarão, Urussanga, Araranguá, Sombrio e Braço do Norte.

	<p>atrativos turísticos do município são as estações de águas termais e o Museu Ferroviário de Tubarão. Mas as pequenas cidades também têm seus atrativos. A colonização italiana é mais presente em pequenos municípios como Urussanga, Nova Veneza e Orleans, que mantêm mais arraigada a cultura dos imigrantes. Em Urussanga encontra-se uma réplica da <i>Pietà</i> de Michelangelo, que foi doada pelo Vaticano e está exposta no interior da Igreja Matriz. Mais ao Sul as atrações são os cânions de até 720 metros de altura na região do Parque Nacional dos Aparados da Serra e da Serra Geral, na fronteira com o Rio Grande do Sul. Penhascos, vales, inúmeras cachoeiras, campos e florestas guardam belezas naturais.</p>	
<p><u>Serra Catarinense</u></p>	<p>A Serra Catarinense, ou Planalto Serrano, é região mais fria do país, lugar onde neva a cada inverno, mesmo que em alguns poucos dias. A maior cidade da região, Lages, era ponto de parada dos tropeiros que levavam gado do Rio Grande do Sul a São Paulo há mais ou menos duzentos anos, por isso características gaúchas são tão marcantes em toda a serra. É em Lages também que acontece a maior festa do inverno, a Festa do Pinhão, que atrai milhares de turistas de outras cidades e estados. Nesta região foi criado o turismo rural. Quem se dirige a serra pode ficar alojadas nos mais hospitaleiros hotéis-fazenda ou pousadas rurais. As maiores atrações destes lugares são a natureza e o contato com os costumes da fazenda.</p> <p>O caminho para quem chega ao planalto serrano também é fascinante. As maiores atrações são a Serra do Rio do Rastro, conhecida como o portal da Serra Catarinense. Em São Joaquim, a cidade da maçã, a maior atração é mesmo a neve. No início do ano acontece a colheita da maçã e pode-se provar o mel serrano. Urubici concentra alguns dos melhores pontos para a prática de turismo de aventura, como rappel, canoagem, cavalgadas e trilhas. Não se pode deixar de visitar na cidade o Morro da Boa Vista, com 1.827 metros de altitude e o Morro do Convento, com 1.822 metros, onde fica o cartão-postal de Urubici, a famosa Pedra Furada.</p>	<p>Lages, São Joaquim, Urubici, Bom Jardim da Serra, Urupema e Bom Retiro.</p>

<u>Rota da Amizade</u>	A região oeste, conhecida como Rota da Amizade fica entre o limite marcado pela BR 116 e a fronteira com a Argentina. É nesta região que fica o Vale do Contestado, palco histórico de um episódio que marcou a região e é lembrado nos museus e monumentos que homenageiam este acontecimento. A cultura italiana é presente, responsável pela colonização de cidades como Chapecó e Videira. A região dos municípios de Videira, Tangará e Pinheiro Preto é conhecida como Vale da Uva e do Vinho. Há também as cidades de tradição alemã, como Itapiranga, berço da primeira Oktoberfest de Santa Catarina. Treze Tílias é o verdadeiro Tirol brasileiro, e preserva intactas características dos imigrantes austríacos. O município de Piratuba, a meio-oeste, é muito procurado por suas fontes de águas termominerais, e se formos adiante, na região de Águas de Chapecó, Palmitos, São Carlos, Quilombo e Caibi encontraremos a Rota das Termas. São Miguel do Oeste é a principal cidade da região que faz fronteira com a Argentina, rota dos viajantes do Mercosul.	Concórdia, Chapecó, Videira, Piratuba, São Miguel do Oeste e Treze Tílias.
------------------------	--	--

FONTE: GUIA SANTA CATARINA, 2009.

Uma análise nítida desta diferenciação histórica já mostra que nenhum dos 10 roteiros focaliza completamente no Contestado, mas apenas um tema de uma sub-região dentro do “Roteiro da amizade” (observe o nome) se refere a este acontecimento dramático. Assim, cria-se – de novo – mesmo dentro dos projetos turísticos, o silêncio mencionado acima. Também, a tabela revela que o turismo de massa, dito de sol e praia, ainda está em destaque (veja que 5 dos 10 roteiros baseiam-se nele). Entre os atrativos étnicos dominam claramente duas regiões, e ainda a região do Contestado é relegada ao segundo lugar dentro do Oeste Catarinense com traços predominante: europeus e gaúchos.

Deste modo, mesmo com o foco na etnicidade do Interior, Santa Catarina acompanha a evolução turística do país, que até pouco tempo atrás destacou o destino litorâneo como única opção para o lazer. Lago (2000, p. 518) exemplifica esta característica: “a economia do tempo livre em Santa Catarina (...) deve-se às ondulações das águas marinhas, aos amontoados de partículas arenosas e ao fulgor dos raios solares, manifestando-se, portanto, na faixa litorânea”.

O turismo de veraneio influi diretamente na transformação das cidades que o oferecem, causando muitas vezes impactos irreparáveis, uma vez que a população do Estado pode aumentar 51,81% verão (FARIAS, 2001, p. 388). Como afirma Lago (2000, p. 518): “a amplitude do fenômeno turístico se exalta em razão de sua característica essencial, a vigorosa pressão exercida nos espaços pela materialização da edificação da 2ª residência”. Portanto, há urgência em desenvolver uma estratégia de diversificação dos roteiros turísticos para o interior, e desta forma, aliviar o peso exagerado sobre o litoral.

É indiscutível que Santa Catarina tem sua economia impulsionada pelo turismo, porém, como o mesmo não é desenvolvido de forma uniforme no Estado necessita-se uma iniciativa incisiva do Governo. Segundo Farias (2001, p. 388), baseado em dados da Santur de 1994, “os atrativos que estimularam a presença destes visitantes foram: naturais/paisagísticos – 72,3%; visita a amigos – 21,93%; a história-cultural – 4,28%”. Estes dados demonstram o pouco aproveitamento do mosaico étnico, bem como da variedade de paisagens do Estado. Portanto, a criação dos roteiros regionais aparece como uma estratégia concreta para mudar esta situação.

Num âmbito onde os valores culturais estão se modificando, o lazer passa a ser encarado não apenas como a fuga do cotidiano, mas também como a vontade de conhecer e aprender o diferente e querer experimentar novas experiências e vivências. É essa mudança no processo mental e educativo da população que pode incentivar a busca para o interior e valorizar paisagens instigantes, até então pouco percebidas. Desta forma o turismo cultural ganha força e avança pelo restante do Estado.

2.4. O MUNICÍPIO DE CALMON DIANTE DO CENÁRIO TURÍSTICO DE SANTA CATARINA

O município de Calmon posiciona-se exatamente no Interior Catarinense, no limite entre a região Norte (Caminho dos príncipes) e a região Oeste (Rota da Amizade). (GUIA DE CIDADES, 2008). Fica numa área limítrofe até então bastante desprestigiada. Contudo, uma imagem turística forte da cultura cabocla poderia

resultar da história do Contestado, sendo este um atrativo, e a isso dedica-se o Núcleo de Pesquisas de Turismo de Guerra, sob coordenação de Nilson Cesar Fraga.

Nesse contexto, o município de Calmon como outros envolvidos com o Contestado e esquecidos turisticamente, possui certo potencial turístico que transcende o cultural-étnico dominante das culturas açorianas, alemães e italianas. Em Calmon é possível estabelecer uma apresentação da cultura cabocla, dentro dos moldes do turismo histórico, bem diferente do turismo atual. Para tanto, discutimos a seguir as características desta região sob a influência da cultura cabocla e dos trágicos eventos da Guerra de Contestado.

Lembramos que, neste sentido, deve-se recuperar ou criar uma imagem da paisagem turística com as marcas destes acontecimentos, principalmente dentro dos moldes da cultura cabocla, que em muitos casos é uma cultura de “retirada” e “fuga” – quer dizer uma cultura que até então estava acostumada a se esconder no interior das matas devido a influências negativas e opressoras das elites dominantes. Por isso, até hoje, o “silêncio” dos caboclos se faz ouvir basicamente falando das suas derrotas. Preservar, por exemplo, estações de trem, armas do exército e fotografias de “fanáticos” e/ou caboclos aprisionados, contribui sem dúvidas para a monumentalização da derrota, e não para uma paisagem matriz das vivências e valores reais desta população.

Então, o desafio agora é criar uma imagem “positiva” e “vivencial” dos caboclos, exemplificando as suas próprias lógicas, mostrando como os seus redutos (hoje não mais existentes) poderiam ser reconstruídos em museus; como a sua agricultura, extremamente complexa, poderia contribuir para uma agricultura ecológica de hoje (pós-moderna); e apresentar a sua religiosidade não como sinal de fanatismo, mas como uma etno-filosofia viável nas condições de opressão que eles sofreram.

Neste momento, uma paisagem-marca, com significados superficiais, transforma-se numa paisagem-matriz, ancorada na própria história de uma parcela da população até então desprestigiada.

3. A GUERRA DE CONTESTADO, A NARRATIVA DISPUTADA E UMA DISPUTA DE NARRATIVAS NA REGIÃO DE CALMON.

A Guerra do Contestado (1912-1916) foi um evento bastante violento com consequências para todo o Sul do Brasil. Nele, sobrepuseram-se vários níveis de conflitos: divergências entre Argentina e Brasil, questões de posse de terras entre diferentes coronéis, a questão de divisa entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, os conflitos sociais entre fazendeiros e caboclos, e o debate entre o capitalismo moderno de uma ferrovia estrangeira e o tradicionalismo da população cabocla local. A extensão territorial das atividades do conflito permite visualizar as dimensões da guerra, conforme se verifica no mapa (FIGURA 04), embora os seus efeitos por meio dos refugiados, dos recrutamentos de soldados e até de debates políticos, ultrapassa em muito este raio restrito.

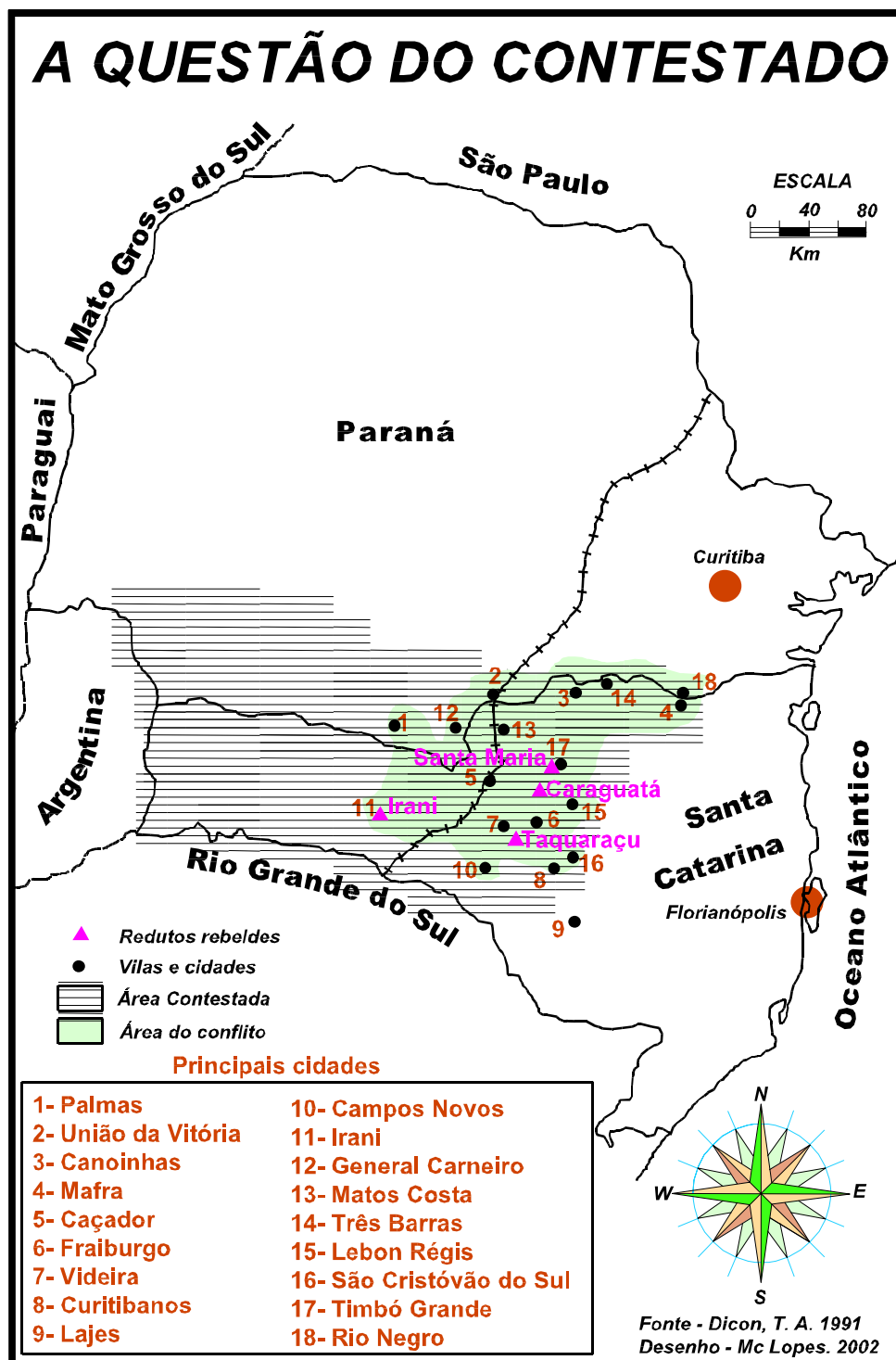
A região do “Contestado”, área de conflito, reuniu na época 30 mil pessoas, habitantes da região, posseiros, “os fanatizados”, que viam nos eventos sociais da época, realizados pelo governo, ocasiões para exercer pressões políticas e sociais a cerca da área disputada, estando em busca de seus direitos de posse pela terra.

A multiplicidade dos conflitos resulta em numerosas interpretações. Com isso os órgãos do Estado, até recentemente, destacaram apenas os conflitos fronteiriços como os assuntos principais da guerra, negligenciando o componente sócio-cultural da região com suas revoltas sociais.

A partir dos anos 1970, contudo, vários pesquisadores levaram estes movimentos sociais a sério, propondo que este conflito representa principalmente um conflito entre o mundo econômico moderno (ferrovia, grandes fazendeiros, Estado) e o mundo dito “tradicional” (caboclos). Esta divergência interpretativa permeia até hoje nas pesquisas, portanto, é considerada relevante para a construção de uma imagem turística.

Pela versão oficial, a questão apontada é de litígio sobre os limites tanto entre Argentina e Brasil, como entre Santa Catarina e Paraná. Contudo, as disputas pelo território na região do Contestado originam-se no século XVIII entre Portugal e Espanha. O mútuo interesse territorial dos dois poderes coloniais deixava surgir vários conflitos no século XVIII, principalmente na região de Sacramento. (SANTOS, 1998, p. 95 – 105).

FIGURA 04 – MAPA DA REPRESENTAÇÃO DA ÁREA CONTESTADA POR PARANÁ E SANTA CATARINA.



FONTE: DICON, F. A. 1991.

Na mesma época surgiram conflitos sobre a questão de limites envolvendo as Capitâneas (futuras Províncias) de São Pedro de Alcântara e São Paulo. No século

XVIII, abriu-se o Caminho das tropas entre Sorocaba (São Paulo) e Viamão (Rio Grande do Sul) atravessando o Planalto Oriental de Santa Catarina, e para estabelecer um núcleo populacional entre ambos foram fundadas as vilas de Lages e Curitibanos. Em função disso, a jurisdição sobre o caminho ficou na mão de São Paulo, até o Rio Uruguai na divisa com o Rio Grande. Entretanto, com a reorganização das províncias, Dom João VI determinou que Lages ficasse subordinada à jurisdição de Santa Catarina, por questões de proximidade (SANTOS, 1998, p. 95 - 105).

Quando, em 1853, foi criada a Província do Paraná desmembrada de São Paulo, resolveu-se manter o domínio do Paraná até o Rio Uruguai, o que não agradou Santa Catarina que detinha a ocupação e administração daquela área. Por isso, essa área passou a chamar-se Contestada. Santa Catarina incentivou a ocupação com fazendas de criação de gado em Lages, Campos Novos e Curitibanos. Quando na mesma época, no Paraná ocorreu a descoberta dos Campos de Guarapuava e pouco depois, dos Campos de Palmas. Com isso o Paraná entrou numa disputa com a Argentina, disputa que o Brasil ganhou (SANTOS, 1998, p. 95 - 105). Dessa forma, o Paraná herdou o impasse entre São Paulo e Santa Catarina, inclusive a disputa pelas terras.

Esta situação alastrou-se “pacificamente” desde o século XIX, mas reviveu na disputa com a construção da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, cujo planejamento surge já no início da República, em 1889. Segundo Thomé (1983, p. 109):

O engenheiro Teixeira Soares que obteve a concessão para construção da estrada de ferro, fundou no ano seguinte, 1890, a Compagnie Chemins de Fer Sud Ouest Brésiliens, no ano seguinte passou para a Companhia União Industrial dos Estados do Brazil, sendo mais uma vez transferida, em 1894, à Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande.

Thomé (1983, p. 41) explica ainda que:

Pelo decreto nº. 10.432 – de 9 de novembro de 1889. Concede privilégios, garantida de juros e terras devolutas, mediante autorização legislativa, para a construção, uso e gozo de uma estrada de ferro, que partindo das margens do Itararé, na Província de S. Paulo, vá terminar em Santa Maria da Bocca, do Monte, na Província do Rio Grande do Sul, com diversos ramais.

O grande problema das novas concessões para as companhias de Ferrovias era que elas sobrepuseram-se nas “terras devolutas”, já que as mesmas teriam “em uma zona máxima de 15 km para cada lado da linha” (Thomé 1983, p. 110).

Porém esta região de terras ditas devolutas era plenamente povoada por uma população cabocla. Devido ao privilégio cedido a companhia, os caboclos foram expulsos de suas terras, pois estes não tinham o título de posse da mesma. Como aponta Santos (1998, p. 97):

Quem não tinha recursos para adquirir terras e se instalar como fazendeiro, quem era destituído de cabedais, tinha de se embrenhar no sertão e achar seu lugar. Na época a terra tinha pouco valor. A maioria das pessoas do interior abria uma clareira na mata, plantava uma roça, construía uma casa e se estabelecia. Ninguém se preocupava em documentar a terra que ocupava.

O clima de tensão aumentou quando se buscou o controle acionário da Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande pela *Brazil Railway Company*, que primeiramente era de uma companhia francesa. Este grupo norte-americano tinha grandes interesses pelas “terras prometidas” e em 1911 começou a expulsão dos posseiros (SANTOS, 1998, P. 102). Segundo Santos (p. 99) “era seu interesse explorar as madeiras existentes nesta faixa e, logo em seguida, vender a terra para imigrantes”. Nenhum cuidado ou preocupação houve com os que lá moravam, com os que haviam colonizado as chamadas “terras devolutas”, sobrevivendo do que plantavam. Também os moradores originais, os índios da região, não foram respeitados neste momento.

Para a exploração da madeira, Persival Farquhar, que já fazia parte do grupo *Brazil Railway Company*, implantou em 1909 a *Southern Brazil Lumber Colonization Company*, tendo uma serraria em Três Barras e outra em Calmon. A *Lumber* passou a explorar uma área imensa, e devido a sua grandiosidade, os pequenos serralheiros não podiam competir. A consequência foi a população ficar sob os domínios de uma única companhia estrangeira que bastante a oprimiu com seus baixíssimos salários. A companhia também se envolvia no comércio de produtos alimentícios, vendendo nos seus armazéns comida para a população local. Ainda mais, forçou os caboclos a festejar a independência dos Estados Unidos criando constrangimentos para o “espírito nacionalista” brasileiro da época (THOMÉ, 1983 p. 123).

Os caboclos, cansados, desacreditados, e imbuídos de um sentimento de revolta pelo abuso que sofriam, uniram-se na crença do catolicismo popular aderindo às pregações do monge São José Maria que os incentivou a lutar pelos seus direitos.

Por ser uma região onde predominava a mata, as condições de vida dos sertanejos eram extremamente difíceis, mas integradas a situação ambiental. Moravam em casebres cobertos com palhas e chão batido, não tendo as paredes de divisão interna, usavam vestimentas precárias e sobreviviam da cultura de subsistência plantando feijão, milho e mandioca e se alimentando também de frutas, raízes nativas e vegetais (FELISBINO, 2002). Tinham o hábito de cozinhar em fogo de chão sem trempes de ferro, sendo que no verão a comida era feita fora dos casebres e no inverno, dentro, para aquecer a tapera.

Desse modo, a região era basicamente formada por uma cultura além dos padrões de um Estado moderno, mas profundamente entrosada na cultura dos “sertões”. Não havia escolas e muito menos professores, não havia um sistema de saúde “moderno” com médicos nas redondezas, nem serviço de segurança ou representação da lei oficial. Mas utilizava-se o ensino oral dos velhos (em contos), a medicina caseira, o controle social dentro dos grupos e pela ética religiosa e o sentimento de auto-estima e de justiça principalmente nos moldes de um catolicismo popular. A religiosidade baseava-se num catolicismo rústico propagado por monges e beatos que percorriam as localidades nas matas com Araucária, pregando conselhos, orações e benzendo os enfermos, além de batizados, pois muito raramente apareciam padres naqueles sertões. (FELISBINO, 2002).

Inexistia uma ligação direta entre a narrativa do estado moderno e a narrativa popular. O silêncio, a falta de um diálogo, foi sua característica principal.

Historicamente, eram provavelmente três monges que passaram pela região, a pesar de suas atuações se misturarem muito na memória da população como as “do monge”. O primeiro monge era São João Maria, que percorria todo o Sul caboclo já nos meados do século XIX, mas atuava basicamente como conselheiro. Os outros dois se diziam a reencarnação do primeiro, e tinham um papel muito mais social e militar. O monge mais conhecido entre eles foi o monge José Maria:

(....) chamava-se Miguel Lucena. Intitulava-se Jose Maria d'Agostini e era desertor da polícia paranaense. Atraindo os injustiçados, os descontentes, logo passou a ser seguido por enorme multidão. E com seus conhecimentos militares passou a organizar os revoltosos, criando as condições para a ação militar desta população civil. (SANTOS, 1998, p. 100).

Pelas noções militares deste último monge, ele e seus seguidores se intitularam, durante a guerra de Contestado, de “Bravo Exército de São João Maria”

e também “Bravo Exército de São Sebastião”, enquanto os militares o chamavam de “fanáticos” (SANTOS, 1998, p. 100). Sob sua liderança, os caboclos passaram a formar redutos, para que pudessem se defender de tropas que foram enviadas para atacar essa população civil que atrapalhava a construção da Estrada de Ferro e o desenvolvimento da região.

O “Exército de São João Maria” contou com quase 10 mil pessoas armadas, geralmente homens, mas também crianças e mulheres, tanto jovens como velhos. Dessa forma, a população inteira passou a lutar pela sua sobrevivência econômica e cultural, e devido sua forte fé, resistiram até ao fogo armado acreditando que isto faria parte da sua glória (PEIXOTO, 1995). Esta narrativa, agora em embate direto não só com as narrativas dos Estados, mas também com suas tropas, além das atuações dos coronéis e da Companhia ferroviária, transformam a falta de comunicação num conflito violento, tanto na visão das pessoas que viam este conflito de fora, como no campo de batalha.

Devido a todos estes fatos mencionados criou-se um imaginário profundo na população regional, com conseqüências psicológicas importantes. Como a forte atuação do Estado depois da guerra e até recentemente vem discriminando por meio de várias imagens a população cabocla, a suposta inferioridade deles acaba por fazer parte do próprio imaginário da população local da região da guerra, sentida não só no esquecimento, mas até na rejeição desta cultura pelo poder oficial. O Exército brasileiro e as elites (inclusive alguns historiadores) chamam, até hoje, os caboclos de “fanáticos” denegando a imagem de um “povo” unido pela sua fé e cultura.

A própria “Campanha do Contestado” teve início em 1912, quando o monge fixou-se em Taquaruçú (perto de Curitiba), de onde foi expulso pelo Coronel Francisco Albuquerque do governo catarinense. Por isso, o monge e os caboclos que o seguiam deslocaram-se para o Oeste, atravessando o Rio do Peixe e instalando-se na região de Irani. Porém o governo paranaense interpretou esse fato como uma invasão de catarinenses em terras que pertenciam ao Paraná, sendo este o estopim da guerra. Em agosto de 1912, o governo paranaense evocou auxílio do Exército Federal para garantir a ordem enviando tropas para a região. Em outubro do mesmo ano morreram, devido a batalha de Irani, o “monge” José Maria e

o Capitão João Gualberto, chefe da polícia paranaense, dando início aos conflitos militares da guerra (PEIXOTO 1995).

Pouco depois, renasce o reduto de Taquaruçú e as atividades dos caboclos em Perdizes, perto de Caçador. Contudo, em 1914, o Exército ataca também estes redutos incendiando casas e dispersando os “fanáticos” à bala. Parte dos camponeses fugiu rumo a Caraguatá, sob o comando de uma menina: Maria Rosa, conhecida como a Joana D’Arc do sertão brasileiro (FRAGA, 2002).

Lá, concentrou-se o maior número de caboclos de toda a campanha (quase 25.000 pessoas), tendo até apoio de alguns coronéis derrotados nas disputas internas entre a elite catarinense. Subestimando o poderio do adversário, o Exército Brasileiro atacou-os e foi derrotado depois da sangrenta luta, na qual os camponeses adotaram a tática de guerrilha ainda desconhecida pelos soldados. Tal tática será usada até o fim da guerra. (PEIXOTO 1995).

Apesar da inferioridade numérica, os militares dispuseram de melhor aparelhamento bélico; utilizavam canhões, metralhadoras, bombas, espadas e fuzis, contra facões de pau, velhas espingardas, mosquetões e revólveres dos sertanejos, porém defrontaram-se com um verdadeiro exército rival disciplinado, formado por pessoas conhecedoras do terreno e da natureza. Entretanto, eles conseguiram perseguir o exército caboclo ao Norte até Calmon. Em 5 de setembro de 1914, os rebeldes atacaram Calmon incendiando os depósitos da madeireira Lumber, deste ataque a Guerra do Contestado vira notícia nos jornais da Europa e EUA. (FRAGA, 2002).

Em função da importância deste fato forma-se a grande expedição do General Setembrino de Carvalho, com 6.408 soldados do Exército, 26 policiais do Paraná mais 300 vaqueanos civis, restabelecendo o tráfego de trem, interrompido devido ao incêndio, ainda em setembro. E esse mesmo contingente, as forças policiais e o Exército, começam a “limpar” a região até finalmente chegar, em 1915, no reduto de Santa Maria (perto de Calmon). (FRAGA, 2005, p. 228 - 255).

Para Fraga (2002), a tática militar foi cercar os camponeses numa região menor e nela ir penetrando ainda que lentamente, não deixando entrar alimentos e munições aos redutos, enfraquecendo os sertanejos. As doenças foram exterminando os revoltosos, sendo que alguns fugindo da morte acabavam se entregando as forças oficiais.

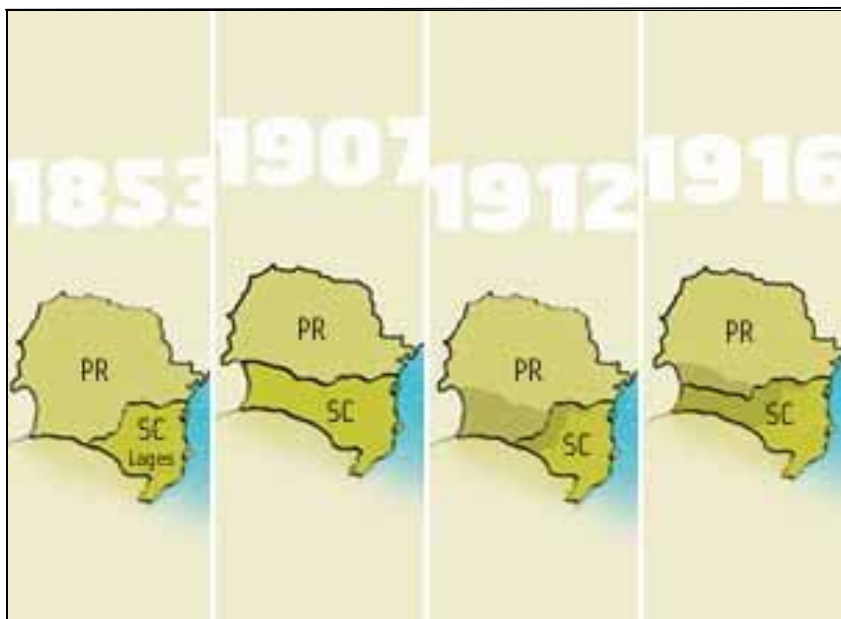
Ao liquidar os últimos focos de resistência cabocla, o governo havia enviado 13 expedições militares para a região. Pela primeira vez no Brasil utilizara-se o avião como veículo bélico. Lutara-se quatro anos. Milhares de pessoas entre jagunços, militares e civis, foram mortas. (SANTOS, 1998, p.101).

Em 20 de novembro de 1916, finalmente, foi assinado o “Acordo de Limites” entre Paraná e Santa Catarina, colocando um “ponto final” sobre a questão de divisas, pelos governadores e o presidente da República, Wenceslau Brás, no Palácio do Catete, Rio de Janeiro. Esta decisão passou por cima de uma determinação do Supremo Tribunal Federal, de anos atrás, que tinha dado ganho de causa a Santa Catarina sobre o território contestado. (THOMÉ, 2005)

Dos 48.000 km² que estavam em disputa, 28.000 km² ficaram para Santa Catarina, e 20.000 km² para o Paraná (FIGURA 05). A partir do acordo de limites, começou o processo de “catarinizar” e “paranizar” as cidades criadas a partir do acordo, que passaram a receber a atenção dos respectivos Estados, induzindo a colonização estrangeira e o desenvolvimento a qualquer custo. Sachweh (2002, p.51) relata que:

Com o acordo, várias cidades foram fundadas, e com elas vieram as prefeituras, as leis, as escolas e as cadeias, os padres e os policiais, as empresas e os sindicatos que assim representavam o início do desenvolvimento nos moldes estrangeiros.

FIGURA 05 – REPRESENTAÇÃO DA DIVISÃO DAS TERRAS CONTESTADAS, PELOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA.



FONTE: MUNDOESTRANHO, 2008.

Não se tem um número preciso sobre o total de mortes na Guerra do Contestado, mas estima-se que gire em torno de 10 mil, podendo chegar a 30 mil (FRAGA, 2002). Já que nos anos posteriores ao final da guerra, forças policiais e jagunços contratados realizaram junto aos coronéis da região, buscas pelos sertões com o propósito de impor a “ordem” e acabar com possíveis resistências do “Exército Encantado de São João Maria”. O que se sabe é que estas forças realizaram uma verdadeira limpeza étnica no planalto serrano de Santa Catarina, matando os caboclos refugiados no meio do mato, sem discriminar quem quer que fosse encontrado: homens, mulheres, velhos ou crianças.

Milhares de mortos foram queimados em crematórios de taipa, construídos pelos próprios caboclos a mando do Exército, comidos pelos porcos, pelos abutres ou largados no ambiente deflagrado. Muitos foram degolados com a finalidade de economizar balas, enterrados em valas comuns (algumas com centenas de cadáveres) ou lançados aos rios, como o Rio Lava Tripa, afluente do Rio Santa Maria. (FRAGA, 2002)

Por fim, resta a imprecisão oficial dos fatos. A falta de respeito com os seres humanos desta região pelo próprio Estado nos induz ao pensamento de que esta história está, em grande parte, até hoje oculta, como nas palavras de Auras (1995, p.21): “Para reconstruir o movimento rebelde do Contestado tive que recorrer a documentos escritos pelos vencedores. A história dos vencidos é também espoliada de documentos oficiais”.

Neste momento, torna-se importante recuperar as idéias da paisagem do capítulo 1. Nele tínhamos apontado a diferencia entre uma visão de fora (do turista) e uma visão de dentro (do morador). A dominância das narrativas dos vencedores, entretanto, permite apenas reconstruir uma paisagem de marcas, e não uma paisagem matriz. Compreender, portanto, a paisagem matriz, significa reconstruir entre espaços das narrativas dos vencedores, uma paisagem completa. Contudo, até hoje, percebe-se a noção oficial dos fatos pelo lado dos vencedores, e a criação de uma história do caboclo passa pelo silêncio dos silenciados, recuperando o seu mundo vivido apenas pela reconstrução.

Nesse contexto, o encontro de artefatos dos caboclos precisa sempre estar contextualizado no ponto de vista dos caboclos. Neste momento, a paisagem

turística deveria ser mais uma paisagem artificial, do que uma paisagem de marcas. Entretanto, a sua artificialidade vai ao encontro da paisagem matriz do mundo caboclo e, dessa forma, ganha uma estranha autenticidade. Sendo quase inventada, ela recupera um enraizamento na região original.

4. O MUNICÍPIO DE CALMON: DAS CINZAS AO DESENVOLVIMENTO SÓCIOECONÔMICO.

Calmon, a cidade objeto desta pesquisa, localiza-se exatamente no ponto geográfico, onde a Guerra do Contestado terminou: no meio oeste de Santa Catarina, perto da divisa com o Estado do Paraná. Trata-se de uma região do Planalto Norte, conhecida também como Vale do Rio do Peixe. O município faz divisa com os municípios de Matos Costa, Caçador, Porto União, Lebon Régis e Timbó Grande em Santa Catarina, e General Carneiro no Paraná. (FIGURA 06).

FIGURA 06 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CALMON/SC.



FONTE: MAPAINTERATIVO, 2009.

O município de Calmon localiza-se a uma latitude 26°35'59" sul e a uma longitude 51°05'50" oeste, estando a uma altitude de 1200 metros. (APONTADOR, 2008). Como toda a região do planalto de Santa Catarina, possui clima mesotérmico úmido, com verão ameno e inverno rigoroso e temperatura média de 15,1°C. O acesso se dá pela Rodovia SC-302, a partir da BR-280. Outro caminho é pela BR-153, seguindo depois pela SC-451 até Caçador e acessando a SC-302. (GOVERNO DE SANTA CATARINA, 2008).

O município apresenta um IDH relativamente pequeno, mostrando até hoje a precariedade do seu desenvolvimento dentro do Estado moderno. No que tange aos investimentos do Estado, faz parte da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Caçador (micro-região de Caçador) e também da AMARP - Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe, desmembrada da microrregião de Joaçaba em 1968, (AMARP, 2008).

Apresenta uma população de aproximadamente 4.012 mil habitantes. Apesar de sua área é de 640 km², a densidade demográfica é apenas de 6,3 hab km². (IBGE, 2008). Grande parte dos seus habitantes migrou de outras cidades e Estados, pois devido ao processo de reforma agrária ocorrida na região durante os últimos tempos, houve uma crescente migração de todas as partes do Estado, geralmente de uma população precária e empobrecida.

A maioria dos migrantes provém do Oeste Catarinense, das cidades de Campo Erê, Xanxerê, Quilombo, Chapecó e São Lourenço do Oeste, que se mostram atualmente economicamente mais dinâmicos. Atualmente, existem 330 famílias assentadas dentro do município, assim distribuídas: assentamento Conquista 5 de Maio - 220 famílias; assentamento 25 de Julho - 110 família. (PREFEITURA DE CALMON, 2008). Encontra-se, nestes assentamentos, a mesma população marginalizada que já foi prejudicada pela luta contra os caboclos. Em termos de auto-estima, contudo, por meio da recuperação da história pela visão dos caboclos, representa a chance de criar pontos de enraizamento para exatamente esta população.

Inicialmente, a região era composta por fazendas, sendo a fazenda São Roque a que dominava e o que hoje é a sede do município de Calmon. A importância histórica oficial da região deve-se tanto à Ferrovia São Paulo – Rio Grande quanto à Companhia Lumber, ambas envolvidas nas questões que levaram à Guerra do Contestado. Esta estrada de ferro interligava o trecho União da Vitória e Caçador e era de suma importância para o desenvolvimento da região. Em 1909, cortava uma região tradicional de fazendas nas paisagens mais abertas, e de mata, dominada pela cultura cabocla (DIÁRIO CATARINENSE de 30 de abril de 1997).

Na época, Calmon recebeu este nome devido à estação ferroviária inaugurada em 1909, que deu início ao povoado “urbano”. (FOTO 1). A estação, primeiramente chamada Osmam Medeiros, recebeu o nome em homenagem a

Miguel Calmon du Pin e Almeida (1879-1935), então ministro de Viação e Obras públicas (THOMÉ, 1983, p. 89), que esteve presente em sua inauguração. Esta denominação já demonstra a ocupação desta paisagem pelo Brasil oficial.

FOTO 01 - A ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE CALMON, EM 1910.



FONTE: ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DO BRASIL, 2008.

Pouco depois da inauguração da estação, a região foi envolvida na Guerra do Contestado e com o desmembramento da região de Palmas (hoje no Paraná), Calmon tornou-se município fronteiro entre os dois Estados sulistas com o Acordo de Limites em 1916. A partir deste momento, o governo de Santa Catarina prestou mais atenção na ocupação da região fortalecendo a colonização de cunho europeu, e integrando mais a agricultura cabocla. Foi assim que os municípios da região passaram a dedicar-se à agropecuária (principalmente milho e suinocultura) e a extração da madeira, obtendo importante destaque na economia catarinense (CEAG/SC, 1980).

A suinocultura, originalmente precária entre os caboclos, tornou-se “modernizada” pelos padrões da agricultura européia dos colonos recém-imigrados. O foco na produção de suinocultura trazia ainda depois da Guerra do Contestado a introdução de um capitalismo agrário novo para a região (CEAG/SC 1980, p. 190 e 191):

Na década de 40, fundam-se no Vale do Rio do Peixe, indústrias de derivados animal (suínos e aves). Assim a Perdigão (1940), que se colocaria em posição de destaque no país, e a Sadia (1942). A partir da década de 50, com a tendência ao “primário capitalista” e aos complexos industriais, a exploração agropecuária e os alimentícios, nas regiões do Vale do Rio do Peixe e Oeste, tomam vulto. (...) A extração da madeira,

bem como a do mate toma impulso na década de 20. No tocante à madeira (...) a percentagem, relativamente à produção estadual, apresenta em 1959, 16,6% (3º lugar) para o Vale do Rio do Peixe e 8,9% para o Oeste (5º lugar).

Calmon pertencia originalmente ao município de Porto União (1917), ficou a partir de 1962 como distrito do município de Matos Costa, que se emancipou nessa data de Porto União. Somente em 09 de janeiro de 1992 foi desmembrado de Matos Costa sendo elevado à categoria de município, pela lei estadual nº. 8525 (BIBLIOTECA DO IBGE, 2008).

Até hoje, sente-se um forte impulso no desenvolvimento em toda a região do Meio Oeste Catarinense pela indústria madeireira e pela agricultura, hoje dominada pela produção integrada das grandes companhias nacionais de agroindústrias (Sadia e Perdigão). Em Calmon não é diferente, com a emancipação, os benefícios da política da municipalização tornaram-se mais reais e visíveis.

Segundo o Diário Catarinense (27 de dezembro de 1993), com a emancipação o município ganhou o repasse direto do FMP (Fundo de Participação dos Municípios), no valor de 40 mil dólares por mês. A exploração da madeira é apontada como sua principal atividade, seguida pelo setor agrícola e pecuário. Mas em 30 de abril de 1997, o mesmo jornal mostra que, apesar da emancipação, Calmon passava por dificuldades de desenvolvimento devido ao acesso a cidade, que se fazia principalmente pela SC 302, que ainda era uma estrada de terra.

Finalmente, em 2005, Calmon recebe asfalto no trecho da SC-302 que corta a cidade. Esta obra foi concluída no dia 1º de maio de 2006 com o nome de “Estrada da Amizade”, agora substituindo a antiga Estrada de Ferro, com um total de 80 km interligando Porto União, São Miguel da Serra, Matos Costa, Calmon e Caçador. Trata-se de um passo importante para a evolução modernizadora de todos os municípios anexados, pois facilita o escoamento de produtos madeireiros, agrícolas e pecuários da região. Segundo Fraga (2005, p. 162 – 165), o trecho da rodovia SC-302, entre Caçador e Porto União, foi um verdadeiro desafio aos motoristas que trafegavam na região do Contestado. Eram 80 quilômetros de estrada de chão batido, repletos de buracos, pedras salientes e atoleiros que contrastam com a modernidade das estradas pavimentadas que ligam as demais regiões do município (FOTO 02). Os moradores de Calmon (cidade com pouco mais

de 4 mil habitantes que em muito lembra ainda os primitivos povoados do Contestado) e Matos Costa aguardaram um acesso pavimentado por mais de 50 anos. (FOTO 03).

FOTO 02: SC-302 ANTES DE SER PAVIMENTADA.



FONTE: MICHELE HOBAL

FOTO 03: SC-302 PAVIMENTADA.



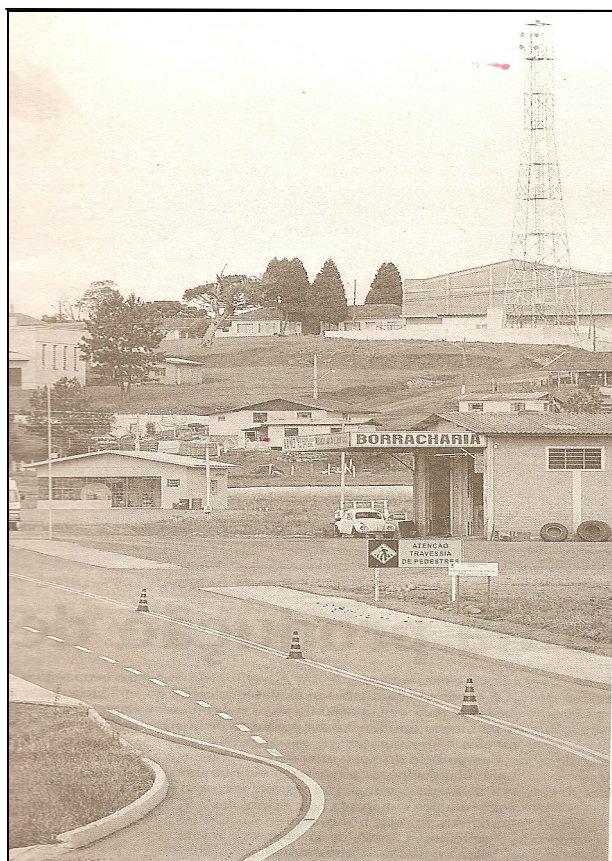
FONTE: MICHELE HOBAL

Dentro da política de descentralização do Governo Estadual, a pavimentação da SC-302, executada pela Secretaria de Estado da Infra-Estrutura e o

Departamento do Governo do Estado (Deinfra), com a participação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), foi uma medida de extrema importância, pois não só valorizou a região em termos econômicos, mas também permite agora uma maior integração da região, com efeitos inclusive para o turismo regional (AN, 2008).

Conseqüentemente, a “chegada do asfalto” trazia novos serviços, como supermercados, farmácias e lanchonetes (FOTO 04). A rede telefônica foi ampliada e hoje praticamente todas as moradias têm luz elétrica e água tratada. O município tem investido na área social, a partir de convênios com o governo federal, melhorando a qualidade de vida dos moradores das áreas urbana e rural. Uma das preocupações são os jovens, que recebem educação e cidadania, medida usada para evitar o êxodo rural. Diário Catarinense (09 de ago. 2005, p. 17).

FOTO 04: A CHEGADA DO ASFALTO EM CALMON/SC.



FONTE: DIÁRIO CATARINENSE, 09 DE AGOSTO DE 2005.

Atualmente, Calmon tem ainda a madeira como principal geradora de riquezas, porém a pecuária (principalmente, bovinos, suínos, ovinos e aves) e a agricultura (arroz, feijão, milho, trigo, soja e tomate) estão em expansão (IBGE,

2008). Diante da forte dominância do setor primário, surge o turismo como uma alternativa econômica, facilitado pela melhora da infra-estrutura.

Com esta história econômica, o município ainda não saiu das dependências do quadro capitalista e modernizador. Isto demonstra a necessidade urgente, de que sua narrativa preencha-se com uma visão da sua história não apenas por meio de marcas traumatizantes, mas também com laços que permitam um enraizamento cultural. Neste sentido, existe uma direta conexão entre trabalho cultural e trabalho econômico. E neste ponto, a criação de uma narrativa “cabocla” pode enriquecer completar e complementar uma visão holística da vivência dos moradores do município, tanto no seu passado como no seu presente.

5 A IMAGEM TURÍSTICA EM E DE CALMON.

O relato anterior sobre a situação de Calmon mostra claramente que sua história sempre foi caracterizada pela “precariedade” da cultura cabocla, frente à monumentalização da cultura do “progresso”. Por isso, até hoje, esta cultura cabocla vive apenas num “reduto”, principalmente no interior do município.

Calmon não é uma cidade cheia de atrativos no sentido moderno do turismo, também não está no contexto de um turismo étnico, como é comum no Interior de Santa Catarina. Contudo, a cidade reúne construções, monumentos e paisagens que alertam para os vestígios de sua história, mantendo-a viva e podendo ser desenvolvida turisticamente, pois remontam aos eventos do maior conflito armado do Estado.

Apesar da falta de estrutura turística, é possível encontrar em Calmon recantos naturais que proporcionam momentos agradáveis e fazem a paisagem bucólica do campo um atrativo na busca do lazer. Neste espaço, que é também o palco da antiga vivência dos caboclos, a “natureza” domina com sua vegetação de mata vasta, com rios e cachoeiras com águas cristalinas e com seu ar ainda puro e frio. No inverno os turistas podem estar nestes ambientes com uma sensação de viagem no tempo. Numa tradicional sapecada de pinhão, acompanhada de café tropeiro, resumindo o espírito do caboclo nesta paisagem da região.

Contudo, o turismo cultural precisa ainda da narrativa da vivência das pessoas, fundamental para garantir uma atividade turística plena aliando o lazer com o enriquecimento do conhecimento.

Para isto, precisa-se recuperar primeiro os marcos dos eventos históricos na paisagem de Calmon, antes que se desenvolva uma nova paisagem identitária para sua população. Para isso, precisa-se, sim, certa artificialidade da reconstruída paisagem-matriz, já que a paisagem original é erradicada da memória coletiva das elites e apenas existe, virtualmente, nos relatos da população.

Como o povoamento de Calmon está intimamente ligado à Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande desde 1888, os trilhos do trem são um dos elementos principais das marcas históricas. Mas lembramos que as marcas não reproduzem a paisagem matriz da população cabocla, pelo contrário, a ferrovia apresenta neste contexto as conotações negativas para a mesma, já que relembram a luta pela terra.

Nos mesmos moldes, a região era caracterizada pelo coronelismo, particularizando terras para a produção da erva mate, o latifúndio pecuário e a exploração da madeira feita por empresas estrangeiras. Por isso, também estas marcas são associadas negativamente contra a narrativa “cabocla” porque representam, principalmente desde o início do séc. XX, a contestação das terras caboclas no Vale do Rio do Peixe e no Oeste Catarinense, quando provocou-se a expulsão dos proprietários tradicionais (não oficiais), denominados posseiros que viviam naquelas terras.

Dessa forma, a junção destas marcas ao longo do trecho União da Vitória – Rio Uruguai, que se iniciou em 1907, foi caracterizada como um conjunto de marcas “negativas” da vida cabocla no município. Portanto, quando se ressaltam hoje, nas narrativas oficiais, as dificuldades que a companhia enfrentava (dificuldades do terreno e falta de estudos sobre a natureza da região) e o heroísmo da engenharia da conclusão dentro de um prazo curtíssimo de três anos, embute-se na memória coletiva apenas este lado “heróico” da imagem desta complexa construção e tudo que ela envolve, esquecendo-se do caboclo.

Dessa forma, a ferrovia apresenta-se como um monumento alegórico do “progresso”. Pois, o ato de instalar em 1908, sob supervisão do engenheiro *Achilles Stengel*, na localidade Calmon, um acampamento com o escritório central da obra para aumentar o ritmo dos trabalhos, (THOMÉ, 1983, p. 80 - 104), monumentalizou já neste momento, este “progresso”.

A monumentalização desta alegoria aumentou ainda mais quando, no mesmo ano (1908), a *Southern Brazil Lumber*, subsidiária da *Brazil Railway Company*, montou sua serraria em Calmon destinada a fornecer à sua coligada Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande taboas serradas e dormentes para o assentamento dos trilhos do trem. Para isso, a *Lumber* adquiriu a fazenda conhecida como São Roque, que tinha Calmon ao centro, instalando um conjunto de quatro equipamentos enormes de serrarias passando a utilizar-se da ferrovia para a exploração da madeira (THOMÉ, 1983, p. 80 - 104). Já um ano depois, 1909, com a inauguração da Estação e fábrica, a população original local foi expulsa devido aos símbolos das pessoas de fora.

A 3 de abril de 1909, com a presença do Presidente da República, Affonso Augusto Moreira Penna, foi solenemente inaugurada e aberta ao tráfego a

secção de 103 quilômetros entre União da Vitória e Taquaral Liso, inaugurando-se também a estação de Osmam Medeiros (km 79, depois denominada simplesmente de Calmon, em homenagem ao Dr. Miguel de Calmon du Pin e Almeida, Ministro de Viação e Obras Públicas). (THOMÉ, 1983, P. 89).

Esta invasão simbólica se representa também no nome da estação, que hoje é o nome do município. O engenheiro Miguel Calmon que deu o nome para a Estação (esse fato era comum, pois várias estações receberam os nomes de engenheiros da Companhia), nasceu na Bahia e estudou no tradicional Colégio 7 de Setembro, onde estava concentrada a elite baiana. Pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, diplomou-se engenheiro civil. Naquela época engenheiros desfrutavam de grande prestígio, e acreditavam na construção de um Brasil moderno. “Calmon aliava essa busca da modernidade com a tradição de sua família, de homens públicos destacados”. Miguel Calmon foi duas vezes Ministro de Estado na Bahia. Primeiramente, Ministro da Viação e Obras Públicas, no governo de Afonso Penna, considerado “o presidente das ferrovias”, e na segunda ocupou o cargo de Ministro da Agricultura. Foi o ministro brasileiro mais jovem, tendo ocupado o cargo com 27 anos. Por ocupar diversos cargos, ser um observador e estudioso possuía ampla visão do Brasil e de seus problemas, tendo atuado em temas diversos e realizado numerosas obras. Afastou-se da política após perder seu cargo de Senador com a Revolução de 30. Assim, a estação já carregou simbolicamente o peso da modernização brasileira, com os costumeiros auto-elogios da elite positivista da época (ATHANÁSIO, 2006, p. 120 – 124), o que incluiu também o silêncio sobre os caboclos da região como uma forma de discriminação.

Durante o trabalho da linha férrea, vieram muitos trabalhadores de todo o país, e a região virou “um formigueiro humano” e Calmon um importante ponto de distribuição do material baseado na exploração dos recursos naturais da região realizado pela companhia *Lumber*. (THOMÉ, 1983).

Desta forma, tanto a ferrovia como a *Lumber*, apesar de sua contribuição para o desenvolvimento “modernizador” da região, tornaram-se mal vistas pela população cabocla da região. Ainda mais pelo fato de que a *Brazil Development and Colonization Company*, subsidiária da *Brazil Railway Company*, tinha concessão para colonizar e explorar as terras às margens da ferrovia. Os caboclos e posseiros foram expulsos de suas terras e passaram a enxergar as companhias como “obra

dos estrangeiros”, tornando-as alvos da revolta na Guerra do Contestado. Thomé (1983, p. 136) afirma que:

Demarcada a área da Fazenda São Roque, a Lumber promoveu a expulsão dos que a habitavam. Os antigos moradores, posseiros na maioria, nunca dantes incomodados, em vão tentaram argumentar a usucapião junto ao governo. Aos relutantes em sair, era enviado o Corpo de Segurança, que nunca falhava nas suas missões assassinas.

Tendo a população local sendo obrigada a deixar suas terras e a se embrenhar na mata em busca de novos campos para se estabelecer, Calmon serviu também de acampamento para tropas e foi palco de grandes combates sendo um dos epicentros na Guerra do Contestado. O 1º tenente do Exército, Herculano Teixeira D’Assumpção, em seus relatos de operações do sul, denominado “A Campanha do Contestado”, de 1917, descreve, pela visão militar, os fatos principais em que o município de Calmon esteve envolvido. Assumpção aponta a chegada à Calmon no dia 11 de abril de 1914 de forças – 7º Regimento de Infantaria - com um efetivo de mais de 700 homens, designadas a constituir a expedição Mesquita, sendo subdivididas em três grupos para operar na zona de litígio (ASSUMPÇÃO, 1917, p. 279).

Logo após ter sido ponto de concentração de tropas militares, reaparecem os caboclos com uma imagem negativa criada pelos oficiais, que em seus relatos, os denominaram de “fanáticos”. Neste contexto, no dia 05 e setembro de 1914, os “fanáticos” atacaram Calmon e incendiaram a estação ferroviária, a serraria, e os depósitos de madeira.

Em 05 de setembro de 1914 os sertanejos catarinenses liderados pelo tropeiro Chico Alonso, destruíram a serraria da Lumber Colonization e deixaram o seguinte bilhete: “Nós tratava de nossas devoções e nem matava e nem roubava. Mais veio o governo da república e tocou os filhos brasileiros dos terrenos que pertencia a nação e vendeu tudo para os estrangeiro. Nós agora estamos dispostos a fazer prevalecer nossos direito”. (O CALMONENSE, 16 setembro 2006.)

Esses ataques resultaram ainda na morte do capitão Matos Costa que com suas tropas teria partido para a região na tentativa de apaziguar os “fanáticos”, morrendo 3 km antes na estação de São João (ASSUMPÇÃO, 1917, p. 295). Em 15 de Setembro de 1917, a vila de São João dos Pobres passou a Distrito de Porto União e, com a construção da nova Estação Ferroviária em homenagem ao Capitão morto pelos “fanáticos”, São João dos Pobres passou a denominar-se Matos Costa,

e teve sua emancipação em 23 de abril de 1962. (PREFEITURA DE MATOS COSTA, 2008).

Com o incêndio, o tráfego de trens ficou interrompido. No final de 1914, ele foi restabelecido bem como a estação reconstruída (O CALMONENSE, 07 fevereiro 2007).

Também a *Lumber*, após a guerra, reconstruiu sua sede em Calmon e voltou a explorar a região. Depois do Acordo de Limites, o Estado de Santa Catarina tentou várias vezes anular a posse de terras da companhia, obtida antes pelo Paraná, não alcançando sucesso. Por volta de 1935, a *Lumber* iniciou a subdivisão das áreas, onde já havia explorado a madeira, em lotes a serem vendidos para os imigrantes. Em meio às linhas de divisão dos lotes coloniais, a *Lumber* projetou duas vilas, Calmon e Presidente Penna (THOMÉ, 1983).

Como vemos, é impossível entender Calmon sem relacioná-la à Guerra do Contestado, com a ferrovia e a madeireira, mas também como uma alegoria do "progresso" das então elites positivistas brasileiras. E como consequência, a maioria da população é um misto entre a população cabocla e os imigrantes, que resulta desses acontecimentos históricos e permanece até hoje. Assim, as marcas da história estão na paisagem da cidade que vem tentando se desenvolver turisticamente buscando suas origens.

Criar, nessas condições, uma imagem ligada à Guerra do Contestado, pode significar buscar principalmente as memórias do passado na tentativa de criar uma imagem turística elitista, elogiando as lutas positivistas (veja o exemplo da Lapa), esquecendo-se de olhar para população local e sua própria história.

Por isso, em Calmon a tentativa de formar até recentemente uma imagem turística pelo poder local deixa a desejar em questões de informação sobre esta situação traumática na memória local da maioria da população. Logo, a falta de descrição e contextualização dos projetos turísticos que se executam atualmente no município pode ser vista como uma tentativa de não tocar nesta memória silenciada da vida cabocla. Resultando numa sensação de que não existe uma descrição adequada dos marcos turísticos.

Conseqüentemente queremos, em seguida, avaliar alguns marcos desta paisagem-marca turística, na tentativa de reconstruir uma paisagem-matriz desta história, mesmo sendo na forma artificial.

5.1. ELEMENTOS PARA UMA IMAGEM TURÍSTICA EM CALMON

A imagem da cidade deve-se principalmente pela ação do governo do antigo prefeito, 2001 a 2008, em cima do slogan “A Capital da Hospitalidade”. Entretanto, durante a pesquisa de campo mostrou-se que esse título não recebe apoio de muitos moradores, que estes não dispõem de nenhuma ligação mental com o turismo e também não participaram da escolha do slogan.

A pesar de muitos elementos que compõe a imagem turística de Calmon estarem voltados para a questão do Contestado, nem todos possuem referência à vida dos caboclos, mesmo sendo estes os atores principais deste conflito. Por isso, segue um relato das localidades mais importantes que sustentam a tentativa de desenvolver a atividade turística no município.

Neste contexto, localiza-se no centro da cidade, a antiga Estação Ferroviária, hoje restaurada, perto do local onde estava instalada a serraria *Lumber*. Ainda, no mesmo conjunto, existe um centro de múltiplo uso que abriga exposições, palestras e feiras que recordam a Guerra. O município conta também com uma Associação Cultural, que detêm a patente do boneco do Monge João Maria e que está voltada para o artesanato da região.

Para tanto, Calmon dispõem de um complexo suficientemente grande para preservar o seu patrimônio, com um número considerável em monumentos históricos, além dos sítios arqueológicos que abrigam as marcas desse conflito. Entretanto, como já vimos na sua narrativa, este patrimônio monumentaliza principalmente a história do “progresso” e da “modernização” (paisagem marca), em detrimento da vida cotidiana que os caboclos na época buscaram e que não conseguiram se monumentalizar, e formar sua própria alegoria numa paisagem matriz desta vida. Mesmo que esta parte do patrimônio cultural pareça esquecida, trata-se de elementos igualmente importantes para a construção de uma imagem histórico-cultural da região e os seus ícones não devem ser excluídos na construção de uma paisagem turística da região.

5.1.1 Centro de Memórias João Goulart - A estação Ferroviária

Um dos elementos principais preservados na paisagem de Calmon é a Estação Ferroviária. A obra foi restaurada pela administração de João Batista De Geroni (PDT), 2001 a 2008, com recursos do FUNTURISMO, Fundo Estadual de Incentivo ao Turismo, por intermédio da SDR Caçador, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional. (PREFEITURA DE CALMON, 2008).

Esta estação que deu início ao povoado, em 1909, estava abandonada servindo de abrigo para os sem-tetos (FOTO 05). Ela foi restaurada nos padrões de origem. (FOTO 06). Em 05 de setembro de 2006, data em que os caboclos atacaram Calmon em 1914, foi inaugurada a Estação Ferroviária restaurada, que a partir desta data objetivava funcionar como Centro de Memórias do Município, e espaço para venda de artesanatos, (O CALMONENSE, 16 de setembro de 2006).

Desde a restauração, infelizmente, a estação que já abrigou exposições de artistas locais, (FOTO 07) encontra-se geralmente fechada, com promessas dos políticos que assumiram em 2009, de que o projeto do centro de memórias se concretize.

FOTO 05: ESTAÇÃO FERROVIÁRIA EM CALMON, 2003,
AO FUNDO LUGAR ONDE FICAVAM AS INSTALAÇÕES DA LUMBER.



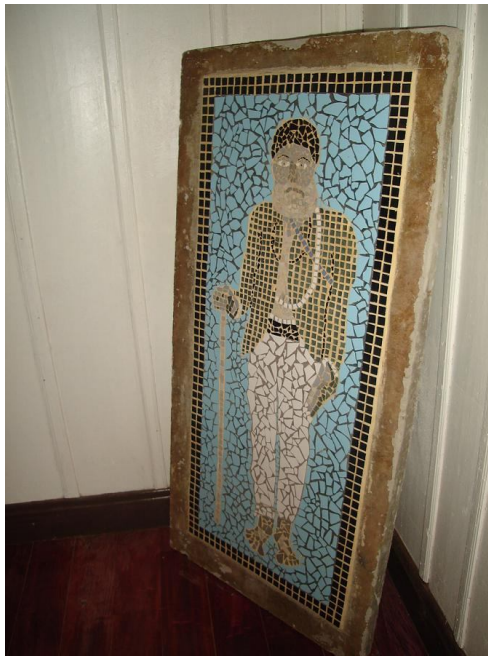
FONTE: MICHELE HOBAL, 2003.

FOTO 06 – ESTAÇÃO FERROVIÁRIA RESTAURADA.



FONTE: MICHELE HOBAL, 2008.

FOTO 07: TRABALHO DE ARTESÃO LOCAL EXPOSTO NA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA - RETRATO DO MONGE JOÃO MARIA.



FONTE: MICHELE HOBAL, 2007.

O Centro de Memórias leva o nome de um dos ícones da política nacional, considerado pelo PDT - Partido Democrático Trabalhista - partido do então prefeito De Geroni, como um de seus líderes. De Geroni é um admirador das características de governo dos líderes de seu partido, e transmite para a cidade suas preferências pessoais, ainda que as suas políticas não tenham nenhuma ligação com a história do Contestado. Esta desapropriação da memória local, a mesma que já iniciou com o nome de Calmon, pode ser vista como um aplainamento da narrativa original da paisagem local. Então, apesar da preservação da estrutura física da estação, a

denominação do nome, faz parte das extinções anteriores da memória coletiva da população cabocla.

A estação ferroviária aparece, dessa forma, como uma sinédoque, um ícone que representa um todo no contexto em que o objeto está inserido, essa é uma forma de expressão de leitura da paisagem defendida por Duncan (2004, p. 115). Ou seja, representa a tentativa de criação de uma imagem turística da Guerra do Contestado, por meio de uma ruptura na paisagem. Criar ou recriar objetos que remontem ao passado que se tenta lembrar.

Mais um aspecto importante na restauração da estação ferroviária é a monumentalização da engenharia que exprime-se pelo prédio. Isto faz da estação uma alegoria (não é uma sinédoque de vivência conflituosa) do progresso moderno e, assim, não permite demonstrar o conflito entre caboclos e o mundo “exterior” e hegemônico. Permanece desta forma, monumentalizando também o silêncio dos caboclos. Por isso, necessita-se, diretamente ligado ao ambiente da ferrovia, um outro monumento (ainda não existente) que lembre os efeitos negativos que esta estação significava para a vida dos caboclos, podendo ser representados pelos resquícios da Serraria *Lumber*.

A crítica da monumentalização, entretanto, não significa que não houve tentativas em recuperar a vivência dos caboclos. Como, por exemplo, as várias exposições que trataram de assuntos caboclos e da religiosidade popular (FOTO 07). Entretanto, não se utilizou da grande chance de transformar uma marca na paisagem em uma verdadeira paisagem matriz, mesmo esta sendo artificial, onde se podem encontrar reproduções do conjunto conflituoso desta situação social da época.

5.1.2 Prédios da Serraria *Lumber*

Ao contrário da Estação Ferroviária, os resquícios da Serraria *Lumber* não foram preservados. Como a serraria de Calmon era uma das maiores da época em Santa Catarina, é surpreendente o fato de que hoje encontram-se pouquíssimos vestígios das suas instalações. Com certeza, muitos já foram re-utilizados em outros contextos, mas uma pesquisa feita nos moldes da arqueologia industrial com certeza permitiria recuperar alguns deles. Infelizmente, a prefeitura de Calmon não

optou por esta forma de recuperação, mas efetivou uma limpeza do terreno e re-utilizou o local onde estava instalada a serraria *Lumber*.

Até pouco tempo atrás, ainda era possível ver os destroços da antiga serraria (FOTO 08). Porém, hoje o sítio arqueológico que guarda as memórias desta companhia encontra-se abandonado e correndo o risco de ser perdido devido ao conjunto habitacional e ao campo de futebol implantados pela gestão antiga do município, (FOTO 09). A pergunta que fica é: Onde foi parar o maquinário da *Lumber*, peça imprescindível na tentativa do antigo poder local, de criar uma imagem baseada na Guerra do Contestado? Mesmo sendo basicamente um monumento da história de fora, quer dizer, da incorporação brutal de uma região inteira por meio do sistema capitalista, esta paisagem-marca poderia lembrar, como sinédoque, a história da cidade como um ponto focal. Infelizmente, ela vai aos poucos sendo substituída pela paisagem urbana comum a todas as cidades do Brasil.

FOTO 08 – NO PRIMEIRO PLANO, ANTIGO MAQUINÁRIO DA LUMBER ABANDONADO. NO SEGUNDO, A ESTAÇÃO FERROVIÁRIA NO CENTRO DA CIDADE.



FONTE: ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS, 2008.

FOTO 09 – SÍTIO ARQUEOLÓGICO ONDE SE ENCONTRAM OS RESQUÍCIOS DA CIA. LUMBER E DAS BATALHAS DA GUERRA DO CONTESTADO, SOB O CAMPO DE FUTEBOL E O CONJUNTO HABITACIONAL.



FONTE: MICHELE HOBAL, 2008.

5.1.3 Centro de Múltiplo Uso Gov. Leonel de Moura Brizola

A falta de um enraizamento identitário entre a população geral do município, com relação a atual visão do Contestado, leva a necessidade de um acompanhamento para criar marcas, que de forma performativa estabelecem narrativas. Para tanto é de grande utilidade um Centro de Eventos, onde debate-se o aspecto de uma memória coletiva.

Por isso, quando o prédio do Centro de Múltiplo Uso foi inaugurado em 24 de março de 2006 (AN, 2009), projetado para proporcionar a população um local apropriado para assistir atividades culturais (O CALMONENSE, 21 out. 2005, p.8), começava a existir um palco para recuperar, de forma parcial, a narrativa do Contestado, com peças de teatro, palestras e exposições, bem como projeção de filmes sobre a Guerra. Infelizmente, apesar da semelhança com alguns marcos da história na paisagem-marca, não estabeleceu-se na arquitetura do centro uma alusão a este elemento fundamental da identidade local. Como resultado, o prédio foi feito num estilo absolutamente modernista. Hoje, este prédio é usado também

para reuniões políticas ou de associações locais, garantindo o debate vivo sobre a comunidade.

O maior esforço para relembrar os aspectos caboclos em junção com o prédio, esta com certeza representado na criação da FECUCAL. A FECUCAL – Feira cultural de Calmon - teve sua primeira edição em 05 de setembro de 2006, data que marca a história do município. Na feira foi inaugurada a Estação restaurada e lançado o boneco do Monge João Maria, como símbolo dos caboclos. (O CALMONENSE, 16 set. 2006, p. 5).

A segunda edição da feira aconteceu em 2008 e ocorreu durante toda a primeira semana de setembro, com proporções maiores. Foram destaques da feira: palestras focadas na história do Contestado, uma noite cultural com apresentações locais (teatro, dança, música), sessões de cinema, exposições temporárias e permanentes (permanente com fotos na estação ferroviária), exposição de bonecos como: Monge João Maria, Chica Pelega, Capitão Matos Costa e Maria Rosa, ícones do Contestado (PREFEITURA DE CALMON, 2008).

Apesar de ser palco de atividades ligadas ao Contestado, o Centro de Múltiplo Uso recebeu o nome de um dos líderes do PDT, Leonel de Moura Brizola. (FOTO 10). Mostra-se novamente a problemática do silêncio dos caboclos, que nem na arquitetura, nem na nomeação, são representados como os verdadeiros atores da história do município. Desenhar uma (nova) paisagem que faz alusões a velha paisagem matriz, é ainda um dos grandes desafios da política turística do município para garantir uma maior integração da população marginalizada na sociedade.

FOTO 10: CENTRO DE MÚLTIPLO USO GOV. LEONEL DE MOURA BRIZOLA



FONTE: PREFEITURA DE CALMON, 2008.

5.1.4 – Associação Cultural de Calmon

Fundada em 03 de maio de 2004, conforme seu Estatuto, a fundação tem como objetivo propiciar um espaço para os moradores que trabalham com atividades culturais, como artesanato, teatro, música e dança. A associação é uma entidade sem fins lucrativos, com personalidade jurídica, administrada por uma diretoria eleita pelos sócios. Ainda segundo o Estatuto, poderão ser sócios da associação moradores de qualquer região do Brasil ou fora dele, que representem algum projeto da associação. Nele encontra-se também envolvida a narrativa do Contestado.

Segundo a idealizadora da associação e uma das sócias fundadoras, Ivone Mazutti De Geroni, em entrevista concedida a autora, a associação conseguiu a patente do boneco do Monge João Maria, um ícone da vida do caboclo em todo o Sul do Brasil. Hoje, a associação cede espaço para um grupo de mulheres que trabalha com este artesanato “tradicionalista” e pretende vender seus produtos em feiras e eventos na região (FOTO 11). Ivone afirma ainda, que a Associação não está vinculada com a prefeitura, é independente, para que os trabalhos da mesma não sejam interrompidos em mudanças de mandato.

Uma das artesãs entrevistada, responsável pela coordenação dos trabalhos e capacitação dos demais artesãos, explicou que a grande maioria dos trabalhos feitos pela associação foi para atender as necessidades do município, via prefeitura. Os agasalhos doados para os estudantes, chinelos para gestantes, lençóis e jalecos dos funcionários do posto de saúde, são exemplos de produtos doados pela prefeitura para a população, confeccionados pela associação e suas artesãs.

A pesar da difusa relação com a prefeitura ou não, mostra-se nesta iniciativa o potencial da recuperação de uma atividade tradicional dos caboclos, que é o artesanato. Trabalhar com outros exemplos de ícones da vida dos “fanáticos”, por exemplo, as bandeiras, as espadas improvisadas, até bonecos dos “heróicos” cavalheiros do Exército Santo, seria uma boa iniciativa em recuperar a auto-estima da população neste contexto.

FOTO 11: BONECO DO MONGE JOÃO MARIA CONFECCIONADO PELA ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE CALMON.



FONTE: MICHELE HOBAL, 2008.

5.1.5. A Prefeitura

No desmembramento do município, a prefeitura tinha a sede numa casa de madeira típica da cidade (FOTO 12), pintada com as cores do município. Desta forma a casa nos remetia ao passado caboclo dos que colonizaram aquelas terras. Em 2008, entretanto, foi inaugurado o novo prédio da prefeitura de Calmon. Com uma arquitetura moderna, o prédio destoa da paisagem da cidade (FOTO 13). Contudo, para os idealizadores da obra, o visual futurístico da nova sede administrativa do município irá embelezar a cidade (O CALMONENSE, 05 fev. 2008, p. 8).

Mostra-se neste fato, que até hoje o conflito entre o tradicionalismo rural e urbanismo moderno expressa-se na paisagem da cidade. Por isso, recuperar a imagem do velho e antigo necessita uma conciliação deste conflito, e não uma

rejeição. Dessa forma, precisa-se da construção de uma paisagem-marca que apareça como um elemento identitário da população na sua totalidade. Para melhor compreender este elemento, precisamos mudar o ângulo da nossa reflexão e analisar os atores, e não as marcas da paisagem.

FOTO 12: SEDE ANTIGA DA PREFEITURA DE CALMON.



FONTE: MARCIO FRAGOSO, 2008.

FOTO 13: NOVA SEDE DA PREFEITURA DE CALMON.



FONTE: MICHELE HOBAL, 2008.

5.2 OS ATORES DA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM TURÍSTICA

Uma parte da imagem turística, a matriz, depende das experiências do mundo vivido dos moradores locais, que se inserem na paisagem real com suas memórias, integrando o passado ao presente no tempo e espaço. Nesse contexto, a paisagem é construída de forma individual, carregada de valores e tradições que percorrem a história dos que a produzem. Todos esses elementos formam a imagem, mas como imagem, estes elementos são vistos de forma diferente por cada expectador.

Deste modo o turista realiza uma imagem de contemplação, encantamento. De outro lado, a mesma paisagem é a expressão da vida cotidiana, da história e cultura do morador local. Hoje, já incorporada ao seu passado (inclusive o passado silenciado) a paisagem torna-se ainda imagem de identificação e, no turismo, uma função socioeconômica.

Para compreender melhor esta dialética que se desenvolve por meio do potencial paisagístico e cultural, principalmente entre a população local, que largamente não se sente incluída na imagem turística de Calmon, foi realizada entre os dias 25 e 28 de novembro de 2008, uma pesquisa qualitativa com a população da cidade.

A pesquisa foi do tipo semi-estruturada, ou seja, as perguntas são normalmente especificadas, mas o entrevistador está livre para ir além das respostas e percorrer trilhas individuais nas conversas. Considera-se que esses tipos de entrevistas permitem que as pessoas respondam mais nos seus próprios termos (MAY, 2004, p. 148). Como em todos os métodos de entrevista o entrevistador deve estar ciente do conteúdo a ser pesquisado, uma vez que os entrevistados e o entrevistador dialogam com mais liberdade e a atenção precisa ser maior para que dados não sejam perdidos (MAY, 2004, p. 149).

A pesquisa foi realizada num contexto difícil, pois era o período pós-eleição, e a cidade estava fundamentalmente dividida entre os dois candidatos. Os que apoiavam o prefeito eleito não queriam dividir espaço com os que apoiavam o prefeito atual da época, que perdeu as eleições. O clima de oposição era tamanho que exigia grande atenção para não fugir do foco da pesquisa.

Em meio à divisão em que os moradores se encontravam, eu me senti perdida, sem saber de que lado ficar, se deveria ter um lado ou não. Ou como me

posicionar frente as questões que surgiam, acredito que enfim me senti como um caboclo no meio do fogo cruzado de antes, experimentando o real sentido do Contestado e suas conseqüências.

Foram entrevistadas 25 pessoas, 14 homens e 11 mulheres, de diversas classes sociais e diversas profissões – entre donas de casa, aposentados, agricultores, comerciantes, jornalista, contador, professores, funcionários da prefeitura, prefeito, padre e pastor. Todos colaboraram de forma positiva, porém os mais antigos ainda usam o recurso do silêncio para escapar das questões mais doloridas de suas memórias.

As entrevistas semi-estruturadas permitiram compreender o cenário da discussão, e as inúmeras impressões captadas em conversas com os moradores. Porém, apesar do caráter aberto da entrevista algumas perguntas foram padronizadas para que fosse possível comparar conclusões acerca da transformação da paisagem da cidade. São elas: Idade; sexo; profissão; origem; descendência; conhecimento sobre a formação do município e a Guerra do Contestado; paisagem preferida da cidade; visão sobre o desenvolvimento turístico e impressões acerca da imagem do Contestado cada vez mais presente na cidade.

5.2.1. A população local e as imagens da sua história

A população de Calmon, na sua maioria, descende de uma mistura entre caboclos e imigrantes (portugueses, italianos, poloneses e alemães). Também relata-se, que muitos vieram de municípios vizinhos para buscar novas oportunidades em Calmon. Atualmente, o vai e vem de moradores migrando em busca de melhores oportunidades ainda é intenso, dando ao município a característica de grande rotatividade populacional, um fator que dificulta a criação de uma imagem local.

Portanto a rotatividade leva a pouca identificação com a história do município e com a Guerra e gera sentimentos prós e contra essa questão, relatado pelos que moram há pouco tempo na cidade. Os sentimentos prós e contra são encontrados também nos que têm seus antepassados marcados por este conflito e estão a mais tempo em Calmon.

Cada indivíduo possui relações individuais com a cidade, e o despertar da Guerra do Contestado por meio das mudanças na paisagem provoca sentimentos diversos na população. A recordação do conflito está impregnada de significações, que trazem a memória os mais diferentes sentimentos, principalmente lembranças traumáticas nunca trabalhadas publicamente na região. Por isso é impossível identificar uma imagem homogênea entre a população, assim como as estratégias individuais para lidar com este trauma são diversas. Entretanto, é possível apostar numa tipologia preliminar:

- **Imagem autêntica** (memória vivida dos descendentes dos caboclos): nesta imagem, dividem-se os que percebem a imagem do Contestado negativamente lembrando somente o sofrimento contado pelos mais velhos, e se manifestam geralmente pelo silêncio e ainda os que se envergonham. Estes foram levados a acreditar que são os invasores do que é deles por direito. A exemplo dessas imagens negativas há relatos, nas entrevistas, de moradores que afirmam que “lembrar da história do Contestado é lembrar-se de ‘coisa’ ruim, pois houve muito sofrimento”, há ainda os que afirmam que “os calmonenses perderam seu valor, sua dignidade, são os vencidos na história da Guerra”, por isso a lembrança trás tristezas. De outro lado estão os que vêem o Contestado positivamente sentem orgulho por acreditar serem um povo vencedor que luta pelos seus direitos e reconhecem o passado como base para o futuro.

- **Imagem de identificação**: os turistas e principalmente os imigrantes aderem a uma história que não é autêntica deles, mas como acreditam na importância do saber da história do local onde vivem ou visitam, recuperam esta imagem, como um monumento de um conflito passado. Um dos moradores entrevistados afirma que a imagem da Guerra sendo trabalhada na cidade “é ótima, porque lembra as histórias dos antigos amigos, que contam sobre o conflito”. Outros entre estes, acreditam que a sua identificação com o lugar não tem nenhuma ligação com estas histórias do passado.

- **Imagem propagandista**: até hoje, entre as elites políticas rurais do Brasil, predominam as visões positivistas, elogiando o “progresso”, a “modernidade”, o “desenvolvimento” e optando por apresentar a Guerra como uma vitória contra o “atraso”, o “fanatismo”, a “rudez” do campo, como se este fosse um ato civilizatório. Deste modo, a imagem é vista como uma monumentalização da vitória.

5.2.2. Os políticos

Segundo moradores, no período da administração de De Geroni, 2001 a 2008, a cidade teve seu grande desenvolvimento. Como calçamento de ruas, coleta de lixo, construção de escola, encanamento de água, etc. Juntamente com as obras realizadas como a restauração da estação, a construção do centro de múltiplo uso e a prefeitura, nesse período a paisagem de Calmon sofreu alterações profundas. Em entrevista concedida a autora, De Geroni afirma que “um choque cultural é necessário”, quando indagado sobre as realizações referente a imagem do Contestado na cidade. Para ele, construir essa imagem é “um resgate da história do próprio município”.

Pelo depoimento acima percebe-se sinais da imposição cultural exercida sobre Calmon. Manter viva as memórias de um povo não é obrigá-lo a gostar de suas lembranças, da sua história e a conviver com elas. Todos têm o direito de enterrar seu passado, de não se agarrar às cinzas de seus mortos. Uma imagem turística para tornar-se sustentável precisa estar baseada no sentimento de identificação profunda, quer dizer, tanto no seu lado positivo como negativo, da população local com a mesma.

Como a elite do município tem fortes ligações com as migrações gaúchas para o oeste Catarinense e Paranaense, o choque cultural apontado pelo prefeito impõe uma alegoria, onde deveria ter uma sinédoque. Dessa forma, mais uma vez venceu uma imagem de fora e, apesar da boa intenção em criar um orgulho local, aconteceu exatamente o contrário, a grande maioria da população afastou-se desta imagem.

5.2.3 A Igreja

Como em todo o Brasil, a Igreja é uma importante formadora de opinião pública. Calmon com seus 4.012 habitantes possui duas religiões principais, a católica e a evangélica. Das igrejas evangélicas a que possui numero mais expressivo de adeptos é a Assembléia de Deus. Conforme os representantes das duas igrejas, a população está bem envolvida nas questões do Contestado.

Para o pastor da Assembléia de Deus, apesar de se tratar de lembranças de muito sofrimento, os eventos envolvendo a questão da guerra bem como sua imagem sendo valorizada, contagia a população, que agora conhece a história do município e comemora na primeira semana de setembro as recordações de sua história.

O padre da Igreja Católica é mais enfático em afirmar que “a pessoa sem passado não tem perspectiva de um futuro”, e que o Contestado lhe trás lembranças boas, pois ele relembra seu avô com suas histórias. Ele vê nos jovens da arquidiocese o entusiasmo em celebrar os 100 anos da Guerra, e isso representa, na sua concepção, a forma positiva com que o Contestado vem sendo trabalhado. Ainda segundo o padre muitos católicos batizam seus filhos no poço do Monge João Maria, em Matos Costa, e também na igreja, e ele respeita essa crença entendendo que a cultura é mais forte que a religiosidade. Para ele esta é uma prova de que o Contestado ainda está vivo entre a população.

Esta postura relativamente positiva pelo lado da Igreja aponta um caminho, que permeia o campo religioso, para tirar a imagem do Contestado da sua visão elitista. Por isso, necessita-se de um diálogo amplo entre o poder público e as Igrejas, que poderiam até ser os mediadores na compreensão da história traumática dos acontecimentos e da realidade local.

5.2.4. O Grupo Resgate

O Grupo Resgate é provavelmente o mais importante grupo na atual conjuntura da Imagem do Contestado. Foi formado em 1997 com o intuito de pesquisar a história do município de Calmon. Buscou saber primeiro porque a cidade chamava-se Calmon e porque este município era pouco citado na história da Guerra. Até aquele momento muitos moradores não tinham conhecimento da sua história.

Este grupo foi idealizado pelo jornalista João Batista e o contador Joel Ribeiro, que instigaram demais pessoas chegando a obter 6 interessados em ajudar na busca de informações sobre o Contestado e sobre Calmon. (FOTO 14). Segundo o pesquisador Joel, com as primeiras descobertas feitas por meio de informações

bibliográficas “a fome de leitura aumentava”, e então eles partiram para entrevistas com moradores antigos, memória viva da história.

FOTO 14: IDEALIZADORES DO GRUPO RESGATE.



FONTE: MICHELE HOBAL, 2008.

Baseados nestas informações obtidas, o grupo começou a fazer expedições pelas matas, caminhadas de reconhecimento da região, e deste modo alcançaram a sua maior descoberta. Foi encontrado numa fazenda, a 5 km do centro da cidade, um pequeno depósito de objetos antigos a céu aberto. Tinha peças, como cano de revólver, garrafas, balas de canhão e mais de quatro mil projéteis ainda sem terem sido disparados (FOTO 15). (ATHANÁZIO 2002, p. 123).

FOTO 15: PARTE DOS OBJETOS ENCONTRADOS PELO GRUPO RESGATE EM CALMON



FONTE: JOÃO BATISTA, 2008.

Essa descoberta repercutiu na imprensa e chamou a atenção de outros pesquisadores da Guerra do Contestado. Infelizmente, alguns pesquisadores levaram parte desse acervo local, que já pertenciam ao grupo Resgate, e nunca os devolveram. Outros, entretanto, como Enéas Athanázio, divulgaram o grupo e até hoje contribuem com informações para que o Resgate continue fazendo as suas pesquisas. Logo depois, grupo criou o Jornal Resgate, com informações sobre a guerra e sobre o município, com o objetivo de instruir a população para os acontecimentos da sua história (FOTO 16).

Com o tempo, o grupo passou por uma crise, e só restaram os dois idealizadores que com perseverança resistiram às dificuldades e conseguiram novos adeptos. Hoje, o grupo conta com 5 pesquisadores liderados ainda por João Batista e Joel, com o objetivo de “resgatar a história do Contestado, naquilo que ainda há por descobrir, bem como promover o desenvolvimento social, econômico e cultural da região de Calmon e Matos Costa”. Devido aos trabalhos, possuem um grande acervo de objetos relacionados ao Contestado, entrevistas com moradores, fotografias e filmagens de personagens locais que remontam a história, na tentativa de não deixá-la morrer. (ATHANÁZIO, 2002, p. 124).

FOTO 16: O JORNAL RESGATE E PARTE DA MUNIÇÃO ENCONTRADA PELO GRUPO.



FONTE: MICHELE HOBAL, 2008.

Com o rico acervo que possui, o Resgate objetiva agora construir um museu para os aqueles que gostam da história da cidade, e para os que se interessam e buscam maior conhecimento sobre o que foi o Contestado.

Questionados sobre a oposição ao governo (2001–2008) que objetivava reviver o Contestado e formar uma imagem turística da guerra, os idealizadores do grupo mostram indignação. “O grupo começou as pesquisas em 97, muito antes do então governo, já tínhamos muita coisa sobre a Guerra e o município, encontrados com carinho e dedicação pelo trabalho”. E a dúvida foi: então porque não trabalhar juntos? Eles afirmam que foram convidados para trabalhar juntos, porém sob condições, e isto eles rejeitaram.

Essa postura do grupo apresenta mais uma vez a contradição entre a imposição cultural e a busca por uma identidade, frente ao grupo resgate aparecem as rixas da antiga Guerra do Contestado.

5.2.5. O cenário dos atores

O cenário destes diferentes atores, ao qual juntam-se ainda atores externos que fazem parte desta pesquisa, demonstra que a própria recuperação do Contestado como narrativa turística, verdadeiramente revive os traumas da Guerra entre a população. Entretanto, isto não significa que não se pode tocar neste assunto, mas que, como numa psicanálise, deveria ser criado um conjunto de marcas, onde todos os envolvidos da guerra e seus descendentes se sentissem contemplados. Por isso, espera-se que a atual gestão do município não opte por uma estratégia de confronto, mas de conciliação para criar um momento de inclusão e não de nova exclusão. Os fracassos do governo anterior em ancorar a imagem turística na Guerra do Contestado optando por um choque cultural demonstram que mesmo com a recuperação de infra-estrutura e de monumentos históricos, não é possível evitar o reviver dos antigos conflitos. Por isso, precisa-se não apenas interesse histórico ou a criação de uma nova narrativa heróica, agora dos caboclos, mas de uma recuperação sensível com as emoções e disposições psicológicas da população. Esta é uma tarefa difícil a ser alcançada, e ela é de longo prazo. Ainda mais, tratando-se de uma evolução social, que o poder público pode considerar, mas não deve controlar.

6. CONCLUSÃO: A IMAGEM TURÍSTICA DE UMA GUERRA DIANTE DO “SILÊNCIO” DOS DERROTADOS.

O estudo da imagem turística de Calmon revela que, pensando num turismo como veículo educativo, estabelece-se uma complexa dialética no desenvolvimento do potencial paisagístico. Sob a interface de moradores e turistas, moldados geralmente pela mediação de governos e empresas turísticas, aparecem muitas relações sociais. Estas, geralmente, não são tematizadas ou refletidas no conjunto da sociedade, mas apenas dentro de determinados grupos sociais. Desta forma, partindo da visibilidade da imagem, este estudo pode servir como um ponto de partida para uma abrangente discussão sobre a convivência social no Brasil, dentro de uma nova tendência do Turismo no país.

Além de ser uma atividade social, o Turismo é também uma atividade interdisciplinar. Neste sentido está relacionado a numerosas definições, desde sua concepção mercadológica, filosófica, psicológica e ainda poética. De acordo com Acerenza (2002, p. 39): “a partir do ponto de vista técnico, podem existir, e em realidade existem, várias definições sobre o turismo, cada uma delas apropriada a diferentes propósitos”. Ainda que pareça confundir a já extensa abrangência do turismo, todas as definições vêm contribuir para a diversificação de novos produtos turísticos que buscam atender às necessidades dos referidos “públicos”. Numa visão sociológica, e não apenas mercadológica, todos estes “públicos” são segmentos da sociedade.

Desta maneira, uma visão sociológica reúne, enquanto a turismológica-mercadológica separa, o conjunto do turismo. Paiva (1995, p. 21) afirma que, “a supremacia da visão mercadológica chega a segmentar o turismo em diversos tipos, estabelecendo esforços mercadológicos específicos a cada clientela a ser atingida”, enquanto no fundo, o turismo é muito mais uma atividade que reúne várias visões num conjunto social.

Nessa concepção, “a supremacia da visão mercadológica” vem perdendo espaço para um turismo cultural. Este, mesmo com um viés mercadológico, tem como motivação central a busca do conhecimento, a satisfação da curiosidade em relação aos diferentes patrimônios humanos. Como a população vem passando por

uma mudança no processo mental e educativo, ela se sente incentivada a buscar o desconhecido, o novo. Dessa forma, o turismo torna-se um processo pedagógico pela aprendizagem de novas vivências e pelo intercâmbio de experiências, onde as comunidades locais podem perceber o valor de seu próprio patrimônio, preservando a memória, gerando auto-estima e valor. Conseqüentemente, o que torna o turismo interessante, é este encontro cultural num processo de auto-conscientização.

A procura pelo novo, os famosos “diferenciais” na busca das identidades mercadológicas, é também um veículo dos processos identitários da população que vive numa sociedade de diversidade cultural, e direciona o turismo para a construção da imagem turística baseada numa paisagem realidade local. Para tanto é necessário focalizar o planejamento turístico na cultura, no que é típico, e não em estereótipos que não se consolidam na vivência cotidiana.

Para Lineu Bley, estereótipos são imagens já cristalizadas, construídas artificialmente com o intuito de serem vendidas de forma global. Já o que é típico tem sentido de unicidade, é cultural, é verdadeiramente “diferente” e enraizado na cultura local. Para Bley, no turismo pós-moderno há uma proliferação de estereótipos, que resulta em duas situações distintas – a banalização de paisagens, ou a valorização das mesmas. Por isso, há um grande risco em basear o planejamento do turismo em estereótipos torcendo para que ele traga benefícios, enquanto um turismo sustentável destacaria o típico.

Esta contraposição que ocorre entre o típico e o estereótipo forma a base para uma paisagem turística sustentável. Entende-se aqui como paisagem turística sustentável aquelas em que a população local tem identificação, e se sente incluída, uma vez que esta está permeada de valores, culturas e tradições da mesma. Nesta forma, o planejamento segue as necessidades da população local, executados pelos empreendedores turísticos e turistas.

Os resultados desta pesquisa, todavia, mostram que esta visão é muito idealista. Inserindo-se num contexto local, desvendam-se todos os problemas sociais da região, até aqueles que não são tematizados até então. Por isso, o desenvolvimento de uma imagem turística pode acabar intensificando conflitos que já existem, quando utilizam-se os estereótipos que fizeram parte das lutas sociais que são destacados nos eventos históricos, e manifestam-se em discursos e narrativas de contenção social. Por isso, para que se possa alcançar um nível de

sustentabilidade pacífica, o foco principal deve estar não apenas na cultura, no típico, mas num diálogo entre diferentes culturas, até mesmo as que são antagônicas e que geralmente baseiam o seu antagonismo em estereótipos.

Nessa concepção, a imagem turística da cidade de Calmon é um caso exemplar para muitas situações sociológicas num Brasil que é caracterizado pela marginalização de grande parte da sua população, estas sendo até mesmo discriminadas diante da sociedade hegemônica. Para tanto, as políticas públicas neste município, apesar de buscarem o típico, são ainda construídas de forma estereotipada.

Como em Calmon a história do município não está fixada, a memória é passada oralmente pelos mais velhos e dessa forma a identidade da população mostra-se ainda precária, muitas vezes, ela é caracterizada pelo silêncio diante das narrativas hegemônicas. Na maneira de construir a identidade com um forte apoio de uma imagem turística, percebe-se que, mesmo com a intenção em destacar um potencial para melhorar a situação da vivência da população, mobilizam-se dentro da comunidade as marcas (na paisagem) que demarcam as relações conflituosas nas recordações da população. Portanto, a imagem turística desejada estabelece-se dentro de um jogo de poder onde interesses de diferentes grupos sociais se sobrepõem. Isto pode resultar, de novo, na alienação dos perdedores do antigo conflito, numa identidade baseada em símbolos vazios, formada basicamente por imagens que pouco condizem com a memória real.

Para Le Goff (2000, p. 57), isso ocorre por que:

A memória coletiva não é apenas uma conquista: é também um instrumento e um objetivo de poder. As sociedades nas quais a memória social é principalmente oral, ou as que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita, permitem melhor compreender esta luta pelo domínio da recordação e da tradição, esta manipulação da memória.

Desta maneira, até os elementos materiais podem sofrer alterações induzindo valores estranhos que não originam-se na história construtiva da paisagem em questão. Neste caso, a paisagem não conserva a identidade da população local, mas destrói as âncoras locais dela, criando uma ruptura.

Como trata-se de uma paisagem de guerra, estas rupturas são percebidas na paisagem Calmonense. Assim, a tentativa de modernizar esta paisagem também pode ser interpretada como um meio de fugir dos conflitos sociais locais e aderir,

por meio dos elementos modernos, a uma integração maior, a qual, contudo, não oferece muito para aumentar a auto-estima da população marginalizada e majoritária. Portanto, representar o passado caboclo resulta na homogeneização de imagens entre a população, que as enraízam no seu espaço e até podem ter como aliados os turistas, que passam a compreender enfaticamente os seus problemas, sofrimentos, enfim as suas vivências.

Nessa concepção, o turismo cultural, precisa de profundas pesquisas científicas, e caminha numa perspectiva onde a memória da Guerra do Contestado finalmente pode encontrar sua reconciliação social. Porém no que tange aos resultados esperados, a pesquisa mostrou também, que esta reconciliação ainda não está plenamente alcançada, nos conflitos como este entre Elite vs. Caboclo, e ainda no conflito ideológico entre tradicionalismo e modernismo, que continuam presentes em Calmon. Isto demonstra que a Guerra do Contestado ainda esta de certa forma viva e latente, e continua nas contradições entre o poder oficial e a população local.

Portanto, desenvolver uma imagem turística não é um ato inocente, uma necessidade de planejamento, uma estratégia de marketing, ou apenas um método mercadológico. A imagem turística está plenamente embutida na vida social e pode, ao invés de unir, dividir a população do município e da região. Esta visão fica clara quando analisam-se os conflitos descritos nesta pesquisa, que superficialmente parecem ser apenas brigas políticas entre grupos diferentes, mas que estão, nas suas profundezas, enraizados nas estruturas narrativas e emotivas, diversificadas da população e de suas experiências sociais. Como trata-se de um estudo sobre o estabelecimento de uma imagem turística baseada numa guerra historicamente recente (apenas 3 ou 4 gerações atrás), é aceitável a forma de expressão por meio do “silêncio” (trauma) dentro da população, uma vez que a guerra cria a imagem dos derrotados. Por isso, uma “imagem turística da guerra” necessita mais do que qualquer outra “imagem turística” uma grande sensibilidade diante das condições sócio-psicológicas da população envolvida.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ACERENZA, Miguel Angel. **Administração do Turismo**: conceituação e organização. Tradução: Graciela Rabuske Hendges. Bauru, Sp: EDUSC, 2002.

AMARP. **Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe**. Disponível em: <<http://www.amarp.org.br>>. Acesso em 29 jul. 2008.

AN. A NOTÍCIA. **Concluída a pavimentação da SC 302**. Disponível em: <<http://www1.an.com.br/2004/mai/06/0pla.htm>>. Acesso em 23 jul. de 2008.

AN. A NOTÍCIA. **LHS entrega escolas e centro de múltiplo uso**. Disponível em: <http://www.an.com.br/2006/mar/25/0ger.jsp>. Acesso em 25 fev. de 2009.

ANDRADE. José Vicente de. **Turismo. Fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ática, 2004.

APONTADOR. **Calmon**. Disponível em: <http://www.apontador.com.br/guia_cidades/mapas/SC/calmon.html>. Acesso em 29 jul 2008.

ARAÚJO, Silvana Miceli de. Artifício e autenticidade: o turismo como experiência antropológica. In: BANDUCCI, Álvaro, BARRETTO, Margarita (orgs.). **Turismo e Identidade Local**. Uma visão antropológica. São Paulo: Papirus. 2001, p. 49-64.

ASSUMÇÃO, Herculano Teixeira D'. **A Campanha do Contestado**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1917.

ATHANÁZIO, Enéas. A imortalidade pelas obras. In: **Blumenau em Cadernos**. n. 11/12. Blumenau: Fundação Cultural de Blumenau, 2006, p. 120 – 124.

_____. O Grupo Resgate. In: **Blumenau em Cadernos**. n. 05/06. Blumenau: Fundação Cultural de Blumenau, 2002, p. 123 – 124.

AURAS. Marli. **Guerra do Contestado** – a organização da irmandade cabocla. 2.ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1995.

AZEVEDO, Julia. **O Espaço do Turismo Cultura**. In: Espaço e Geografia. Ano 3. n. 1. Brasília: Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, 1999 – V. p. 07 – 18.

BANDUCCI, Álvaro, BARRETTO, Margarita (orgs.). **Turismo e Identidade Local**. Uma visão antropológica. São Paulo: Papirus. 2001.

BATISTA, João. Marcas de uma guerra nos sertões de SC. **Diário Catarinense**. Leitor Repórter. 24 jun. 2008. Disponível em:

<<http://www.clicrbs.com.br/diariocatarinense/jsp/home.jsp>>. Acesso em 03 ago. 2008.

BELA SANTA CATARINA NOTÍCIAS. Disponível em:

<<http://www.belasantacatarina.com.br/noticias.asp?id=1382>> Acesso em 07 ago. 2008.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 1998.

BERQUE, Augustin. Paysage-Empreinte, Paysage-Matrice: Elements de Problematique Pour une Géographie Culturelle. **L'Espace Géographique**, 1984, 13. Traduzido e reproduzido em Paisagem Tempo e Cultura, CORRÊA, R. L. & ROSENDAHL, Z. (orgs). Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

_____. **De Millieux em Paysage. Médiance**. Montpellier: Réchers, 1990.

_____. Paisagem-marca, Paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny (orgs.) **Paisagem, tempo e cultura**. 2. ed. Rio de Janeiro: UERJ, 2004, p. 84 - 91.

BIBLIOTECA IBGE. **Calmon**. Disponível em:

<<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/santacatarina/calmon.pdf>>. Acesso em 29 jul. 2008.

BLEY, Lineu. **Paisagem, percepção ambiental e Turismo - Estereótipos geográficos na percepção de paisagem**. Palestra proferida ao Departamento de Geografia, da Universidade Federal do Paraná, em 10 mar. 2009.

BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru: EDUSC, 2002.

CASTRO, Iná Elias de. Paisagem e turismo. De estética, nostalgia e política. Em: YAZIGI, Eduardo (org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002, p. 121-140.

CEAG/SC. Centro de Assistência Gerencial de Santa Catarina. **Evolução histórico-econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: CEAG/SC, 1980.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

_____. A Geografia Cultural: O Estado da Arte. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeni (orgs.). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999. p. 59 – 98.

CNM. **Confederação Nacional de Municípios**. Disponível em http://www.cnm.org.br/idh/mu_idh_atual.asp>. Acesso em 05 ago. 2008

CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia Cultural: Passado e Futuro – uma introdução. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeni (orgs.). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999. p. 49 – 58.

COSGROVE, Denis. **Social Formation and Symbolic Formation**. London: Croom Helm, 1984.

_____. Geography is Everywhere. Culture and Symbolism in Human Geography. In: **Horizons in Human Geography**. D. GREGORY & R. WALFORD. (orgs). London: MacMillan, 1989. Traduzido e reproduzido em Paisagem Tempo e Cultura, CORRÊA, R. L. & ROSENDAHL. Z. (orgs). Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

_____. Mundo de Significados: Geografia Cultural e Imaginação. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). **Geografia Cultural: Um Século (2)**. Rio de Janeiro, Editora UERJ, 2000.

_____. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny (orgs.) **Paisagem, tempo e cultura**. 2. ed. Rio de Janeiro: UERJ, 2004, p. 92 - 122.

COSGROVE, Denis & JACKSON, Peter. Novos Rumos da Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeni (orgs.). **Geografia Cultural: Um século (2)**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2000. p. 15 – 32.

DIÁRIO CATARINENSE – **Diário Especial. Calmon Emancipação revela-se mina de ouro.** Florianópolis, p. 47, 27 dez. 1993.

DIÁRIO CATARINENSE – **Municípios de SC. Calmon - Emancipação só trouxe benefícios.** Florianópolis, p. 57, 30 abr. 1997.

DIÁRIO CATARINENSE – **A Força SC: Serra e Meio Oeste. Calmon – Madeira alavanca a economia.** Florianópolis, p. 17. 09 ago. 2005.

DIAS, Reinaldo. **Sociologia do Turismo.** São Paulo: Atlas, 2003.

DUNCAN, James S. O Supra-Orgânico na geografia cultural americana. Em: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny (orgs.) **Introdução a geografia cultural.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 63-102.

_____. A paisagem como sistema de criação de signos. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny (orgs.) **Paisagens, textos e identidade.** Rio de Janeiro: UERJ, 2004, p. 91 - 132.

ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DO BRASIL. **C.E.F. São Paulo – Rio Grande (1909-1942). Rede de Viação Paraná – Santa Catarina (1942-1975). RFFSA.** (1975-1996). Disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/pr-tronco/calmon.htm>>. Acesso em 29 jul. 2008.

FARIAS, Vilson Francisco de. **De Portugal ao Sul do Brasil – 500 anos – História, Cultura e Turismo.** Florianópolis: Ed. do autor, 2001.

FELISBINO, Pedro Aleixo; FELISBINO, Eliane. **Voz do Caboclo:** a saga do Contestado revivida nas lembranças dos sobreviventes do reduto de Taquaruçu. Florianópolis: Imprensa Oficial do estado de Santa Catarina, 2002.

FRAGA, Nilson Cesar. Turismo de Guerra: a possibilidade de novo tipo de turismo para o Brasil. Marco Inicial – Guerra do Contestado (1912-1916). Curitiba: **Revista PerCurso**, 2002. (Curitiba em Turismo) a. 1, n. 1, p.43-76.

_____. Diagnóstico sociambiental da estrada de Caldas de Imperatriz (Santo Amaro da Imperatriz, SC): percepções e necessidades – uma leitura á luz dos

turistas e dos autóctones. Curitiba: **Revista PerCurso**, 2003. (Curitiba em Turismo) a. 2, n. 2, p.81 – 129.

_____. **Mudanças e permanências na rede viária do Contestado: uma abordagem acerca da formação territorial no sul do Brasil**. Tese (Meio Ambiente e Desenvolvimento). Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

FRÉMONT, Armand. **La Région, Espace Vécu**. Paris: PUF, 1976.

GOULART I FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

GOVERNO DE SANTA CATARINA. **Santur**. Disponível em:
<<http://www.sc.gov.br/santur>>. Acesso em 12 ago. 2005.

GOVERNO DE SANTA CATARINA. **Municípios**. Disponível em:
<<http://www.sc.gov.br/conteudo/municipios/framesetmunicipios.htm>>.
Acesso em 02 jul. 2008.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. Turismo e o “resgate” da cultura Pataxó. In: BANDUCCI, Álvaro, BARRETTO, Margarita (orgs.). **Turismo e Identidade Local**. Uma visão antropológica. São Paulo: Papirus. 2001, p. 127-148.

GUIA DE CIDADES. **Calmon Sc**. Disponível em:
< <http://www.guiadecidades.net/calmon-sc>>. Acesso em 30 jul. 2008.

GUIA SANTA CATARINA. **Roteiros**. Disponível em:
<http://www.guiasantacatarina.com.br/mapas/roteiros_turisticos.php3#roteiros>
Acesso em 10 fev. 2009.

HERING, Maria Luiza R. **Colonização e Industrialização no Vale do Itajaí – O modelo catarinense de desenvolvimento**. Blumenau: Ed. da FURB, 1987.

HISTÓRIA DA ARTE. **Missão Artística Francesa**. Disponível em
<http://www.historiadaarte.com.br/missaofrancesa.html> Acesso em: 25 mar. 2009.

HOBAL, M. A. ; MEDEIROS, W. R. ; FRAGA, N. C. . Povo e Cultura no Primeiro Roteiro de Turismo de Guerra do Brasil: perspectiva de rompimento da invisibilidade. In: I ENTIS - Encontro Nacional do Turismo para Inclusão Social, 2005, Curitiba/PR. **Percursos** (Curitiba). Curitiba: FIC, 2005. v. 4. p. 29-39.

_____; MEDEIROS, W. R.; FRAGA, N. C. Análise da Percepção do Turismo de Guerra: uma viagem à luz daqueles que o percorreram. **Percursos** (Curitiba), v. 5, p. 109-136, 2006.

_____; FRAGA, N. C.; FERNANDES, R. C. P. Turismo de Guerra, desenvolvimento Local e Regional em Santa Catarina e no Paraná: um Roteiro para os Municípios da região da Guerra do Contestado. In: X Encontro Nacional de Turismo com Base Local, 2007, João Pessoa. **X Encontro Nacional de Turismo com Base Local - Identidade Cultural e Desenvolvimento Local**, 2007. v. 1. p. 660-673.

_____. ; FRAGA, N. C.; MEDEIROS, W. R. . O caboclo do Contestado no Roteiro do Turismo de Guerra: a invisibilidade social sobre o território. In: II Simpósio Paranaense de Pós-Graduação em Geografia, 2007, Londrina. **II SIMPGEO - Simpósio Paranaense de Pós-Graduação em Geografia**. Londrina: UEL, 2007. v. 1. p. 01-11.

HOLZER, Werther. A Geografia Humanista: Uma Revisão. **Espaço e Cultura**, 1993, n. 3.

_____. Paisagem, imaginário, identidade: alternativas para o estudo geográfico. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeni (orgs.). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999. p. 149 – 168.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acessos em jul. 2008.

IGNARRA, Luyiz Renato. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Pioneira, 1999.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo**. Para uma nova compreensão do lazer das viagens. São Paulo: Aleph, 2001.

LAGO, Paulo Fernando. **Santa Catarina: a terra – o homem e a economia**. Santa Catarina: Ed. da UFSC, 1968.

_____. **Santa Catarina: a transformação dos espaços geográficos.** Florianópolis: Verde Água Produções Culturais, 2000.

LE GOFF, Jacques. **História da Memória – Memória.** Edições 70, Lisboa, 2000. vol. 01.

LEITE, Maria Angela Faggin Pereira. **Destruição ou Desconstrução.** São Paulo: Hucitec, 1994.

LENCIONE, Sandra. **Região e Geografia.** São Paulo: Edusp, 1999.

LEONARDOS. Stella. **Romanceiro do Contestado** (Do quadro desolador), Florianópolis: Ed. da UFSC, 1996, p.115.

LYNCH. Kevin. **A imagem da cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LOWENTHAL, David. Geografia, experiência e imaginação: em direção a uma epistemologia geográfica. In CHRISTOFOLETTI, Antonio. (Org). **Perspectivas da Geografia.** São Paulo: Difel, 1982.

MAMIGONIAN, Armen. **Vida regional em Santa Catarina.** In.: Orientação, IGEO/ USP, set. 1986.

MAPA INTERATIVO. **Santa Catarina.** Disponível em:

<<http://www.mapainterativo.ciasc.gov.br>>. Acesso em 23 jun. 2008.

MAY. Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

McDOWELL, L. A. A Transformação da Geografia Cultural. In: **Geografia Humana – Sociedade, Espaço e Ciência**, organizado por D. Gregory, R. Martin e G. Smith. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

MENEZES, Ulpiano. T. Bezerra. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, Eduardo (org). **Turismo e Paisagem.** São Paulo: Contexto, 2002, p. 29 – 64.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Planejamento e Gestão.** Disponível em:

http://www.turismo.gov.br/mtur/opencms/turismo/programas_acoes/planejamento_gestao/ Acesso em: 12 jul. 2008.

MOESCH, Marutschka. **A produção do Saber Turístico**. São Paulo: Contexto: 2000.

MUNDO ESTRANHO. **Briga de Irmãos**. Disponível em: <<http://www.mundoestranho.abril.com.br>>. Acesso em 17 ago. 2008.

MUMFORD, LEWIS. **La cultura de las ciudades**. trad. de Carlos Maria Reyles. Buenos Aires : Emece, c1945.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

O CALMONENSE. **Obras realizadas pela Prefeitura**. p. 8. 21 out. 2005.

O CALMONENSE. **5 de setembro – Data importante para Calmon**. p. 5. 16 set. 2006.

O CALMONENSE. **Estação é atração turística em Calmon**. p. 4. 07 fev. 2007.

O CALMONENSE. **Novo Centro Administrativo será entregue em maio**. p. 8. 05 fev. 2008.

PAIVA, Maria das Gracas de Menezes V. **Sociologia do turismo**. 2.ed Campinas, Papirus. 1995.

PEIXOTO. Demerval. **Campanha do Contestado**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

PELUSO JUNIOR, Victor Antonio. **Aspectos geográficos de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1991.

PNMT. **Programa Nacional de Municipalização de Turismo 8 Anos**. Retrato de um caminhada - estratégias e gestão. Brasília: Ministério de Esporte e Turismo, 2002.

PNUD. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDHM%2091%2000%20Ranking%20decrecent>

e%20de%20Estados%20(pelos%20dados%20de%202000).htm. Acesso em 09 fev. 2009.

PREFEITURA DE CALMON. Informações obtidas durante a pesquisa de campo realizada entre os dias 25 e 28 de nov. de 2008.

PREFEITURA DE MATOS COSTA. Disponível em:
<<http://www.matoscosta.sc.gov.br>>. Acesso em 31 jul. 2008.

REJOWSKI, Miriam (Org.). **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: Aleph, 2002.

RELPH, Edward. **Place and Placelessness**. London: Pion, 1976.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. (org.) **Turismo e Geografia** – reflexões teóricas e enfoques regionais. 3. ed. São Paulo. Ed. Hucitec. 2001.

ROSENDAHL, Zeny & CORRÊA, Roberto Lobato. Paisagens, textos e identidade: uma apresentação. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny (orgs.) **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: UERJ, 2004, p. 07 - 12.

ROSS, Glenn F. **Psicologia do Turismo**. São Paulo: Contexto, 2001.

ROSSETTO, Santo. Síntese histórica da região oeste. In: CEOM. Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste. **Para uma história do oeste catarinense**: 10 anos de CEOM. Chapecó: UNOESC, 1998. p. 07 – 16.

SACHWEH, Maria da Salete. **Educação**: dominação e liberdade na guerra santa do Contestado. Florianópolis: Imprensa Oficial de SC, 2002.

SAHR, Wolf-Dietrich & SAHR, Cicilian Luiza Löwen. A imagem turística cultural do planalto dos Campos Gerais. In: DITZEL, Carmencita Holleben Mello; SAHR, Cicilian Luiza Löwen (org.). **Espaço e cultura**: Ponta Grossa e os Campos Gerais. Ponta Grossa, Editora UEPG, 2001.

SANTOS, Silvio Coelho dos. Nova história de Santa Catarina. 4. ed. ver. Ampl. Florianópolis: Terceiro Milênio, 1998.

SAUER, Carl O. A Morfologia da Paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny (orgs.) **Paisagem, tempo e cultura**. 2. ed. Rio de Janeiro: UERJ, 2004, p. 12-74.

SAVOLDI, Adiles. A reconstrução da italianidade no Sul do Estado de Santa Catarina. Em: BANDUCCI, Álvaro, BARRETTO, Margarita (orgs.). **Turismo e Identidade Local**. Uma visão antropológica. São Paulo: Papirus. 2001, p. 89-116.

SDT. **Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico**. Geoeconomia de Santa Catarina: síntese estatística. Florianópolis: Diretoria de Estatística e Geoprocessamento – DEG, maio/1995, 84p.

SDT. **Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul**. Diretoria de Geografia, Cartografia e Estatística. Anuário Estatístico de Santa Catarina 96/97. Florianópolis: SDT/DEGE/CEDOC, v. 1 e 3, 1997.

SPIX, Johann Baptiste von, MARTIU Carl Friedrich Philipp von. **Viagem pelo Brasil**. Tradução de Lucia Furquim Lahmeyer. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938, 3v.

THOMÉ, Nilson. **Trem de Ferro**: história da ferrovia no Contestado. 2. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1983.

_____. **Breve História da Guerra do Contestado**. Caçador: UnC Campus Caçador; Museu do Contestado; INCON, 2005.

TUAN, Yi-Fu. **Space and Place: Humanistic Perspectives**. Progress in Human Geography, 1974.

_____. **Topofilia**. São Paulo: Difel, 1980.

_____. **Space and Place: The Perspective of Experience**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1977. Traduzido como Espaço e Lugar – A Perspectiva da Experiência. São Paulo: Difel, 1983.

URRY, John. **O olhar do turista**. Lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Nobel, 2001.

XAVIER, Herbe. **A Percepção Geográfica do Turismo**. São Paulo: Aleph, 2007. (Série turismo).

YÁZIGI, Eduardo. **A Alma do Lugar**. Turismo, planejamento e cotidiano. São Paulo: Contexto, 2001.